

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**EDUCAÇÃO NÃO - FORMAL,  
ONGs E TERCEIRO SETOR:  
PRÁTICAS E PARADIGMAS  
DO CEDAP**

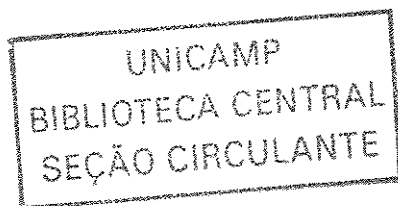
Autor: Pedro Guilherme Niaradi

Orientadora: **Profa. Dra. Maria da Glória Marcondes Gohn**

Campinas

2004

i



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Título. Educação Não-Formal, ONGs e Terceiro Setor: práticas e paradigmas do  
CEDAP.....

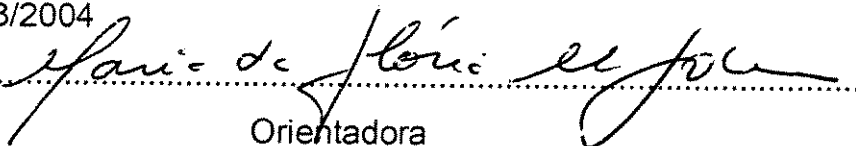
Autor: Pedro Guilherme Niaradi

Orientadora: Profa.Dra. Maria da Glória Marcondes Gohn

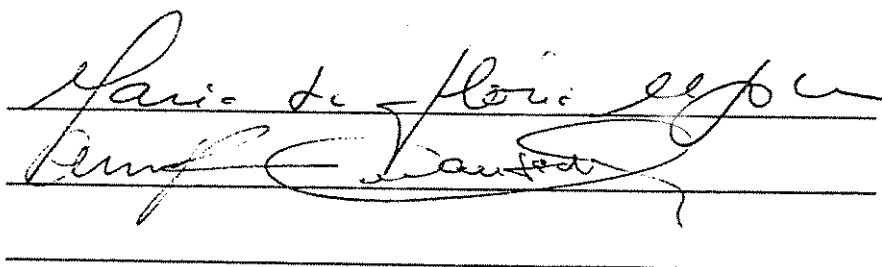
Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação  
defendida por Pedro Guilherme Niaradi e aprovada pela Comissão  
Julgadora.

Data: 23 /03/2004

Assinatura: .....

  
Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:



|            |                                     |
|------------|-------------------------------------|
| UNIDADE    | BC                                  |
| Nº CHAMADA |                                     |
| T/UNICAMP  |                                     |
| N51e       |                                     |
| V          |                                     |
| TOMBO BCI  | 62042                               |
| PROC.      | 6-P-0086-05                         |
| C          | <input type="checkbox"/>            |
| D          | <input checked="" type="checkbox"/> |
| PREÇO      | 11,00                               |
| DATA       | 10/02/05                            |
| Nº CPD     |                                     |

Bibid 341457

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca  
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

N51e

Niaradi, Pedro Guilherme.

Educação não - formal, ONGs e Terceiro Setor : práticas e paradigmas do  
CEDAP / Pedro Guilherme Niaradi. -- Campinas, SP: [s.n.], 2004.

Orientador : Maria da Gloria Marcondes Gohn.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade  
de Educação.

1. Organizações não - governamentais. 2. Terceiro Setor. 3. Assessoria.  
4. Movimentos sociais. I. Gohn, Maria da Gloria Marcondes. II. Universidade  
Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

04-001-BFE

*Dedico este trabalho*

*A Fernanda e Máira.*

62.001.01.62.03

# **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à CAPES pelo apoio financeiro dado durante o período de realização e concretização desta pesquisa de dissertação.

A minha orientadora Profa. Dra. Maria da Glória Marcondes Gohn pela orientação e paciência.

Aos funcionários da Pós-Graduação da Faculdade de Educação pela competência profissional.

A Marina do DASE pela amizade e companheirismo demonstrados nestes anos.

Aos funcionários da Biblioteca Prof. Joel Martins da Faculdade de Educação, em especial Gildenir Carolino e Rose pela amizade.

## RESUMO

Esta dissertação de Mestrado faz um levantamento histórico das atividades de educação não-formal desenvolvidas pelo CEDAP - Centro de Educação e Assessoria Popular, que é uma instituição da sociedade civil, uma ONG, sediada no município de Campinas/SP. O objetivo é identificar e analisar as transformações ocorridas durante sua trajetória histórica.

O CEDAP, fundado em 1987, tinha como objetivos a educação e assessoria à movimentos sociais e populares, cuja missão básica seria desenvolver projetos de educação para a cidadania junto a grupos populares menos favorecidos, buscando o fortalecimento de sua organização e estimulando estratégias coletivas de participação e transformação da realidade social.

Os movimentos sociais e populares durante os últimos anos tomaram outros caminhos e feições, novos participantes entraram em cena, novas formas de expressão e novos canais de interlocução se desenvolveram.

Com isso as práticas educativas e formas de ação do CEDAP mudaram neste período.

Durante sua trajetória, podemos considerar que o CEDAP manteve seu associativismo militante, definindo-o como uma *ONG cidadã*, e incorporou alguns aspectos de um associativismo mais “estratégico” e pragmático, sem no entanto perder sua essência e seus objetivos primordiais.

### **Palavras-chave:**

ONG; Terceiro Setor; Assessoria; Movimentos Sociais; Associativismo.

## **GLOSSÁRIO**

ABONG - Associação Brasileira das ONGs  
ANAMPOS - Associação Nacional de Pós-Graduação  
BIRD - Banco Interamericano de Desenvolvimento  
CEBs- Comunidade Eclesiais de Base  
CEBEP - Centro Brasileiro de Educação Popular  
CEF - Caixa Econômica Federal  
CESAP - Centro de Estudos e Assessoria Popular  
CEDAP - Centro de Educação e Assessoria Popular  
CLADE - Centro Latino Americano de Desenvolvimento  
CMPCR - Central dos Movimentos Populares de Campinas e Região  
CNBB - Congregação dos Bispos do Brasil  
COAS - Conselho de Assistência Social  
COHAB - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano  
COMINA - Conselho Municipal da Infância e Adolescência  
CRAS - Conselho Regional de Assistência Social  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
DCE - Diretório do Centro Acadêmico Estudantil  
DPJ - Departamento de Parques e Jardins  
EMA - Encontro Municipal de Adolescentes  
ENA - Encontro Nacional de Adolescentes  
FEAC - Federação Entidades Assistenciais de Campinas  
FE- Faculdade de Educação  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
FNPP - Fórum Nacional de Políticas Públicas

FOPONG - Fórum Paulista de ONGs  
FSM - Fórum Social Mundial  
GETS - Grupo de Estudos em Terceiro Setor  
ICCO - International Congress of Cooperation Organization  
IMECC - Instituto de Matemática, Estatística e Ciências da Computação  
INCA - Instituto Nacional de Câncer  
INCO - Instituto de Ciências Sociais  
MAB - Movimento dos Adolescentes do Brasil  
MS - Ministério da Saúde  
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra  
OSCIPs - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público  
ONG - Organização Não-Governamental  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PMC - Prefeitura Municipal de Campinas  
PRODEC - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário  
PT - Partido dos Trabalhadores  
SAAE - Serviço de Água, Abastecimento e Esgoto  
SANASA - Saneamento e Abastecimento S/A  
SFH - Sistema Financeiro de Habitação  
SO/PMC - Serviços de Obras da Prefeitura Municipal de Campinas  
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization  
UNESP - Universidade do Estado de São Paulo  
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

# SUMÁRIO

|                                                                            |            |
|----------------------------------------------------------------------------|------------|
| 1- Apresentação: objeto e objetivos.....                                   | 1          |
| 2- Justificativa do Objeto de Estudo.....                                  | 2          |
| 3- Aspectos do Tratamento Metodológico.....                                | 6          |
| <br><b>CAPÍTULO 1 – Referenciais Teóricos.....</b>                         | <b>9</b>   |
| 1.1 - Movimentos Sociais.....                                              | 10         |
| 1.2 - O Estado.....                                                        | 14         |
| 1.3 - Participação Política e Social.....                                  | 18         |
| 1.4 - Cultura Política.....                                                | 20         |
| 1.5 - Sobre Educação Não-Formal.....                                       | 24         |
| <br><b>CAPÍTULO 2.....</b>                                                 | <b>33</b>  |
| 2.1 - Sobre ONGs e Terceiro Setor.....                                     | 33         |
| 2.2 - Sobre Parcerias.....                                                 | 42         |
| <br><b>CAPÍTULO 3 – A História do CEDAP.....</b>                           | <b>47</b>  |
| <br><b>CAPÍTULO 4 – As Atividades de Educação Não-Formal do CEDAP.....</b> | <b>97</b>  |
| <br><b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                       | <b>123</b> |
| <br><b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....</b>                                    | <b>135</b> |
| <br><b>ANEXOS.....</b>                                                     | <b>139</b> |

## 1-Apresentação: objeto e objetivos.

Esta pesquisa faz um levantamento da história e das atividades educacionais não-formais desenvolvidas por uma instituição da sociedade civil, o CEDAP - Centro de Educação e Assessoria Popular, sediada no município de Campinas/SP, visando identificar e analisar as transformações ocorridas durante sua trajetória.

O Centro de Educação e Assessoria Popular (CEDAP), entidade da sociedade civil, sediada no município de Campinas/SP, é um exemplo das atuais relações entre sociedade civil e Estado, demarcando espaços de conscientização política, construção de práticas sociopolíticas, assim como formulação e realização de projetos que visam a equacionar problemas sociais, com suas características próprias, trajetórias históricas, práticas, interesses sócio-políticos e parcerias.

O CEDAP, fundado em 1987, a partir de vínculos com movimentos populares ocorridos na região de Campinas, afirma que educação e assessoria à movimentos sociais e comunidades são seus objetivos de ação. Sua missão básica é desenvolver projetos de educação para a cidadania junto a grupos populares menos favorecidos, buscando o fortalecimento de sua organização e estimulando estratégias coletivas de participação e transformação da realidade social e ambiental, tendo como valores fundamentais a democracia e a solidariedade.

*À priori*, podemos considerar o CEDAP como representante de um associativismo militante, definido como *ONG cidadã*, nos termos colocados por Gohn (1997:96), se olharmos para as finalidades para as quais foi fundado. Mas, muita coisa mudou desde 1987, os movimentos sociais e populares tomaram outros caminhos e feições, novos participantes entraram em cena, novas formas de expressão e novos canais de interlocução foram desenvolvidos, assim como novas formas de ação das entidades da sociedade civil surgiram no correr destes últimos quinze anos no Brasil. Tudo isso gerou um associativismo mais “estratégico” e pragmático, parte dele definido como Terceiro Setor.

O que mudou no CEDAP neste período? Como esta entidade sobreviveu? Suas práticas educativas e suas formas de ação se modificaram?

As características desta entidade, sua trajetória histórica e as práticas educativas não-formais desenvolvidas foram os fatores determinantes da escolha desta ONG como objeto desta pesquisa.

Esta dissertação de mestrado se compõe em quatro capítulos. O primeiro sobre os Referenciais Teóricos, apresenta nossas categorias de análise, de forma que possamos Ter elementos sobre como elas operam no interior de uma ONG que será objeto de estudo no capítulo três.

O segundo capítulo define e faz um levantamento histórico do fenômeno ONGs e Terceiro Setor. Faz também uma conceituação do termo parceria, característica marcante da relação entre ONGs/Terceiro Setor e Estado.

O terceiro capítulo trata diretamente o objeto desta pesquisa. Faz-se o resgate histórico do CEDAP, desde o momento de sua fundação até o ano de 2003.

O quarto capítulo elenca as atividades de educação não-formal realizadas pelo CEDAP ao longo de sua trajetória histórica.

Ao final, apresentamos algumas conclusões depreendidas neste estudo. Anexamos, também, alguns documentos básico da ONG pesquisada.

## **2-Justificativa do Objeto de Estudo.**

Vários autores, desde os mais remotos tempos históricos, tem destacado que a educação pode ser um instrumento fundamental de mudança social. Ao mesmo tempo, a forma como ela se desenvolve, seus fundamentos práticos, demonstram os conflitos e compromissos políticos assumidos pela sociedade onde ela está inserida.

A educação nas sociedades capitalistas é tida como instrumento com várias possibilidades relacionadas à mobilidade social e democratização social e política; anos

de escolarização formal são tidos como condição *sine qua non* para o êxito material dos indivíduos. Porém, o que se verifica, especialmente nas sociedades capitalistas periféricas, ou em desenvolvimento como a brasileira, é que o acesso da maioria da população a uma educação com qualidade é limitado. Os analistas destacam, ao mesmo tempo, a importância da educação e seu papel como reprodutora de desigualdade social.

Afirma-se que a educação média do povo brasileiro é muito baixa e a maior parte da população está presa a relações sociais e econômicas tradicionais. Como resposta para esta situação, organismos multilaterais internacionais (FMI, BIRD, Banco Mundial) tem preconizado nos últimos anos o investimento em educação como instrumento para o crescimento econômico, o combate a pobreza e a diminuição dos índices de analfabetismo nos países periféricos.

Tais políticas tem sido implementadas pelo Estado brasileiro, gerando uma certa democratização do acesso à educação e uma expansão da rede escolar formal. Porém, economias capitalistas periféricas, como a brasileira, não conseguiram incorporar estes “mais instruídos” às novas relações sociais e econômicas. Em verdade, os marginalizados socialmente apenas conseguiram poucos e penosos anos em escolas básicas de má qualidade, não obstante, esta expansão contribuiu para o aumento da crença na meritocracia. Mesmo assim, o Estado capitalista brasileiro continua reproduzindo o mito da ascensão social via a escolarização resultando na manipulação sistemática dos menos escolarizados da sociedade.

Ao final do século XX, como estertor das luzes, transformações na economia política capitalista se fizeram notar, transformações marcadas por modificações nos processos de trabalho, nos hábitos de consumo, nas configurações geográficas e geopolíticas, nos poderes e nas práticas estatais.

A globalização da economia se revelou mais que uma nova forma da divisão internacional do trabalho, ou mera ampliação do mundo das trocas comerciais, ela se revelou como um novo sistema de poder, gerador de novas formas de dominação onde o

indivíduo é excluído ou incluído conforme as conveniências e prioridades do capital (Gohn:1999).

Fato é que as regras básicas do modo de produção capitalista se mantiveram operantes, plasmando o desenvolvimento histórico-geográfico; porém, ocorreu uma metamorfose, de um sistema de desigualdade social para um sistema de exclusão social, ou seja, os excluídos antes o eram por conta de desigualdade socioeconômica, agora também o são por conta de desigualdades socioculturais. Além do que, houve uma ampliação da demanda por conhecimento e informação por conta do elevado grau de competitividade.

Desta forma a educação passou a ser proclamada como *“uma das áreas-chave para enfrentar os novos desafios gerados pela globalização e pelo avanço tecnológico”*(Gohn,1999:7), forma de enfrentamento e superação da miséria e acesso daqueles excluídos historicamente a uma sociedade mais justa e igualitária, quando não, espaço de criação de formas alternativas de distribuição de renda e justiça social (op.cit).

Organismos financeiros internacionais colaboraram no cenário de exaltação da educação. Eles também preconizaram a necessidade da educação se nortear por objetivos que contribuíssem para gerar um trabalhador com habilidades e domínio de conhecimentos tecnológicos, habilidades de gestão, criativo, com habilidade nos relacionamentos intergrupais, que saiba aprender a aprender etc. Ou seja, tal modelo necessita articular a educação básica, a da escolaridade formal e de educação geral, com a educação fora dos muros da escola, sobre o mundo da vida, dada pela educação não-formal.

Podemos considerar que esta ampliação do conceito educação deu-se pela valorização da educação não-formal e, mesmo que tenha sempre existido processos educacionais fora da escola, a diferença é que agora eles se tornaram imprescindíveis. Conforme Gohn (1999:7), o conceito educação *“...não se restringe mais aos processos de ensino-aprendizagem no interior das unidades escolares formais, transpondo os muros da escola para os espaços da casa, do trabalho, do lazer, do associativismo,*

*etc.*”. Portanto, o campo da educação não-formal aborda processos educativos além dos escolares, concentrando-se na maioria das vezes em processos de organização da sociedade civil.

Usualmente, a educação não-formal sempre esteve no âmbito de atuação das Organizações Não-Governamentais (ONGs) visando a tipos selecionados de aprendizagem direcionados à subgrupos especiais da população que, em realidade, tratavam-se de programas ou campanhas de alfabetização de adultos com objetivos que iam além da simples aquisição do processo de leitura/escrita e “...*se inscreviam no universo da participação sociopolítica das camadas populares, objetivando integrá-las no contexto urbano-industrial.*” (op.cit: 91).

Como resultado das mudanças na conjuntura econômica e as diretrizes oriundas das políticas neo-liberais apoiadas por organismos internacionais, as práticas estatais verificadas nas últimas décadas no Brasil foram de desativação de suas ações diretas, principalmente, nas áreas sociais, quando não transferindo-as para organismos paralelos da sociedade civil. Tal situação fez com que a natureza destes organismos paralelos da sociedade civil se modificasse. Um universo enorme, complexo e contraditório, o chamado “Terceiro Setor”, formado por ONGs, movimentos sociais, associações comunitárias, fundações, entidades filantrópicas, empresas cidadãs (Gohn, 2000), nos anos 90 procurou se firmar através de ações propositivas e afirmativas que, independente de suas origens, articulou-se às políticas neo-liberais de desregulamentação ou desativação das ações estatais assumindo as propostas de parcerias. Tal situação ampliou o “*universo da participação para campos pouco ou nada politizados e desenvolveu inúmeras formas de associativismo ao nível do poder local*” (Gohn, 1999:79), levando, em última instância, a mudanças na natureza e espaços onde as demandas são formuladas e organizadas.

As novas diretrizes, por um lado, ampliaram o campo da educação não-formal, preconizando a necessidade de mudanças e uma visão ampliada da educação, a inovação dos canais de acesso à educação, alianças e utilização de recursos que permitissem a

universalização do acesso à educação e à equidade; por outro lado, apontavam às ações do Terceiro Setor e seus trabalhos no âmbito educativo comunitário e dentro da família, em programas sobre tecnologia, autogestão, formas alternativas de renda etc.

A área de educação formal também se alterou, passou a ser entendida como objeto de políticas sociais, com isso, ou por causa disso, houve uma aproximação entre Estado e entidades do Terceiro Setor, ONGs etc., com o intuito de assessorar e avaliar políticas de reformas educativas.

Neste ponto há uma outra indicação, talvez a mais importante nesta nova situação: a natureza da educação se transformou, seja a formal pública, seja a não-formal. Ou seja, encontramos num mesmo ambiente uma educação que se quer popular e conscientizadora de direitos dos cidadãos, na busca por direitos sociais via pressões e movimentos, e práticas orientadas pelas políticas educativas públicas estatais inclusivistas, mesmo que precárias e marginais, marcadamente despolitizadas e com um perfil modelado pelo projeto neoliberal.

Diante deste contexto, marcado por transformações, onde as demandas sobre a educação são múltiplas, para além dos muros escolares e considerando-se que sua forma de ação reflete conflitos e compromissos políticos, as práticas de educação não-formal e as ações perpetradas pelo Terceiro Setor e ONGs, nesta área, ganharam maior destaque.

### **3-Aspectos do Tratamento Metodológico.**

Os seres humanos estabelecem relações diferenciadas entre si para a satisfação de suas necessidades, fazendo com que suas idéias e ações concretas criem uma dada realidade social. Estas ações e idéias, continuamente, alteram os rumos da sociedade. Porém, estas alterações não se dão de forma linear e contínua, ou como mera seqüência de causas e fatos, mas como processo de transformações históricas determinadas pelas contradições existentes na sociedade.

Admitindo-se estes pressupostos, o problema desta pesquisa exige um olhar de dupla face. Por um lado, necessita-se de uma visão de conjunto da conjuntura política do período analisado, de forma que possibilite a apreensão da estrutura da realidade estudada; e, por outro lado, necessita-se a apreensão dos elementos contraditórios existentes no interior do objeto a ser pesquisado.

Para atingir estes objetivos, esta pesquisa optou por realizar um estudo de caso à medida que trabalharemos com práticas delimitadas e, especialmente, ao analisar o objeto de pesquisa, práticas educacionais postas em ação pelo CEDAP.

Ludke e André (1986), apontam algumas características do estudo de caso, como por exemplo:

- Visa à descoberta, onde o corpo teórico serve como base para a detecção de novos aspectos, obrigando o pesquisador buscar respostas as indagações surgidas durante o trabalho de pesquisa;

- Enfatiza a “interpretação em contexto”, cujo princípio básico é a busca da apreensão, mais próxima da completa, do objeto, levando-se em conta o contexto em que ele se situa;

- Retrata a realidade de forma completa e profunda, destacando-se as diversas dimensões presentes focalizando-as, então, como um todo;

- Utiliza diversas fontes de informação, recorrendo a uma variada gama de dados a serem coletados em diferentes momentos, situações e informantes;

- Representa os diferentes e conflitantes pontos de vistas presentes em uma situação social, demonstrando as diversas maneiras de apreensão da realidade.

Assim, esta pesquisa, toma como fonte de dados, além do necessário trabalho de levantamento, organização e leitura de bibliografia relacionada ao tema, de material divulgado na Internet pelo CEDAP e documentos da entidade. Também a observação *in locu* e entrevistas semi-estruturadas com lideranças representativas da entidade e com uma amostra de envolvidos nas práticas desenvolvidas.

## **CAPÍTULO 1 - Referenciais Teóricos.**

O mundo passou por profundas transformações desde meados da década de 1970, que o levou a um novo patamar de existência marcado, entre outros, por mudanças com a globalização da economia, pela “Terceira Revolução Industrial”, pelo recrudescimento das políticas neoliberais e o desmonte das estruturas do Estado. Transformações que atingiram em cheio as questões sociais e o processo de exclusão social, tornando-os preocupação recorrente, ao mesmo tempo que novos desafios e necessidades foram impostas à educação.

Com a globalização ocorreu uma metamorfose do sistema de desigualdade social para um sistema de exclusão social, as políticas sociais perdem seu caráter universalizante e passam a visar clientelas específicas e serem gerenciadas pelas novas parcerias entre o Estado e a comunidade organizada no setor público não-estatal, “...locus dos novos espaços de negociação e de conflito social e das práticas de educação não-formal.”(Gohn, 1999:2).

O quadro que nos deparamos tem, pois, como cenário, a globalização econômica e surgindo dela, amalgamados entre si, os contornos de um Estado em transformação com novas políticas sociais. Há um aparente refluxo de movimentos sociais locais com caráter contestatórios e o surgimento e/ou consolidação de outras instituições da sociedade civil onde salta-nos aos olhos suas práticas de educação não-formal.

Portanto, podemos depreender que há uma relação entre Estado, Movimentos Sociais, ONGs e Terceiro Setor nestes tempos atuais recheados de transformações e mudanças. E, por conta desta intimidade, as categorias apresentadas neste capítulo da pesquisa, visam expressar estas relações. Essas categorias são, pela ordem de apresentação neste capítulo: movimentos sociais, estado, participação política e social, cultura política e educação não-formal. O capítulo se encerra com algumas considerações sobre o processo de racionalidade existente no ato educativo e as conseqüências das intencionalidades presentes naquelas racionalidades.

## 1.1- Movimentos Sociais.

A escolha desta categoria, Movimentos Sociais, e sua definição tem por objetivo estabelecer as possíveis relações existentes entre ONGs, especialmente as denominadas cidadãs, que é o caso do CEDAP, e estes fenômenos.

Movimentos Sociais são fenômenos centrais que ocorrem no cerne da vida social, presentes na história das mais diversas formas.

Apoiando-nos em Touraine (1996), para que uma ação coletiva se defina como Movimento Social ela deve ter objetivos sociais, ou seja, movimento social *“reconhece valores ou interesses gerais da sociedade e, por conseguinte, não reduz a vida política ao confronto de campo ou classes, ao mesmo tempo que organiza e desenvolve conflitos”*(op.cit:85), de forma que ultrapasse interesses específicos fortalecendo a questão social.

Consideramos portanto como um movimento social a ação perpetrada por um grupo, tendo como norte a luta pela transformação de uma determinada situação que afinge o grupo ou a sociedade em geral. Essa ação deve ter como orientação uma proposta comum aos participantes e ser capitaneada por uma liderança, ou conforme Sherer-Warren:

*“...uma ação grupal para transformação (práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção)”*(1987:20),

Como a ação se dá no espaço e no tempo, na história portanto, ela envolve para seus protagonistas, teorização e prática, sendo assim podemos ter como indicação uma primeira conceituação apresentada por Gohn: “um movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer (...) e um pensar (...) Trata-se de uma práxis portanto.”(1997b:247).

Nesta conceituação, para que tenhamos um Movimento Social, Gohn considera a existência de duas categorias básicas essenciais: **lutas sociais** em defesa de interesses coletivos amplos ou de grupos minoritários, conservação de privilégios, obtenção ou extensão de benefícios e bens coletivos; e **força social** que se apresentaria como uma demanda ou reivindicação concreta, ou ainda numa idéia-chave, que revelaria linha norteadora e estruturadora da luta social do grupo.

A primeira categoria, **luta social**, confere ao movimento social a possibilidade de sua existência em vários segmentos da sociedade, não encarcerando-o a uma classe específica. Elas são permeadas por distintos conflitos, de classe, de gênero, raça, nação, religião etc., além de terem um caráter cíclico. A segunda categoria, **força social**, é constituída por fatores como: carências, legitimidade da demanda, poder político das bases, conjuntura e cultura política do grupo envolvido. Estes fatores conferem ao movimento social seu campo de força de atuação e fornecem elementos para o desenvolvimento de uma cultura que poderá aceitar, conviver ou incorporar outras, ou seja, uma nova cultura política.

Estas categorias, luta social e força social, possibilitam enfatizar as ações coletivas organizadas em torno de questões identitárias, cuja centralidade é dada pela aglutinação dos atores de um movimento. Os determinantes econômicos estão sempre presentes, mesmo que o novo cenário indique que o conflito social mudou no mundo moderno,

*“da esfera da produção para a esfera dos problemas da cultura, e nesta, os problemas de identidade cultural seriam os mais importantes gerando movimentos em torno das questões da raça, gênero, nacionalidades, etc.”*(Gohn,1999:8);

Qualquer análise sobre movimentos sociais não pode ser, ou estar, separada de uma leitura da sociedade dividida em classe, sociais; ao mesmo tempo, não podemos reduzir movimentos a determinações de classes.

Assim, caminhamos para uma análise:

*“que destaca a importância da cultura na construção da identidade de um movimento social, mas concebe os movimentos segundo um cenário pontuado por lutas, conflitos e contradições, cuja origem está nos problemas da sociedade dividida em classes, com interesses, visões, valores, ideologias e projetos de vida diferenciados.”*(Gohn, 1999:8).

Adota-se nesta pesquisa uma visão integrada sobre a relação movimento-classe. Essa relação expressa processos político-sociais, ou seja, o poder de organização da sociedade civil, cuja existência desenvolver-se-á dentro de um contexto de correlação de força social, como nos afirma Gohn (1997b).

Movimento social, portanto, se refere às ações dos homens na história, ações que envolvem uma práxis, a partir de duas acepções básicas: uma ampla e independente do paradigma teórico adotado referente às lutas sociais em prol da defesa de interesses coletivos ou grupos minoritários, seja visando a manutenção de privilégios, seja a conquista ou extensão de benefícios e bens coletivos; outra que refere-se a movimentos sociais específicos, concretos, datados e localizados ou como nos escreve Gohn:

*“Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram um série de inovações nas esferas públicas (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o*

*desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionária, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem em suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam.”(Gohn,1997:251-252).*

Portanto, esta conceituação nos permite afirmar que há uma relação direta entre ONGs e Movimentos Sociais. As articulações desenvolvidas entre Movimentos Sociais e entidades/organizações da sociedade civil, especialmente na última década do século passado, por um lado deram aos Movimentos Sociais uma certa infraestrutura que lhes permitiu sobrevivência e maior qualificação de suas ações e, por outro lado, deu maior visibilidade às ONGs a elas ligadas.

Toda esta aproximação e intimidade, protagonizada pelos movimentos sociais e entidades/organizações da sociedade civil, também ensejou a construção de novos espaços de ação e luta social nas esferas públicas e, principalmente, nas novas esferas públicas criadas para interlocução entre o Estado e a sociedade civil organizada.

Portanto, ao final do século XX, no período que esta pesquisa seleciona para investigação, a relação entre sociedade civil e Estado se transformou, passou a ser de outra natureza, não mais de confronto e negação como nas décadas de 60 e 70, ou assembleísta e consultiva como nos anos 80, mas de negociação e proposição onde as ONGs assumiram um papel de grande importância, tanto como representante de Movimentos Sociais como de parceria na formulação de políticas públicas.

Esta situação nos permite uma nova visão, ampliada, da relação entre sociedade civil e Estado, resultado das transformações que ocorreram fruto de lutas e ações sociais ao longo do último quarto do século passado.

Assim, caminhamos para a segunda categoria que ora utilizamos, a categoria Estado.

## 1.2- O Estado

Quem nos ofereceu um conceito ampliado da relação entre sociedade civil e Estado foi Antonio Gramsci, o qual considerava que há uma relação direta entre sociedade política e sociedade civil. Na elaboração de Gramsci, o Estado compreende a **sociedade política** como governo, burocracia, forças armadas, sistema judiciário, que se caracteriza pelo conjunto dos aparelhos concentradores do monopólio legal da violência e visa a dominação; a **sociedade civil** é vista como o conjunto de organismos privados e voluntários, que elabora e difunde ideologias e valores simbólicos visando a direção política, cultural e moral dos cidadãos.

Utilizando-se de uma imagem, a sociedade civil representa o Estado visto de baixo e a sociedade política é o Estado visto do alto.

Haveria, pois, uma relação dialética de “identidade-distinção” entre sociedade civil e sociedade política, esferas unidas, visto que a articulação de consenso e coerção dão a supremacia, que se revela como dominação e como direção intelectual e moral de certo grupo sobre a sociedade e a estruturação do poder (Semeraro:2001).

Assim o conceito de Estado de Gramsci considera-o como sendo a composição de elementos políticos e sociais, da força das instituições e da liberdade dos organismos privados; da inter-relação entre estrutura e superestrutura; da compenetração do aparelho estatal com a sociedade civil organizada.

O Estado, pois, além do aparelho governamental, compreenderia o aparelho privado da sociedade civil, onde a função da sociedade civil, dentro dele, é o do lugar onde se decide a hegemonia, se confrontam os projetos de sociedade, onde há a seleção destes projetos via confrontos, que por sua vez estabelecerá a direção geral na economia, na política e na cultura, ou seja, a sociedade civil é o espaço das iniciativas econômicas e da manifestação das forças ideológicas e culturais. Hegemonia, por um lado, refere-se às relações entre grupos/classes sociais, onde se considera que uma fração da classe dominante exerce uma orientação hegemônica sobre outras frações aliadas do bloco do poder, orientação que tem por base uma liderança moral e intelectual oriunda de uma supremacia econômica da fração dominante. Por outro lado, hegemonia se refere também às relações entre as classes dominantes e subalternas, basicamente, na predominância ideológica das normas e valores das primeiras sobre normas e valores das classes subalternas. Ou seja, a orientação hegemônica se estabelece primeiro mediante persuasão moral e intelectual e, segundo, pelo poder da violência organizada (exército, política ou legal). Assim, toda e qualquer relação de hegemonia é, antes de mais nada, uma relação pedagógica, portanto, o Estado se constituiria como instrumento de racionalização, ou seja,

*“O Estado é todo o conjunto de atividades teóricas e práticas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não somente a sua dominação, mas também consegue obter o consenso ativo dos governados”*(Gramsci apud Semeraro,1999).

No Brasil, histórica e estruturalmente, a dominação e o consenso aludidos por Gramsci, se verificam no fato de que, para as elites governantes além da esfera estatal existiria apenas o mercado, ao qual estariam subordinadas as políticas governamentais, não entendendo, pois, a sociedade civil organizada no sentido gramsciano, como espaço onde se articulam as alianças e as políticas alternativas de um novo bloco no poder, mas, sim entendendo-a no sentido liberal que a identifica como mercado.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, resultado de uma reorganização político-social, trouxe a possibilidade de desenvolvimento de um novo pacto social que, de certa forma, coincidia com propostas do Estado de Bem-Estar Social (Gonçalves: 1996). Não caberia só ao Estado assumir a redistribuição dos benefícios sociais, mas a formulação, execução e regulação das políticas sociais públicas deveriam contar com a participação direta da sociedade através de suas organizações representativas.

Tal proposta enseja, por um lado, uma via progressista - que redundava em um novo tipo de sociabilidade, na qual a descentralização é vista na execução da política-sociais públicas com a participação direta da população na formulação de programas e projetos (argumentando-se que estes seriam executados com mais autonomia e próximos dos celeiros demandatários); por outro lado, uma via conservadora - ao se propugnar a entrega da prestação direta dos serviços públicos pelo Estado aos “sadios mecanismos de mercado”, ou seja, a questão social deveria ser equacionada dentro do mercado e sem intervenção estatal, supondo que o mercado, sem amarras estatais, fosse capaz por si de responder as demandas da população (Gonçalves, 1996).

Verifica-se uma convergência, que não significa identidade, entre as duas vias, no tocante ao coincidente apoio ao abandono do monopólio estatal para as políticas sociais públicas. Esta convergência teve como aporte o recrudescimento de ideais liberais, travestidos da alcunha neoliberal, que propunham a imperiosa necessidade da adoção de pressupostos minimizantes da ação estatal, ao mesmo tempo que preconizavam a (re)valorização da sociedade civil. Com isso, pavimentou-se o caminho para um discurso que apontava para a inviabilidade da ação governamental diante da escassez das verbas públicas que impediam o Estado de operar as políticas sociais públicas, como educação, saúde e assistência social, ações prioritárias do governo.

Assim, mesmo com uma proposta progressista constitucional, dada pelo processo de descentralização preconizado na constituição, implantou-se um modelo conservador baseado em premissas do mercado. Houve uma retração progressiva da intervenção de Estado na área social, um abandono do modelo constitucional para adoção de políticas

sociais que se limitam à ações de assistência complementar a problemas específicos, ações compensatórias e estruturadas conforme estratégias pautadas pela lógica mercadológica, invariavelmente, em parceria com entidades da sociedade civil, localizados, principalmente, no Terceiro Setor.

Poderíamos considerar que ocorreu uma mudança de rumo, independente dos interesses vinculados a ela, que inverteu a racionalização estatal. Esta nova postura, transformou completamente a idéia de Estado historicamente construída em nosso país, ao não mais considerá-lo como um fim em si mesmo, mas como um aparelho/instrumento direcionado à sociedade civil, porém, representante de interesses particulares e não universais, conforme Norberto Bobbio explica ao referir-se a teoria do Estado de Gramsci: “...*não é um ente sobreposto à sociedade subjacente, mas é condicionado por essa e,..., a essa subordinado...*” (in Semeraro,2001:180).

Portanto, este conceito gramsciano aponta para a relação íntima entre Movimentos Sociais, entidades/organizações da sociedade civil e Estado o que traz luz às mudanças que observamos nos últimos anos, principalmente ao fato de que Movimentos Sociais e entidades/organizações da sociedade civil passaram a desempenhar papéis que antes eram tidos como de exclusividade do Estado e que este, por incapacidade, inépcia ou excesso de demandas, não pode mais realiza-los.

Esta relação íntima, desenvolvida entre Estado, Movimentos Sociais e entidades/organizações da sociedade civil, como as ONGs, nas últimas décadas, permitiu também outras mudanças que foram importantes no estabelecimento de novas estruturas que transformaram a participação política e social. Com isso adveio também a geração, um novo ciclo de cultura política no Brasil.

É o que diz respeito as próximas categoria a serem utilizadas, Participação Política e Social e Cultura Política.

## 1.3- Participação Política e Social

Existem diferentes abordagens dessa categoria. Na marxista, articula-se o conceito participação a outras duas categorias de análise: lutas e movimentos sociais. Como afirma-nos Gohn

*“A análise dos movimentos sociais...”, sob este prisma, “...refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural” (2001:25).*

Nesta abordagem os fatores políticos assumem total relevância e as revoluções papel proeminente nas transformações.

Bobbio, Matteucci e Pasquino (1992), afirmam que a categoria, participação política, pode ser utilizada como fonte designadora de uma série de atividades, tais como: ato do voto, militância partidária, contribuição para uma determinada agremiação política, discussão sobre acontecimentos políticos e/ou informações políticas, participação em manifestações, assim como em comícios, reuniões, pressão sobre dirigentes políticos etc. Segue-se que nesta conceituação o ato de votar e a participação em atividades políticas são comumente os mais valorizados.

Para outros autores, como Sani (apud Gohn:2001), observou-se uma revitalização da participação articulada em outros canais, uma abordagem que remetia importância exclusiva aos mecanismos de políticas sociais assistencialistas. Mormente esta revitalização ligava participação à cidadania associada a categoria exclusão social, ou seja, exclusão definida como não-participação e participação como elemento fundamental da não-exclusão, na qual o indivíduo ao estar apto a participar, automaticamente estaria incluído, o contrário, também, se verificaria.

Jean-François Stassen (apud Gohn: 2001), afirma que há participação quando os indivíduos se sentem valorizados e que são necessários a alguém, sentem-se contribuidores e têm um lugar na sociedade, que são úteis. De forma que mecanismos de

integração social e de identidade revelam-se mais importantes do que políticas sociais de assistência, ou seja, *“a dimensão socio-relacional é fundamental para motivar a participação e combater a exclusão dos excluídos”*(op.cit:28-29).

Já Tragtemberg, refere-se à participação como *“democratização radical da sociedade (...) qualquer ação aumenta a autonomia, a iniciativa, a participação real, a solidariedade, as tendências igualitárias e a auto-organização”*(1987:22-23).

Observa-se que a categoria participação, esteja ela vinculada à questões políticas ou à questões sociais, é imperiosa como forma de democratizar o Estado e seus aparelhos, assim como as relações sociais. A questão que se coloca é: por um lado, na busca pelo “bom” funcionamento das instituições e pelas garantias do “Estado de direito”, ou seja, como expressão da sociedade civil, o que a participação demandar deve estar sempre dentro dos limites das normas e das “regras do jogo”, preocupando-se, exclusivamente, com os ordenamentos jurídicos e as “garantias” democráticas; por outro lado, a participação como campo de desenvolvimento de valores e novos horizontes sociais, econômicos, políticos e culturais, superando os limites traçados por regulamentações determinadas por forças dominantes.

Gohn (1988), afirma que participação tem o significado de presença em atividades existentes, com suas estruturas e finalidades. Ao mesmo tempo, ela contribui para a dinamização do processo em ação, visto que, os indivíduos não são neutros, nem passivos. A autora infere dois tipos à categoria: 1º. participação real, aquela que origina o novo, que surge de profundas contradições na sociedade, negando os termos dado por aquilo que está instituído; 2º. participação formal, de caráter legalista, origina novidade, porém, não o novo, levando, por consequência, à reformas e não a transformações.

Portanto, participação sociopolítica é uma conquista, um vir a ser, num eterno “em processo”, onde implicadas estão a identificação do indivíduo com o grupo social restrito às entidades e o grupo social do qual faz parte em seu cotidiano, que pode gerar, ou a novidade ou o novo.

A partir dos anos 90 verificou-se um incremento da participação popular nos âmbitos político e social tanto por interesses políticos partidários como por pressão e influência direta da população, ou seja, houve participação sociopolítica real e formal. De qualquer forma houve espaço para o desenvolvimento de uma nova cultura política.

É exatamente esta nova cultura política que foi gerada na última década que importa. Segundo Gohn (1999), as novas instituições, os quadros de pessoal formados pela relação entre Estado, Movimentos Sociais e entidades/organizações da sociedade civil e sua nova mentalidade sobre a coisa pública, valores que se consolidaram na sociedade são os exemplos desta nova cultura política.

## 1.4- Cultura Política

Schelling (1990), discute três tipos ou conceitos de cultura, a saber:

- 1) Cultura é “*uma esfera superior e separada da atividade humana*”(p.27), resultado de relações materiais;
- 2) Cultura é um modo universal de vida, “*substantivo coletivo para padrões de comportamento socialmente adquiridos através da tradição (...) um fenômeno supra individual...*” que é “*...apreendida, partilhada e adquirida, tornando-se permanente através do tempo e independente de seus portadores*”(p.27-28);
- 3) Cultura é práxis, onde, através da interação com a natureza e da interação comunicativa com outros e a organização social, o homem ao mundo adapta-se e transforma-o.

À priori, consideramos a cultura, apoiando-nos nas conceituações acima, como aquela que, por um lado, liga relações sociais com relações entre dominador e dominado, de formas que “*a produção cultural da sociedades está intimamente vinculada às relações de poder econômico, político e ideológico na vida social...*”(Schelling: 1990,36-37); por outro lado, a cultura pode ser uma fonte indicadora de uma práxis transformadora.

No marxismo cultura pode ser concebida “*como relação material determinada dos sujeitos sociais com condições dadas ou produzidas por ele*”(Chauí, apud Gohn,1999:24), onde os fenômenos das idéias, dos valores e das ideologias não são dotadas de autonomia.

Já em Gramsci (1978), cultura é a forma de definição de poder de uma classe, poder este que se manifesta na direção intelectual e moral da sociedade em busca de um consenso. A construção de um novo consenso, de uma nova cultura assume papel de força social transformadora capaz de romper e superar a ofensiva da cultura dominante. Dar-se-ia esta transformação pelo fato do espaço da sociedade civil ser, por excelência, o espaço das manifestações ideológicas e culturais, onde se estabelecem as lutas entre o diferentes modos de ver a realidade.

Assim, mais do que fruto da infra-estrutura de produção econômica da sociedade, a cultura é “*fruto de vários processos sociais onde as relações de produção convivem com relações (...) político-ideológica.*” (Gohn, 1999:34) e isto lhe confere a possibilidade de ser práxis transformadora.

Haveria um embate entre o que é hegemônico e o que busca por hegemonia, ou conforme Caldart “*os espaços de reprodução da cultura hegemônica e de produção de cultura própria estão de tal maneira interpenetrados, já que são integrantes de um mesmo processo social de vida cotidiana*” (1987:39).

Gohn afirma que a cultura tem:

“*um caráter relacional, com sentido e significado construídos nos processos de interação (...) há uma tensão constante entre os significados e os sentidos que um grupo ou movimento social procura atribuir/construir via suas práticas, e os outros significados e sentidos de outros grupos/movimentos. Isto ocorre porque as relações de poder não aludem apenas às relações de força física, material. A cultura é também uma força, enquanto prática plena de significados. Ela demarca diferenças porque estas são produzidas no interior dessas práticas de significações*”(1999:34-35).

Neste sentido de cultura, que cabe também à cultura popular, como instrumento estratégico para transformações e mudanças sociais, podemos ensinar o mesmo à cultura política.

Bobbio, Matteucci e Pasquino, referem-se à cultura política como algo não homogêneo, pois, *“a cultura política de uma dada sociedade é normalmente constituída por um conjunto de subculturas (...) um conjunto de atitudes, de normas e valores diversos, amiúde em contraste entre si”* (1992:308).

Já Moisés, define-a como:

*“um conjunto de valores, orientações e atitudes políticas entre os diferentes segmentos em que se divide o mercado político e resulta tanto de processos de socialização, como da experiência política concreta dos membros da comunidade política”* (Moisés, 1992:7).

Os autores referem-se, os primeiros explicitamente, o segundo implicitamente, a *“subculturas políticas, ou seja, um conjunto de atitudes, normas e valores diferentes segundo o nível de educação, grupo étnico, localização geográfica, posição econômica e social e fé religiosa”* (Souza, 1999:38), levando a consideração que cultura política não é uma simples herança histórica.

Há uma interação entre valores tradicionais e valores novos no processo de construção da cultura política, *“num jogo de reciprocidade”* (Gohn, 1999:56-57), ação comunicativa como constructo de um espaço dialógico onde ocorre o reconhecimento das intersubjetividades, ou seja, das subculturas políticas adjacentes ao grupo social.

Assim, cultura política, apoiando-nos em Gohn,

*“se constrói ao longo da trajetória e não é mera herança das tradições passadas (...) se constrói a partir da experiência no cotidiano”* (1997:259), pois, *“a mudança gradual e lenta da cultura política é fator resultado do exercício da cidadania, sob a forma ativa, aquela que opera via participação dos cidadãos”* (1998:13).

No Brasil, se historicamente cultura política foi observada amiúde como um instrumento não democrático, autoritário e excludente, baseada em valores tradicionais, a partir dos anos 80 o processo de redemocratização foi marcado pela construção de uma nova cultura política. Deu-se principalmente pela contestação marcante da parte dos movimentos populares à cultura política tradicional, pontuada pela redefinição da noção de cidadania; e nos anos 90 por parte de ONGs, novos espaços de construção de uma cidadania que se pretende não excludente, porém, num processo heterogêneo, contraditório, marcado por refluxos e desigualdades (Gohn,1999).

Não obstante avanços e retrocessos, dificuldades e conquistas, observa-se nos movimentos sociais e, mais recentemente, nas ONGs, que eles tiveram e têm um papel importante na formulação, construção e realização de uma nova cultura política. Para Ortiz (apud Gohn,1999:63) *“os movimentos sociais, as ONGs atuam dentro de um contexto que reflete a modernidade da sociedade brasileira”*.

Portanto, cultura política não é mero fruto de tradições e sim constructo cotidiano e em movimento de práxis de transformação. Este processo se dá em espaços próprios da sociedade civil, como as ONGs e nas relações destas com o Estado.

Assim, a nova cultura política e a participação política e social são também resultados da íntima relação entre Movimentos Sociais, Estado e entidades/organizações da sociedade civil.

## 1.5- Sobre Educação Não-Formal

Este capítulo tem por finalidade definir o que é educação não-formal e quais matrizes teóricas especificam sua forma de atuação.

A educação não-formal tem assumido uma importância significativa no cenário nacional, chamando a atenção dos mais diversos segmentos da sociedade atualmente.

Esta ampliação na importância da educação e na atenção dadas à educação não-formal, além de suas especificidades, permitem que ela seja direcionada e responda a interesses político-pedagógicos e ideológicos diversos.

Educação não-formal é proposta de atuação da entidade objeto da pesquisa e, se conseguirmos vislumbrar quais matrizes teóricas as embasam, teremos um instrumento valioso para a análise de sua trajetória histórica.

A educação não-formal designa, como nos mostra Gohn (1999), um processo com seis dimensões: aprendizagem política; capacitação ao comunitarismo; capacitação para o trabalho; aprendizagem de conteúdos da escolarização formal; educação na/pela mídia; e educação para arte de bem viver.

Com a aprendizagem política se buscaria, através de participação em atividades grupais, fazer com que o indivíduo se reconheça como cidadão pleno de direitos através de um processo de conscientização e compreensão de seus interesses, do meio social e da natureza ao seu redor. Já a capacitação ao comunitarismo, visa a oferecer ao indivíduo a aprendizagem para o exercício de práticas de organização com objetivos comunitários em busca de soluções para questões coletivas do cotidiano destas. Por sua vez, a capacitação para o trabalho oferece ao indivíduo, por meio da aprendizagem de habilidades, o desenvolvimento de potencialidades latentes. A aprendizagem de conteúdos da escolarização formal se dá em espaços e locais diferenciados ou alternativos, onde realizar-se-á o ato de ensinar *“de forma mais espontânea e as forças sociais organizadas de uma sociedade têm o poder de interferir na delimitação do conteúdo didático ministrado bem como estabelecer as finalidades a se destinam*

*àquelas práticas*” (Gohn:1999:99). Alternativo também o é a educação pela e na mídia, porém, como instrumento de divulgação de informação e conhecimento que tanto podem se atrelar a conteúdos formais, como àqueles que respondem a interesses particulares. Por fim, a educação para a arte de bem viver se refere a difusão de técnicas de autoconhecimento, autocontrole, automotivação através das mais diversas formas, muitas vezes através de expressões do senso comum, de ensino de filosofias e técnicas milenares orientais de relaxamento, meditação, respiração, alongamento muscular, outros que tentam o reestabelecimento de conhecimentos tradicionais, mesclando-os com a utilização de outros cientificamente ou culturalmente consolidados.

Assim, educação não-formal tem estrutura e organização, mesmo que não se dê usualmente fora dos espaços e limites da escola. Esses processos ocorrem ao se adaptar conteúdos às necessidades de aprendizagem de cada grupo social; caracterizando-se como maneira diferenciada em tratar e executar a educação; ao comprometer-se com questões verdadeiramente necessárias do grupo social, fazendo com que a obrigatoriedade da aprendizagem não responda, necessariamente, às imposições da educação formalizada e sim como espaço de vivência social de forma prática e lúdica. Além disso, a participação dos agentes envolvidos dar-se-á pela interação de culturas diversas, de forma que aflorem as diferenças, e estas sejam aceitas e respeitadas.

Portanto, a liberdade, a não fixação de local e tempo, a adaptação de conteúdos, o caráter voluntário, a promoção de socialização e de solidariedade, a criação de projetos de desenvolvimento e de mudança social, as relações pouco formais e hierarquizadas, o favorecimento da participação e a gestão descentralizada, não implicam numa desorganização ou falta de estrutura no campo da educação não-formal. Muito pelo contrário, definem sua atuação.

Seguindo este dimensionamento, Gohn (1999) inferiu, à educação não-formal, conforme seus objetivos, dois grandes campos de atuação. Um tipo destinado a alfabetização e/ou transmissão de conhecimentos historicamente sistematizados através de procedimentos e métodos não oficiais, ou seja, com a preocupação de transmitir os

conteúdos da escola formal, repassando o acervo de conhecimentos acumulados pela humanidade, com estrutura e organização distintas das instituições escolares, em espaços alternativos, com metodologias e cronologia diferenciadas, além de uma flexibilidade curricular que se adapte à realidade dos sujeitos das ações educativas. Essas ações são encontradas em sua maioria em áreas denominada educação de jovens e adultos, mas elas ocorrem também com crianças, idosos etc..

O segundo campo, que não se dirige ao aprendizado de conteúdos da educação formal, refere-se à educação desenvolvida no processo de participação social. Conforme Gohn *“a experiência das pessoas em trabalhos coletivos que gera um aprendizado.”* (Gohn: 1999, 103), de forma que a produção e apreensão do que deve ser dar-se-á através da vivência de situações-problema, de forma que a interação entre os indivíduos participantes tornar-se-á fundamental para este mister. Neste tipo, também afirma-nos Gohn (1999), as ações dão-se ao nível da comunicação oral/verbal, trazendo consigo todo um conjunto de representações e tradições culturais.

Podemos notar que nos dois campos acima o objetivo principal na educação não-formal é a cidadania, e além disso, eles são pensados sempre em termos coletivos e, por conta disso, terão sempre um caráter coletivo, ou seja, *“um processo de ação grupal, (...) vivida como práxis concreta de um grupo”* (Gohn: 1999, 104).

Assim, o processo de educação não-formal se dá a partir de relações sociais marcadas pela subjetividade dos participantes onde os mediadores, agentes assessores como os denomina Gohn, desempenharão o papel de comunicadores, buscando uma interação de sujeitos, falantes e capazes de agir, a fim de se estabelecer relações interculturais, almejando uma compreensão sobre a situação em que ocorre a interação e sobre os respectivos planos de ação com vistas a coordenar suas ações pela via do entendimento, ou como escreve-nos Gohn:

*“O agir comunicativo dos indivíduos, voltado para o entendimento dos fatos e fenômenos sociais cotidianos, baseia-se em convicções práticas, muitas delas advindas da moral, elaborados a partir das experiências anteriores, segundo*

*tradições culturais e condições histórico-sociais de determinado tempo e lugar”*  
(Gohn: 1999, 104-105).

Percebe-se, pois, que a educação não-formal traz em si a possibilidade da criação de novos conhecimentos que poderão revelar novas soluções para os problemas cotidianos dos seres-humanos.

No entanto, a educação não-formal, também pode servir como instrumento de restauração de certos valores socio-culturais conservadores ou na propagação de outros neo-conservadores. Isto porque, segundo Almerindo Afonso Janela “*diz respeito ao facto de a educação não-formal estar a ser fortemente conotada com os efeitos educativos dos meios de comunicação de massa, ou estar a ganhar uma centralidade crescente em diferentes contextos de trabalho (...), ou ainda ao facto de se estar a espalhar a nova ideologia da sociedade cognitiva (ou da sociedade da aprendizagem), que, numa aparente valorização da educação, pretende, em última instância, responsabilizar os indivíduos pela sua própria informação, formação e qualificação, em função de objetivos que pouco ou nada têm a ver com o seu desenvolvimento pessoal e intelectual numa dimensão crítica e emancipatória*” (in Von Simson, 2001:33).

Encontramos, portanto, no campo da educação não-formal diferentes ideais político-pedagógicos, determinados por princípios, suposições e hipóteses, diferentes racionalidades teóricas, ou seja, dependendo de situações ou contextos histórico-sociais, as práticas exercidas no campo da educação não-formal podem ter conteúdos ideológicos diversos.

Assim sendo, mesmo que no campo da educação não-formal, a retórica evoca questões destinadas à ativação política e participativa da cidadania dos envolvidos; suas práticas podem trazer a possibilidade da criação de novos conhecimentos e novas soluções para os problemas cotidianos dos seres-humanos, como podem servir de instrumento restaurador de certos valores sócio-culturais conservadores ou na propagação de outros neo-conservadores. Tudo isso dependerá, como exposto anteriormente, dos princípios, suposições e hipóteses subjacentes a estas práticas.

Cabe-nos, pois, elucidarmos qual, ou quais, racionalidades teóricas subjazem as práticas da educação não-formal.

O sentido da educação no presente se assentaria na tentativa de solucionar a problemática individual e a problemática societal. Como educar o indivíduo de modo a assegurar-lhe o desenvolvimento completo de sua personalidade ao mesmo tempo conservar a estabilidade da vida institucional e promover sua evolução, ou seja, assegurar simultaneamente liberdade individual e justiça social, equilibrar direitos individuais e deveres sociais, desenvolvimento pessoal e desenvolvimento social.

A educação, em suma, tem sido definida como preparação para a cidadania tanto num sentido de ajustamento à sociedade, como de preparação para uma nova vida social.

Haveria, pois, duas matrizes ou racionalidades teóricas da educação contemporânea que englobam/encampam estas tendências historicamente desenvolvidas.

A primeira matriz é dada pela racionalidade incremental - que tem como núcleo básico tornar os processos educativos uma variável funcional no complexo estrutural e sistêmico da economia e sociedade capitalistas, funcionalidade que liga-se à percepção liberal pluralista de Estado (Torres,1992), a qual, estritamente, não questiona o sistema sócio-econômico. Nela a educação se apresenta como elemento determinante para equidade e bem-estar social, contributo para a mobilidade social vertical dos indivíduos ao enfatizar que o aumento no nível da educação da população aumentará a produtividade da mão-de-obra, sua remuneração e, conseqüentemente, levará a redução da desigualdade social.

A segunda matriz é dada pela racionalidade estruturalista - que se baseia na análise histórico estrutural do processo de desenvolvimento econômico, social e político. Nela a educação é tida como fenômeno social importante no crescimento capitalista ao regular os fluxos da mão-de-obra, socializar certas normas e valores, reforçar o controle social e hegemônico mesmo que em alguns casos se tornem fontes de contradição e conflito (Torres,1992). Haveria um hiato entre mercado de trabalho e os resultados da educação, percebíveis no desajuste estrutural do sistema educacional tido como

homogeneizante diante de um sistema produtivo altamente heterogêneo, no desajuste entre o número de formandos e a possibilidade do sistema absorvê-los, e na superqualificação de uma mão-de-obra quando o mercado busca níveis mais baixos de qualificação.

Estas duas racionalidades, acerca da educação contemporânea, tomando-as como um esforço teórico, não histórico, no nível de análise que buscamos, se as transpormos para a educação não-formal, poderão responder as nossas questões sobre ativação e participação política dos envolvidos.

Tanto o instrumentalismo, quanto o estruturalismo podem servir a uma prática educativa que visa ativação política e participativa da cidadania como podem servir a uma prática de fortalecimento da ordem social e política através do controle político e da limitação da participação da cidadania. Isto dependerá da dinâmica social que envolve as práticas, dinâmica esta que faz com que as racionalidades apenas parcialmente influenciem as práticas.

Surgem, assim, de cada racionalidade duas abordagens no tocante a possibilidade de ativação e participação política dos atores envolvidos, predominantemente.

Do instrumentalismo as abordagens emergentes, não necessariamente contraditórias, são:

1. Neo-Teoria do Capital Humano - Neo-TCH: a educação deve adequar-se aos novos requisitos do mercado de trabalho. Entendo-a como “um capital adscrito a cada indivíduo”, mantém-se, da Teoria do Capital Humano, a relação entre educação e desenvolvimento, porém, insistindo na linearidade entre educação e emprego como investimento individual (Frigotto in Souza, Santana e Deluiz, 1997). Além disso a educação fomentaria preocupações com a iniciativa, a autonomia e a participação, desde que controladas e reguladas por uma espécie de “verniz humanista” (Deluiz in Souza, Santana e Deluiz, 1999), de forma que a educação permitisse mudanças sócio-psicológicas, de atitudes, valores e expectativas, consequência direta da alfabetização, do aumento nas comunicações, da exposição midiática, da modernização e da

urbanização. No entanto, concentra sua ação mais numa educação formal. Nesta vertente, consideramos que há ativação e participação política;

2. Idealismo Pragmático: ligada à filosofia da educação de John Dewey, afirma que a todo indivíduo cabe uma potencialidade ilimitada que deve ser explorada buscando o seu próprio benefício e da sociedade através da educação baseada mais num exercício da experiência do que exercício racional. Esta abordagem, como a anterior, não questiona a sociedade capitalista e desvincula a educação do sistema social por considerá-lo valorado e necessário, ou seja, não contraditório. As condições para o desenvolvimento individual e social são: transpor para a educação as possibilidades do progresso técnico-científico e a tarefa de educar as camadas subalternas da sociedade caberá as elites, num esforço de desenvolvimento cultural. Diferentemente da Neo-TCH, aponta mais para as práticas de educação não-formal e menos de educação formal, porém, dá um realce todo especial a utilização de novas tecnologias. Portanto, esta abordagem visa o controle político e participação limitada.

O estruturalismo contém, por sua vez, duas macroperspectivas contraditórias. São elas:

1. Pedagogia do Oprimido: personalizada na figura de Paulo Freire, contrapondo-se aos fundamentos capitalistas, parte do princípio que os principais problemas da educação não são pedagógicos ou metodológicos, mas sim políticos. A educação é tida como instrumento de colaboração pedagógica e política com setores sociais subalternos na busca de uma transição social através de ações culturais cujo objetivo central está no desenvolvimento da consciência crítica como teoria e prática de classe. A educação, nesse sentido, atrelaria-se às necessidades e demandas das comunidades, representando uma pedagogia libertadora e progressista. Esta abordagem pode ser considerada epíteto da educação não-formal, pois trata-se de definição da prática, ligada às necessidades das comunidades, e por buscar responder diretamente às demandas mais do sistema formal. Obviamente visa participação e ativação política;

2.Engenharia Social: não questiona a base capitalista, se apoia numa teoria política normativa que atribui ao Estado, em conjunto com setores privados, a responsabilidade pelo modelo de desenvolvimento econômico, onde a concepção se daria de forma centralizada e a execução e a operacionalização de forma descentralizada. Nesta orientação, a educação é uma resposta conjuntural aos processos de mobilização e expansão da demanda social, cuja função estaria atrelada à formação de recursos humanos como instrumentos para fins econômicos. A educação se apóia, por um lado, em um sistema formal de educação prolongado com altos níveis de investimento e retorno, destinada a uma camada privilegiada da população e, por outro lado, em sistemas não-formais para os setores destinados a ocupar posições sociais menos atraentes como forma de compensar esta parcela da população marginalizada dos sistemas formais, sem, no entanto, se levar em conta os componentes sociais da educação. Definitivamente, visa controle político e participação limitada.

Essas são as abordagens derivadas das racionalidades teóricas acerca da educação contemporânea. Não as vemos como tipos ideais, ou como instrumentos analíticos de classificação mecânica das práticas desenvolvidas pela entidade objeto da pesquisa, mas como instrumento de auxílio para o estudo das práticas desenvolvidas, especialmente, no tocante às possibilidades de ativação e participação política.

Portanto, elas podem nos auxiliar a entendermos o que está implícito nas práticas de educação não-formal realizadas pelo CEDAP durante sua trajetória histórica.

## CAPÍTULO 2

### 2.1 Sobre ONGs e Terceiro Setor

Este capítulo faz um resgate histórico do desenvolvimento das Organizações Não-Governamentais e entidades do Terceiro Setor, fenômeno recente na história brasileira, o que não o torna menos importante e de uma característica marcante e visível de suas ações, as parcerias que desenvolve com o poder público.

Scherer-Warren define ONGs como:

*“...organizações formais, privadas, porém, com fins públicos e sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvos específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global)”(1995:165).*

Pode-se caracterizar as ONGs como: organizações da sociedade civil que possuem uma certa estrutura formal, elas se estabelecem com a finalidade explícita de alcançar objetivos, os mais variados; mais ainda, são organizações sem fins lucrativos com certa autonomia e visam a realização de projetos e programas na área de projetos e programas de desenvolvimento, com o objetivo de contribuir no combate das condições de vida desiguais e injustas no mundo. São organizações que se concentram em áreas especiais do campo social, atuam via o trabalho informal dirigido à pessoas e grupos dentre os dito excluídos e marginalizados da sociedade.

Assim sendo, as ONGs são um fenômeno mundial fruto do século XX, elas introduziram novidades institucionais conforme executam atividades de interesses públicos fora da máquina governamental.

Segundo Gohn:

*“Elas potencializam as forças organizadas da sociedade e criam um novo campo de trabalho: o trabalho social voltado para as populações mais pobres, em especial crianças e mulheres, categorias sociais recortadas pelas já clássicas questões da idade e do gênero, e não mais por problemas coletivos urbanos ou de aglomerações populares, clientelas dos movimentos populares.”* (1997:59).

Para chegarem a tal ponto, as ONGs percorreram um caminho que teve um ponto importante na resolução 2.888 de 1950 do Conselho Econômico e Social das Organizações das Nações Unidas-ONU, que as designou como entidades não-oficiais, fomentadas por órgãos públicos, com o intuito de executar projetos de interesse social, numa filosofia de desenvolvimento de comunidade.

Naquela época, começo dos anos 50, as ONGs existentes atuavam como organizações voltadas para ajuda e desenvolvimento das ex-colônias e países africanos; no correr dos anos 60, nas ONGs novas e antigas, suas atuações foram demarcadas pela institucionalização. Essas atuações se deram, especialmente, na área político-desenvolvimentista (parte das entidades surgidas naquele período e que se mantiveram até hoje, atuam na cooperação internacional, na ajuda ao desenvolvimento de países do terceiro mundo). A partir do final dos anos 60 e no decorrer dos 70, em países do Terceiro Mundo as ONGs atuavam próximas dos novos movimentos sociais (ecológicos, de mulheres, pela paz etc.).

Nos anos 80 este cenário de atuação das ONGs começa a mudar. Se antes a ação se dava com apoio financeiro originário basicamente de organizações internacionais, a partir do final dos anos 80 elas passam a atuar de forma independente e aportes advindos de outras fontes lhes são concedidos. O próprio Banco Mundial passou a conceder a elas uma grande atenção, priorizando, conforme Gohn (1997), ações em parcerias por considerá-las mais eficientes que as agências governamentais, no apoio a atividades no âmbito da política de desenvolvimento. Elas passaram a ter acesso a recursos advindos de fundos públicos assim como a criarem programas de geração de rendas.

Nos anos 90, as ONGs passam a ter representação significativa junto a sociedade, onde o seu denominador comum é a razão social de fins não-lucrativos (Gohn:1997).

Esta trajetória nos mostra que os campos de atuação das ONGs não é único. Ele variou historicamente do assistencialismo (por meio das entidades de cunho filantrópico), para o do desenvolvimentismo (com programas de cooperação internacional entre elas e agências de fomento públicas ou privadas) ao campo da cidadania (por meio das ONGs criadas a partir de movimentos sociais que lutam por direitos sociais).

A trajetória das ONGs nos países da América Latina é *sui generis*, se comparada a de entidades do norte do continente e da Europa. Apesar de iniciar-se com o campo do assistencialismo, quando da incrementação do campo do desenvolvimentismo, as políticas de cooperação internacional aos países da América Latina ocorreram junto com os movimentos sociais (sindical e populares), especialmente nos anos 70 e 80.

Porém, nos anos 90, no momento em que as grandes mobilizações sociais urbanas se reduziram, as ONGs cresceram e passaram a ter maior visibilidade. Algumas delas, que estavam ligadas aos movimentos se reciclaram e descobriram novas funções deixando de ser meros apoios e passando a ter centralidade e ações autônomas em relação aos movimentos sociais (vide Gohn, 1997).

Como sabemos, o campo da filantropia no Brasil é também bastante antigo no país. Ele teve no próprio Estado fator de forte incrementação, ao criar instituições de intermediação com entidades e organizações assistencialistas/filantrópicas etc.. Muitas dessas entidades, apesar de não se denominarem não-governamentais, faziam parte da vida sociopolítica como entidades caritativas. Neste ponto o fato marcante foi a criação da LBA (Legião Brasileira de Assistência) na década de 50 por Getúlio Vargas.

No campo do desenvolvimentismo, os alvos das ONGs eram setores carentes financeiramente onde as entidades envolviam-se em projetos de desenvolvimento econômico local (que iam desde urbanização rural até programas de desenvolvimento auto-sustentado), relacionados com políticas internacionais de desenvolvimento nas

quais a noção de desenvolvimento de um país, nos anos 60 e 70. Eram determinadas pelo postulado de teorias de modernização, postulado este que afirmava que o desenvolvimento de um país daria-se através e como resultado do crescimento econômico. Grande parte das entidades ou ONGs surgidas na década de 70 enquadraram-se nesta modalidade.

Porém, nos anos 70 e 80, surgiram ONGs que posicionavam-se contra o regime ditatorial aqui imposto e que atuavam em campos, prioritariamente, de “...*organização popular, de luta por direitos e condições mínimas de sobrevivência cotidiana no que diz respeito a necessidades básicas*” (Gohn, 1999:76), entidades, as quais, Gohn denominou *ONGs cidadãs*. As *ONGs cidadãs*, entidades que estavam ligadas aos movimentos sociais populares postavam-se, em sua maioria, contra o Estado ditatorial vigente, mas mesmo assim, elas contribuíram, decisivamente, para a criação de espaços de interlocução entre o Estado e a sociedade civil, demarcando um novo cenário participativo na sociedade civil. As *ONGs cidadãs*, ao lado dos movimentos sociais, também construíram práticas que se traduziram em uma nova cultura de cidadania, demarcando novos espaços para a ação política. Tratava-se de uma militância política que não se confundia com a militância político-partidária. Segundo Gohn, *ONGs cidadãs* eram entidades voltadas para questões da construção ou resgate da cidadania, onde se enquadravam como entidades de capacitação/militância política e de políticas de amparo ou de proteção às camadas populares.

Várias ONGs surgiram, cresceram e se expandiram a partir de meados dos anos 80. As origens diversas (político-partidárias, religiosas, acadêmicas), o crescimento e a expansão verificados, influenciaram e coincidiram com a redemocratização do país e a reordenação das forças políticas sociais em blocos partidários e o início do processo de reestruturação estatal. Conforme Gohn (1997), o primeiro fato criou espaços institucionais às ONGs fazendo-as suporte técnico-político para as novas administrações; o segundo fato, de caráter econômico, estruturou uma rede de instituições comunitárias de maior confiabilidade e eficiência no gerenciamento de

recursos em relação às entidades de caráter público. Ou seja, o primeiro fato conferia legitimidade às ações das ONGs, particularmente as cidadãs, atuando como estruturas formais de levantamento, sistematização e encaminhamento das demandas; e o segundo fato, a constituição de uma rede de solidariedade entre as estruturas formais.

Portanto, até o fim dos anos 80, a trajetória das *ONGs cidadãs* do Brasil revelou-se ser uma forma moderna de participação na sociedade brasileira, pois se organizaram em torno dos direitos sociais (direitos à qualidade de vida, à felicidade, à não-discriminação, à preservação do meio ambiente etc), combinaram valores individuais com coletivos, a racionalidade individual com a racionalidade científica e se constituíram em espaços coletivos de participação da sociedade civil a partir de interesses de grupos tendo como referência movimentos e organizações sociais (Gohn:1997).

Porém, no final desta década as coisas começam a mudar. A nova Constituição brasileira, promulgada em 1988, preconizava unir a democracia direta à representativa, uma nova concepção de participação que representou o divisor de águas no sentido de que as ONGs, especialmente as cidadãs, tinham diante de si um dilema que poderia representar o rompimento com a tradição, até então mantida, de ser contra o Estado, ou seja, o dilema de “*participar ou não das novas políticas sociais estimuladas pelo Estado*” (Gohn: 2000,63).

Nesta época, também, se verificou a redução do aporte de recursos das agências de financiamento e de cooperação internacionais, que passaram a ser mais direcionados então para a “redemocratização” do leste europeu, fato que levou as ONGs a sua maior crise econômico-financeira. Porém, este cenário se revelou indutor ao impor-lhes a necessidade de se transformarem e alterar suas formas tradicionais de atuação. Passaram, então, da assessoria técnica para a geração de fundos financeiros próprios e a lutarem pelo acesso aos fundos públicos. Segundo Gohn “*buscar auto-suficiência financeira.*” (1999:77) e “*eficiência e produtividade na gestão de projetos sociais, para gerir recursos que garantam a sobrevivência das próprias entidades*” (op.cit:78), ou

seja, competência na elaboração de projetos demarcando, em grande parte, um certo abandono da militância e engajamento verificados até então.

Ao mesmo tempo as *ONGs cidadãs* vivenciavam uma crise que punha em cheque sua própria existência, e determinava-lhes a necessidade de mudanças, em função das alterações nas políticas sociais do Estado advindas de um novo modelo de desenvolvimento marcado pela desconcentração de diversas de suas atividades na área social. Tudo isso culminou, em grande medida, na desativação da atuação estatal direta e na transferência da operacionalização de vários serviços para o setor privado sem fins lucrativos. Com isso surgiram, e/ou se reorganizaram outras ONGs, intimamente ligadas ao Estado e que se auto-denominavam Terceiro Setor.

Diversas organizações, fundações, associações, entre outros, que compunham o chamado *Terceiro Setor*, foram criadas ou se reorganizaram com o intuito de:

*“promover o desenvolvimento econômico local, impedir a degradação ambiental, defender direitos civis e atuar em áreas onde o Estado é incipiente, como em relação aos idosos, à mulher, aos índios, aos negros etc., bem como para atuar em áreas onde a presença estatal é de triste memória, como em relação às crianças, em internatos ou nas ruas em situação de risco, vítimas de todo tipo de violência.”* (Gohn,1999:59).

No *Terceiro Setor*, um fenômeno complexo, diferenciado e contraditório, suas organizações se definem com fins públicos e sem fins lucrativos e geram um tipo de associativismo que se apóia ao nível do poder local. O *Terceiro Setor* foi forjado a partir das transformações que ocorreram nas últimas décadas do século passado nas ONGs, movimentos sociais e das associações filantrópicas e comunitárias, transformações estas, fruto da nova ordem econômica e política internacional, alterações no cenário da sociedade civil brasileira em relação ao tipo de organização popular, mas também, fruto das estratégias adotadas com as novas políticas sociais estatais.

*“O terceiro setor é um tipo de “Frankenstein”: grande, heterogêneo, construído de pedaços, desajeitado, com múltiplas facetas. É contraditório, pois inclui tanto*

*entidades progressistas como conservadoras. Abrange programas e projetos sociais que objetivam tanto a emancipação dos setores populares e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, com justiça social, como programas meramente assistenciais, compensatórios, estruturados segundo ações estratégico-rationais, pautadas pela lógica do mercado.”*(Gohn:1999,60), mas, apresenta-se um ponto em comum entre as tendências “...*todos falam em nome da cidadania.*” (Gohn:1999,60).

Este ponto em comum pode se revelar, de certa forma, um indicativo da relação que existe entre o *Terceiro Setor* e o Estado. Várias destas entidades se organizaram, nos anos 90, como locus de uma cidadania outorgada, não como o de acesso aos direitos a uma cidadania emancipatória. Isto se deveu em grande medida às políticas de desativação de atividades do Estado no campo social e a conseqüente transferência de algumas destas atividades para setores da iniciativa privada e que encontraram, em entidades que atuam com perspectivas mercadológicas, pertencentes ao *Terceiro Setor*, parceiros interessados nas novas orientações, de forma que os cidadãos transformar-se-iam em clientes de políticas públicas administradas por entidades do terceiro setor. As ONGs do *Terceiro Setor* entraram para a agenda das novas políticas sociais e, de certo, este novo contexto alterou tanto a relação existente, construída historicamente, entre cidadão e Estado, como a natureza e o local onde as demandas são formuladas e organizadas.

No campo da educação, as ONGs do *Terceiro Setor* passaram a atuar em programas, muitos deles, direcionados à crianças e jovens/adolescentes em situação de risco diante do abandono e face ao mundo das drogas, ou campanhas de alfabetização de jovens e adultos, ensino a distância, resgate de identidades culturais, em programas de treinamento e capacitação de profissionais da rede escolar, creches e/ou escolas de educação infantil.

Mesmo que, *à priori*, considere-se que os resultados destas novas parcerias levem a diminuição do espaço público e da percepção da fronteira entre o público e o privado, e em última instância, perdas de direitos sociais, poderíamos considerar que, mesmo o

Estado diminuindo suas ações, o espaço público amplia-se com a inserção de novos atores e as fronteiras entre o público/privado se diluem com surgimento do público não-estatal levando a reformulação dos eixos norteadores de direitos sociais.

Tais considerações demonstram que o associativismo do *Terceiro Setor* tem uma relação no mínimo conflituosa, quiçá contraditória, com o tipo de associativismo germinal dos movimentos sociais populares das décadas de 70 e 80, o das *ONGs cidadãs*. Gohn (2000a) lembra-nos que enquanto o “antigo” associativismo tinha na política seu eixo articulatório e identitário, reivindicava direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e era “paradigmado” por ideologias de esquerda, grande parte do “novo” associativismo é pouco ou nada politizado, avesso à ideologias. Não obstante as diferenças acentuadas, o “novo” associativismo do *Terceiro Setor* têm sua gênese no “antigo” associativismo e, em grande medida, é herdeiro de sua militância anterior. De qualquer forma, o fenômeno do *Terceiro Setor* nos anos 90 e início deste novo milênio demonstra a importância da sociedade civil atual, conforme afirmam Arato & Cohen (apud Gohn: 1999,82).

Mesmo que alguns analistas considerem este cenário meras respostas das elites dominantes ao combalido movimento sindical e aos movimentos sociais e populares, há de se reconhecer que a estratégia neoliberal para desobrigar o Estado de atuar em áreas sociais (Gentili, 1995); trata-se de algo verdadeiramente novo, considerando-se que o Estado não possui mais o alcance das microesferas da sociedade e que caber-lhe-ia, tão somente, atuar no nível macro. Neste caso, o *Terceiro Setor* assumiria a função de mediador, quando não de implantação direta das políticas públicas para que estas possam ser efetivadas.

Para Gohn (1999), na prática, o *Terceiro Setor* caminha para uma articulação conjunta, de caráter mais propositivo que reivindicativo, entre movimentos sociais e as modernas ONGs, determinadas associações comunitárias, fundações sem fins lucrativos e entidades filantrópicas, de forma que o *Terceiro Setor* assuma o papel de

intermediador entre Estado e sociedade para a construção de espaços de execução de políticas sociais.

Isto se daria tanto sob uma nova forma de gestão dos fundos públicos, como através de relações com grandes corporações que lhes subsidie as ações cujos valores assentam-se numa cultura política propositiva baseada numa lógica associacionista e colaboracionista, seja com o poder público, seja com iniciativa privada.

Além disso, deve-se considerar o fato de que a grande maioria das entidades do *Terceiro Setor* atuam dentro de uma lógica mercadológica, não advogam a questão da necessidade de mudança do modelo de desenvolvimento socioeconômico e suas diversas formas de exclusão; elas buscam, em última instância, incluir os excluídos no modelo econômico já existente.

Já as *Ongs cidadãs*, ao longo desta década, tornaram-se minoritárias e seus trabalhos de militância, mobilização e conscientização da população por seus direitos sociais perderam espaço. Esta relativa desarticulação foi causada, conforme Gohn “*porque o novo, o propositivo, teve que ser absorvido e assimilado*”(2000a:79).

Assim, ao findar o século XX e iniciar o novo milênio, temos, prioritariamente para nossa análise da entidade objeto de pesquisa, duas trajetórias configuradas pelas ONGs no Brasil que correm em paralelo, porém, marcadas por profundas diferenças.

Por um lado vemos várias ações associativas das “tradicionais” *ONGs cidadãs* que buscam unir a militância anterior com o novo propositivo, “*demandas gerais e um tanto quanto abstratas de direitos e cidadania, passa-se para a operacionalização daqueles sentidos em conteúdos específicos*” (Gohn:2000a,79), numa tentativa de efetivação de políticas públicas “*para as crianças, para as mulheres, os índios, sem-terra, jovens e adolescentes.*” (Gohn:2000a,79) e na área da educação, buscando atuar como mediadoras nas políticas de articulação e parcerias entre o governo e a comunidade organizada.

Por outro lado, o *Terceiro Setor* busca desempenhar o papel de intermediação entre Estado e sociedade, papel que antes era ocupado por movimentos sociais

populares, sindicatos e ONGs combativas. Porém, suas formas de atuação, em grande maioria, se dão na implementação e execução de políticas sociais.

Portanto, o que podemos depreender é que as tradicionais ONGs cidadãos colaboraram para a construção de uma sociedade menos injusta e mais democrática, os resultados de muitas de suas ações, especialmente as que se dirigem a públicos específicos se tornam visíveis no decorrer de um longo prazo; nas entidades do Terceiro Setor, por conta de suas especificidades, elas se tornaram, se não mais eficientes na busca dos resultados propostos, elas tem conseguido maior visibilidade de suas ações.

Conforme Gohn (2000a) elas produzem capitais sociais distintos, ou seja, as ONGs cidadãos enfatizam a organização da comunidade e a defesa de seus interesses em busca de uma cidadania plena para a população alvo; as entidades do Terceiro Setor atuam dentro de critérios mercadológicos e na implementação e execução de políticas sociais, o que evidencia suas ações porque são mais focalizados, objetivam resultados numéricos, quantitativos.

De qualquer forma, ambas, são o resultado da trajetória política no qual este tipo de associativismo esteve e está inserido, são o resultado da relação entre Movimentos Sociais, Estado e entidades/organizações da sociedade civil.

Esta relação fica ainda mais clara ao olharmos para uma característica marcante deste tipo de associativismo: a parceria entre o público estatal e o público não-estatal, onde encontramos tanto ONGs cidadãos como ONGs do Terceiro Setor.

## **2.2- Sobre Parcerias**

O termo *parceria* esteve, historicamente, atrelado às relações agrárias, utilizada como referencial nas relações mercantis, notadamente às designações de formas de produção como arrendamento agrícola, entre proprietário e meeiro, ou parcelamento agrícola. De qualquer forma, *parceria* se referia às relações entre proprietário e não proprietário, entre detentor de direitos e detentor de obrigações.

Porém, a esta noção, atualmente, pode-se aludir outra conotação. Manter-se-ia o sentido empreendedor, no entanto, impor-lhe-ia abstrações que fazem parte de relações filantrópicas ou fraternais de um encontro entre iguais, em busca da satisfação de interesses, demandas ou reivindicações comuns.

Tal conotação assentou-se na estratégia produtiva adotada para combater os efeitos da crise do regime de acumulação capitalista, marcada pelo acirramento da competitividade dos mercados na diferenciação e diversificação de produtos.

Assim, o termo parceria passou a ser utilizado, como técnica de “marketing”, nas relações comerciais/mercantis entre empresas e entre empresas e o ser-humano, fazendo com que outros termos, como clientes, fornecedores, devedores, credores, que representam a relação real, passassem apenas a serem vistos ou designarem meros registros contábeis. Essas mesmas idéias e interesses foram adotadas também nas relações entre empresas e determinadas ONGs e entidades do Terceiro Setor.

Poderíamos elencar como exemplos campanhas como: “Empresa amiga da Criança” patrocinada pela Fundação Abrinq, o “Criança Esperança” da Rede Globo, a campanha “Empresa Cidadã” da Rádio CBN, entre outras tantas campanhas que, invariavelmente, trazem como chamada de “marketing” o termo parceria das mais diversas formas, aquela empresa é “parceira” da criança, a empresa televisiva propagandeia os parceiros da escola, esta rádio é “parceira” do meio ambiente, outra empresa é “parceira” do índio, ou da criança, do rio, do mar, ... Se venderia a idéia de que haveria uma relação de confiança, dependência, entrega, modernidade, conscientização, cidadania, entre os que dela participassem, pois, no discurso “parceria” não teria o conteúdo cristalizado e frio do mercantil.

No espaço público esta idéia de “parceria”, e seu fator qualidade-total, teve também grande impacto, fruto, segundo Gentili “*de uma nova retórica conservadora funcional e coerente*” (1995:115) que preconizava a diminuição da interferência e a incapacidade estatal na gestão da coisa pública. No entanto, é com esta noção, na relação entre Estado e sociedade, que se pode avaliar o papel das ONGs e do Terceiro Setor no

embate entre o público e o privado na formulação, gestão e execução das políticas públicas sociais.

No Brasil a parceria entre Estado e ONGs é antiga, mas é a partir de meados da década de 80 que esta relação cresce e se diferencia. Coincidentemente, com o recrudescimento de ideais “neoliberais”, as bases para tal relação se estabeleceram com a vigência da Constituição Federal de 1988 e suas propostas de parcerias entre organizações civis e Estado.

Estas propostas respondiam diretamente às conquistas dos movimentos sociais que lutaram por demandas a serem incorporadas pelas políticas governamentais. Assim, possibilitou-se, por um lado, o desenvolvimento de espaços de interlocução entre Estado e sociedade civil e as entidades ligadas a estes movimentos/organizações populares, que antes eram tidas nobremente como “centros de apoio e assessoria aos movimentos populares” (Landim, 1993), passariam a atuar como atores políticos; por outro lado, a abertura de canais de interlocução foi acompanhado por um ajuste estrutural que transferia responsabilidades do Estado para a sociedade civil e previa a inserção das entidades em projetos de colaboração em políticas compensatórias.

O Estado se aproximou de setores da sociedade civil organizada do Terceiro Setor, mais qualificados e eficientes, assim como ágeis e eficazes, além de legitimadores das políticas governamentais. Note-se que neste período foi sancionada a Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público que qualifica as ONGs e o Terceiro Setor e disciplina parcerias com recursos públicos.

Assim, com as articulações entre o Estado e o conjunto da sociedade, conforme Teixeira (in Dagnino:2002), pode-se observar tanto um movimento da sociedade em direção ao Estado, como um movimento do Estado em direção à sociedade e é, exatamente, nesta dupla ação que se definiriam os papéis assumidos pelas entidades da sociedade civil.

Apoiando-nos em Teixeira (in Dagnino:2002), esta aproximação deu-se de três maneiras, as quais, ao mesmo tempo que revelam as formas de parcerias desenvolvidas entre Estado e sociedade civil, revelam também suas dificuldades e possibilidades.

A primeira maneira se caracterizaria como uma relação pouco formal e marcadamente de pressão, monitoramento e crítica das entidades junto ao Estado, por um lado, e de proposição, colaboração e acompanhamento dos atos de órgãos governamentais, por outro lado. Nesta forma, por não haver um contrato formal entre as entidades e o aparelho estatal, elas estariam livres para criticar e influenciar nos rumos das políticas. Porém, quem conduziria as políticas ou projetos seria, exclusivamente, o Estado.

Na segunda, as entidades se caracterizariam como prestadoras de serviços (consultoria ou serviço específico) e o Estado como contratante desses serviços. Nesta forma o critério de seleção das entidades se baseia no econômico/financeiro e, somente, após a realização do projeto que ocorreriam avaliações das entidades. Isto posto, haveria um distanciamento entre órgãos governamentais e entidades, além, é claro, de uma relação de poder assimétrica que comprometeria a autonomia das entidades ao sujeitá-las às diretrizes das políticas adotadas pelo governo. Verifica-se aqui o acirramento da competição entre as entidades na busca das verbas, o que poderia fragmentar as redes de articulações das quais elas, porventura, fizessem parte.

A terceira maneira envolveria a elaboração, execução e avaliação conjunta de programas/projetos entre o poder público e as entidades, as quais participariam ativamente da elaboração e execução dos projetos, através de vínculos formais e maior compromisso estatal. Nesta haveria, pois, contrato formalizado, passível de mudanças, assim como espaços para críticas mútuas e divisão de responsabilidade entre os órgãos governamentais e as entidades participantes.

Estas três formas de parcerias, as quais, doravante, denominaremos de “parceria informal”, “parceria mercantil” e “parceria formal”, tem como fatores de encontro o projeto político que perpassa esta relação, principalmente de parte do governo, o poder

efetivo de cada uma das partes no momento do encontro e o grau do empenho das pessoas envolvidas ligadas às entidades. Com isso, este encontro tenderia a dois caminhos: um de manutenção e outro de transformação.

Qualquer que seja a forma de parceria, notadamente se for a “parceria mercantil”, as ações respondem não mais a um confronto político, mas a uma ação sobre como lidar com o impasse criado pelo abandono do Estado na prestação de serviços públicos sociais, abandono esse estabelecido em consequência de ineficiência e/ou incapacidade do Estado. Há, pois, uma dependência mútua nesta parceria: o Estado depende das entidades para ofertar serviços, e estas dependem do Estado para seus custeios, passando as mesmas a serem vistas como uma ou a face operacional do setor público.

Entretanto, a “parceria formal” e, especialmente, a “parceria informal”, podem ser instrumentos da sociedade civil de denúncia e de busca pela transformação das práticas políticas tradicionais insuficientes e das limitações de um poder econômico excludente.

Nos dois caminhos se fundem o governamental e o não-governamental numa única rede que tem seu ponto de conexão na esfera pública, que atende a questões sociais públicas e que visa a responder à demandas populares. Não obstante, a fusão patrocinada por estas parcerias servem, tanto à manutenção dos monopólios de poder concentrados nas mãos de uma minoria privilegiada, como podem vir a ser território de embates e da busca de novas e verdadeiras formas de expansão dos interesses da maioria subjulgada.

Portanto, a noção *parceria*, se captarmos a dependência e as relações que indicamos acima, entre o poder público e a entidade objeto da pesquisa, pode ser um instrumento valioso para a análise de sua trajetória histórica.

## CAPÍTULO 3 - A História do CEDAP.

O CEDAP, Centro de Educação e Assessoria Popular foi fundado em Campinas/SP, em 06 de outubro de 1987, a partir da iniciativa de profissionais atuantes na área da Educação Popular oriundos, em sua maioria, de outra entidade de educação popular, o CESAP (Centro de Serviço e Assessoria Popular), que encerrou suas atividades no mês de agosto de 1987, após quatro anos de existência\*.

Os profissionais oriundos do CESAP sentiram que, com as mudanças conjunturais que ocorriam no segundo terço da década de oitenta, como o processo de redemocratização do país com o fortalecimento do movimento sindical e a criação da CUT regional, havia a necessidade do desenvolvimento de atividades que fortalecessem os movimentos populares e a formação de lideranças populares. Com isso, buscaram responder a questões como: quais deveriam ser os papéis de um centro de educação popular na nova conjuntura, qual o papel do movimento sindical e do movimento popular para o processo de mudança da sociedade, e qual o entendimento que a entidade deveria ter sobre formação, metodologia, prática e assessoria em seu trabalho cotidiano.

Tiveram como respostas que: *“...um Centro de educação popular tem um papel fundamental a cumprir, na formação de novas lideranças, no aprofundamento teórico - prático - metodológico dos mesmos e no acompanhamento do trabalho e no incentivo à organização popular”*(Ata da Assembléia Geral dos Sócios do CESAP, 28/08/1987).

---

\* O CESAP realizou entre 1985 e 1986 alguns encontros sobre História das Lutas Populares no Brasil, dos quais participaram figuras proeminentes como Luis Carlos Prestes, J.A.Moisés, entre outros. Estes encontros resultaram, também, na edição da coletânea História das Lutas Sociais editada pelo CESAP

Havia uma falta de consenso entre os sócios do Centro acerca da necessidade de reformulação da entidade. Com isso, concluiu-se pela criação de uma nova entidade de forma que se assegurasse o trabalho de assessoria e um salto de qualidade às atividades. A consequência foi a fundação do CEDAP, que se propunha a ter um perfil mais nítido e definido como órgão de assessoria aos movimentos populares.

O CEDAP tinha como intenções em 1987 a promoção de atividades educacionais direcionadas aos movimentos sociais, apoio à manifestações no âmbito da cultura popular, incentivar a participação, a organização e a solidariedade entre as lideranças e organizações populares, mas, principalmente, oferecer serviços de assessoria.

Para pôr em prática toda esta gama de objetivos, os estatutos do CEDAP previam que suas ações se dariam através do desenvolvimento de projetos educativos constituídos das seguintes atividades (cf. Artigo 3º):

1. organização, apoio e assessoria de encontros, seminários e cursos de capacitação;
2. acompanhamento a grupos de base;
3. estudos e pesquisas;
4. produção e difusão de textos, folhetos, impressos e outros materiais didáticos;
5. promoção da auto-capacitação dos sócios;
6. assessoria técnica na elaboração e execução de projetos comunitários;
7. intercâmbio com entidades afins;
8. organização de acervos de cadernos populares, folhetos, revistas, jornais, livros, dispositivos e outros, para utilização aberta à qualquer interessado e subsidiar o trabalho educativo.

Os primeiros meses de existência do CEDAP foram dedicados a sua estruturação, organização e na busca de parceiros financiadores de projetos a serem desenvolvidos. Isso ocorreu no mesmo período em que se organizavam ações para a fundação da Central dos Movimentos Populares de Campinas e Região - CMPCR, o que se revelou um facilitador pois as reuniões da então Pró-Central dos Movimentos Populares agregava diversos movimentos populares e suas lideranças.

O CEDAP assessorou e participou de forma sistemática na fundação do CMP de Campinas e Região, que se deu em janeiro de 1988, e na sua estruturação inicial. Envolveu-se em atividades de elaboração de documentos, projetos de trabalho, realização de reuniões e na formação política da coordenação e do conselho representativo da CMPCR. Desta relação se destaca a contribuição do CEDAP para o debate sobre os Conselhos Populares, então um tema maior da conjuntura política da cidade, com a vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais, e do próprio Partido dos Trabalhadores, que havia ganho as eleições municipais em várias cidades, inclusive em São Paulo Capital.

Neste contexto, o CEDAP desenvolveu diversas atividades diretamente ligadas aos movimentos populares, destacando-se:

1.Cursos:

- . Noções Básicas de Economia Política (julho/88);
- . Movimento Popular: a crise atual e a luta pelo socialismo (dezembro/88);

2.Seminários:

- . Metodologia da Formação nos Estado - ANAMPOS/CEDAP (abril/1988);
- . Movimento Popular, Sindical e as Eleições - CMPCR/CUT/PT (junho/1988);

3.Debates:

- . Administração municipal e participação popular - CMPCR/CUT (junho/1988);
- . Os resultados das eleições e o movimento popular (dezembro/1988).

Já suas atividades de assessoria para organização do movimento popular, que se desenvolveu a partir de outubro de 1988, se deu com: movimentos dos sem-teto/sem-casa, associações de moradores em favelas, associações de bairros e Centros Comunitários. O CEDAP ofereceu cursos de formação para as lideranças das seguintes organizações; Associação das Domésticas de Campinas, organização de Grupo de Mulheres; e o Movimento pela melhoria do Transporte Coletivo de Campinas, em parceria com a Central dos Movimentos Populares de Campinas.

O ano de 1989 teve como marca conjuntural principal as eleições presidenciais diretas. A vitória do então candidato Fernando Collor de Melo ensejou uma mudança de perspectiva socio-econômica que viria demarcar a vida do país na década seguinte.

O que marcou época, segundo o próprio CEDAP em seu relatório (1989,p.4), foi *“o evidente poder de setores do empresariado ao manipularem a opinião das massas fazendo uso dos meios de comunicação de massa, notadamente a televisiva. Houve uma manipulação da religiosidade e dos valores morais do povo brasileiro.”*, mas a contrapartida verificava-se num significativo avanço na formação de consciência em determinados setores, ainda segundo seus relatórios.

Esta dicotomia, de certa forma, influenciou a agenda das novas atividades perpetradas pela entidade, tanto que, em 1989, o CEDAP promoveu as seguintes atividades:

#### 1.Cursos:

- . Comunicação e Expressão Oral para o Trabalhador (abril-outubro/1989);
- . Análise crítica dos meios de comunicação e alternativas de comunicação popular - CEBs/CEDAP (abril/1989);
- . Noções básicas de economia política (maio/1989);
- . Cursos de formação de base (1989).

#### 2.Debates:

- .A Violência e a Mulher - Grupo de Mulheres do Jardim Santa Lúcia/CEDAP;
- . Constituinte estadual e municipal - CEBs/CMPCR/CEDAP;
- . Participação popular em Campinas - PMC/CEDAP (agosto/1989);
- . Ciclo de debates e filmes sobre a história das lutas populares no Brasil - CEBs/UNICAMP/FCB/CEDAP (julho/1989).

#### 3.Encontros:

- . Encontro de educadores populares;
- . História política brasileira dos anos 60 aos nossos dias;
- . Grupos de mulheres de Campinas e Região - CEBs/CEDAP.

Neste ano a representatividade do CEDAP junto aos movimentos populares ficou mais evidente com a manutenção das atividades de assessoria à Central dos Movimentos Populares de Campinas e Região e sua participação, através da ANAMPOS, no processo de construção da Central Nacional dos Movimentos Populares. Além disso, manteve assessorias iniciadas no ano anterior e ampliou sua ação ao participar e assessorar a criação de outros centros de educação popular em cidades vizinhas a Campinas/SP.

Os anos 90 iniciaram-se com um quadro bastante modificado em relação à mobilização popular no país. Foi o início do incremento do projeto neoliberal cujas marcas foram a recessão e o desemprego em massa, causando um estado de decepção na população. Paradoxalmente, o ano de 1990 foi marcado por um período de relativa e pouca mobilização, talvez em função da expectativa da população que havia eleito um desconhecido (Collor).

Para o CEDAP, em seu relatório anual, havia *“uma tendência, entre os movimentos populares organizados, de interpretar essas situações também como consequência da própria fragilidade no exercício da participação do povo na vida pública, enfim, da sua cidadania e da necessidade de se formular políticas concretas”* (1990, p.4) e a organização dos Conselhos Populares era a alternativa para este estado de coisas, onde as instituições políticas estavam desgastadas e desacreditadas.

Por conta desta análise, o CEDAP insistiu nas formas de ação desenvolvidas até então, ou seja:

1. Cursos destinados, preferencialmente, às lideranças e participantes de associações de moradores, sem-teto, grupos de jovens, comunidades eclesiais de base, estudantes, partidos políticos e sindicalistas:

- . Noções básicas de economia política;
- . Leitura crítica da comunicação;
- . Metodologia da Educação Popular;
- . Comunicação e expressão oral para trabalhadores;
- . Dinâmicas participativas para a educação popular;

. Como funciona a sociedade.

## 2.Debates:

. Planejamento familiar e educação sexual para os filhos;

. A situação da mulher e os movimentos de mulheres;

. Como ficou o Brasil depois das eleições e o Plano Collor;

## 3.Seminários:

. Capitalismo e socialismo hoje;

. Os desafios do Movimento Popular;

. Reforma urbana e o Plano Diretos em Campinas.

Nas atividades de assessoria, o CEDAP manteve acompanhamento à Central dos Movimentos Populares de Campinas e Região, Grupo de Mulheres, Sindicato das Domésticas de Campinas e Associações de Moradores e iniciou assessoria ao Comitê de Solidariedade aos Povos Latino-Americanos.

As dificuldades nacionais continuaram em 1991. Segundo o próprio CEDAP, em sua avaliação diz:

*“A população brasileira enfrenta a maior crise sócio-econômica de sua história.(...) Tal situação interfere negativamente nas formas de organização popular levando-a a uma situação de apatia e descrença na força de união desaquecendo a luta.(...) No entanto, os movimentos populares organizados têm procurado se estruturar, embora com debilidade, no sentido de fortalecer a luta e enfrentar com melhor preparo as questões políticas”* (Relatório 1991,p.1,2).

A forma de atuação do CEDAP, desenvolvida até então, se manteve. Consideravam-na fonte de fortalecimento dos movimentos populares diante do contexto. O CEDAP deu continuidade, portanto, aos serviços de Educação Popular através de:

## 1.Cursos:

. Metodologia e Dinâmicas Participativas para Educação Popular;

. Planejamento e Avaliação para o Trabalho popular;

. Comunicação e Expressão Oral;

. Como funciona a sociedade brasileira.

## 2.Seminários:

. Violência e Pena de Morte;

. Desafios para o Movimento Popular.

## 3.Debates:

. Filmes sobre a história das lutas populares no Brasil.

As assessorias foram prestadas a grupos de mulheres diversos e para o encontro municipal de mulheres realizado em Campinas neste mesmo ano, à Central dos Movimentos Populares de Campinas e Região, centros comunitários, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel e Papelão em Valinhos/SP. Contribuiu também para a realização da Segunda Plenária Estadual Pró-Central Única dos Trabalhadores, fórum das ONGs da região e dinamizou o intercâmbio com outros centros de educação popular.

O ano de 1992 foi marcado por vários fatos que poderiam ser indicadores de uma nova situação no país. A crise sócio-econômica se manteve, aliando-se a ela a crise política que culminou com o impedimento do então Presidente da República Fernando Collor de Melo, marcada pela onda cívica nunca dantes vista, onde multidões nas ruas exigiam ética nas instituições políticas e a apuração das denúncias. Chegou-se a imaginar o prenúncio de uma nova e forte onda de movimentos populares. Foi um ano também de eleições municipais.

Neste ano as organizações dos movimentos populares intensificaram suas demandas o que obrigou o CEDAP aumentar o volume de suas atividades:

## 1.Cursos:

. Comunicação e Expressão Oral (abril, maio);

. Metodologia e Dinâmicas Participativas (maio, julho);

. Cidadania e Participação Popular (março).

## 2.Seminários:

. Administração Pública: um desafio (abril, maio);

- . Políticas Públicas: saúde e educação (março, abril);
- . Questões do cotidiano: sexualidade e casamento (março, abril)

### 3. Debates:

- . Movimento popular, meio ambiente e a Eco 92 (agosto);
- . 500 anos de dominação, resistência e esperança (abril);
- . Mulheres em movimento (agosto).

O trabalho pedagógico desenvolvido com grupos de mulheres se intensificou e o Encontro Estadual da Mulher Marginalizada, realizado em agosto promovido pela Pastoral da CEBs, teve a colaboração em todo o processo de preparação e realização do CEDAP, assim como em diversas atividades promovidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Campinas, participou também da Convenção Paulista sobre eliminação de todas as discriminações contra a mulher realizado em setembro em São Paulo.

Manteve-se as atividades de assessoria sistemática com a Central dos Movimentos Populares de Campinas e Região, à associações de moradores, movimentos de sem-teto. Além disso, o CEDAP integrou o Fórum de Entidades pela Defesa da Vida, apoiou e participou ativamente de eventos de manifestação pública em favor da ética na política nos meses de julho e agosto. Participou do Fórum das ONGs do Estado de São Paulo mensalmente durante o ano, participou das assembléias da ABONG (Associação Brasileira das ONGs) no Rio de Janeiro em outubro, participando do seminário “Democracia e desenvolvimento no Brasil: o desafio dos anos 90”.

Porém, o grande marco do CEDAP neste ano, quando ocorreu também a escolha de uma nova diretoria, foi seu investimento na formação de seus educadores ao participarem de seminários promovidos pelo Instituto Cajamar, ligado ao Partido dos Trabalhadores, e na realização de curso interno “Planejamento Participativo - Método Aladir de Planejamento Popular”, que suscitou transformações na estrutura organizativa da entidade e na compreensão de sua ação pedagógica.

Segundo o relatório do ano “...os sócios e educadores se envolveram intensamente em trabalhos de reestruturação do CEDAP, implementando atividades estabelecidas durante o curso de Planejamento Participativo” (Diagnóstico do CEDAP, 1994, p.21), um indicativo do que ocorreria na entidade a partir do ano seguinte.

Em 1993, o planejamento participativo alterou não só as formas estrutural e organizativa da entidade mas, principalmente, suas atividades educativas, que passaram a ser realizadas através de seis Programas de Ação: quatro para prestações de serviços e atendimentos as demandas do movimento popular e dois visando a reflexão e o desenvolvimento da compreensão teórica, a sistematização e a divulgação de seus resultados.

Em síntese, estes programas visavam atingir as seguintes atividades:

.Programa de Assessoria às Organizações Populares: através do Projeto de Assessoria aos Movimentos Populares, intensificou as atividades de acompanhamento à coordenação ao processo organizativo da CMPCR, de assessoria aos movimentos de moradia, movimentos de transporte público, centros comunitários e partidários; o Projeto Juventude e Movimentos Populares realizou encontros para jovens na região e assessoria ao movimento estudantil; o Projeto de Assessoria aos Movimentos Eclesiais contribui com organizações populares no campo eclesial e movimentos ecumênicos.

.Programa de Formação de Educadores Populares: seminários “Educação Popular e Linguagem”, “Concepção de Educação Popular”, “O lúdico na Educação Popular”, cursos de capacitação de educadores populares internos e externos.

.Programa de Relações Sociais de Gênero: assessoria a grupos de mulheres e sindicatos das domésticas e realização do seminário “Mulher, Fada ou Bruxa”.

.Programa de Administração Pública: projeto “Escola e Comunidade”, participação em Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente em cidades da região e no Fórum Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

.Programa de Comunicação, Expressão e Pesquisa: realizaram-se cursos diversos na área, criação de uma videoteca e contatos com universidades da região.

.Programa de Relações Institucionais: intensificou-se as relações através da participação no Fórum das ONGs do Estado de São Paulo, parcerias com UNICAMP, UNESP e PUCCAMP, contato com entidades e organizações internacionais financiadoras de projetos de parceria em desenvolvimento social de base.

As atividades administrativas se deram numa dinâmica onde o planejamento e a avaliação institucional de todo trabalho ocorreram de forma mais sistemática através de seminários internos realizados no início e no final do ano.

Esta reestruturação se deu numa conjuntura marcada por, pelo menos, dois fatos importantes, em relação aos movimentos populares: suas formas organizativas se ampliaram e introduziram temáticas políticas que incidiam mais diretamente sobre o cotidiano e a fundação da Central Nacional dos Movimentos Populares em 1993. A própria entidade avaliou estes dois fatos como determinantes para sua reestruturação e seu entendimento sobre movimentos populares e sua ação educativa.

No período de sua fundação, o CEDAP herdou do CESAP sua concepção de movimentos populares e educação. Para ele as organizações populares eram reconhecidas como entidades autônomas frente aos sindicatos, partidos, igrejas e Estado, e dotadas de poder de transformação das estruturas sociais. A proposta política do CEDAP para os movimentos populares era sua participação consciente na elaboração de propostas e nas decisões do serviço público, em projetos de interesses populares, de forma autônoma e independente do poder público e da estrutura partidária (Relatório 1988).

Diante deste entendimento o CEDAP definia seu papel, entre os setores populares como sendo de: transformar *“a atitude de espera frente ao setor público(...). O campo privilegiado para este empenho seria o processo organizativo dos Conselhos Populares(...) colaborar para que as lideranças passem da percepção dos fatos na forma como aparecem para uma compreensão da essência dos mesmos.”* (Relatório 1988, p.6).

A preocupação que deveria estar presente no trabalho educativo da entidade, afirmavam, era *“a importância da formação metodológica para garantir a reprodução dos processos de formação a todos dos níveis da organização popular(...) de fundamental importância a apropriação pelas classes populares da aprendizagem na elaboração própria de conceitos de participação e mudança, e de uma metodologia de trabalho capaz de ter efeitos multiplicadores”* (Relatório 1988, p.7).

Ainda mantendo, no ano seguinte, o mesmo entendimento sobre movimentos populares, sua postura educacional em relação às organizações populares começou a mudar. Agora não mais preconizavam de forma direta um trabalho de amplo espectro que atingisse indistintamente toda uma classe social, mas sim um papel mais direcionado.

Segundo o Relatório de 1989, a contribuição dar-se-ia *“com a formação de lideranças e militantes dos movimentos populares, utilizando uma metodologia que permite o contato direto com as organizações nos bairros”* (p.3).

Esta nova postura e a importância de seu trabalho educativo na organização dos Conselhos Populares, alternativa às instituições políticas e espaço de participação democrática, foram reafirmadas em 1990 e a forma de ação deveria concentrar-se na *“formação permanente das lideranças, no desenvolvimento das organizações, do pensamento crítico e na construção de uma sociedade mais humana e mais justa”* (Relatório 1990, p.5).

Por outro lado, o entendimento do CEDAP sobre movimentos populares deixava transparecer um certo desencanto.

*“ No período de 1990 o Movimento Popular foi visto como estando desmobilizado, mostrando total descrédito para com as propostas governamentais, tomado pelo desânimo e sofrendo todas as conseqüências de uma grave crise econômica. Nesta conjuntura de crise o povo se encontra apático e descrente da força de união das organizações populares, o que aumenta as dificuldades para as mobilizações em grandes massas. A crise do*

*povo resultou em desaquecimento das lutas durante todo o ano de 1991”.*(Diagnóstico CEDAP 1994, p.45).

Não obstante a conjuntura, com o agravamento da crise econômica e a apatia que diagnosticaram, no biênio seguinte, o CEDAP manteve sua forma de ação educativa. O Relatório 1991 afirmava que *“o CEDAP reforçou sua tarefa na promoção de cursos, encontros, seminários, debates e nas suas publicações, com o objetivo de ajudar a entender o momento histórico e a vislumbrar formas de transformação da realidade”* (p.3), e em 1992 *“trabalho educativo no campo da formação das lideranças e da assessoria no acompanhamento das organizações populares continuou sendo reforçado”* (Diagnóstico CEDAP 1994, p.47).

Mais ainda, *“A complexidade da conjuntura brasileira não permitia limitar o papel do Centro na execução destas tarefas, no modo como vinha fazendo. As atividades formativas deveriam propiciar às lideranças a aquisição dos princípios de solidariedade, liberdade, igualdade, diversidade e participação”* (op.cit, p.48).

Mesmo assim, no correr destes anos, o entendimento do CEDAP sobre os movimentos populares e seu papel frente a eles, indicados em seus relatórios, não o levaram a uma procrastinação diante dos fatos, tanto que, com o processo de avaliação de suas atividades iniciado em 1992, o centro se dispôs a um repensar de objetivos, frentes de trabalho, parcerias e formas de assessoria.

Já a partir de meados de 1992, e com mais força em 1993, o Movimento Popular mostrava novo vigor, principalmente com a fundação da Central Nacional dos Movimentos Populares. É quando, a partir de então, o CEDAP reconhece, ou passa a reconhecer

*“a criatividade dos setores populares em múltiplas iniciativas e propostas de enfrentamento da fome, do desemprego e na busca de melhor qualidade de vida. As organizações populares estão revelando um vasto potencial para produzir soluções concretas diante de seus problemas concretos. Nesta retomada de crescimento do movimento popular apresenta-se um momento propício para o*

*desenvolvimento de novas modalidades de participação e de exercício de solidariedade”* (Diagnóstico CEDAP, 1994, p.45).

Assim, quando da reestruturação do CEDAP, o papel educativo que deveria desenvolver não poderia se limitar ao *“atendimento das demandas emergenciais e servirem de pronto socorro dos movimentos populares”* (op.cit. p.48), mas realizar tarefas que tivessem um maior apelo social como contribuir no processo de democratização dos movimentos populares, na construção de um bloco democrático que visasse às eleições presidenciais de 1994 e na fundação da Central Nacional dos Movimentos Populares.

A redefinição do CEDAP, no correr de 1993, se explicita em seu próprio relatório anual:

*“Todo este contexto também desafia o CEDAP. A dinâmica desta conjuntura enfatiza o papel do Centro de Educação Popular enquanto colaborador dos movimentos e de suas respectivas lideranças, na reelaboração de suas identidades e na compreensão das novas temáticas e suas incidências sobre as organizações populares. É com os processos educativos inerentes aos esforços organizacionais que o CEDAP contribuirá para que uma ampla parcela da sociedade civil tenha convicção e qualidade na argumentação para assumir compromissos de parceria com o Estado e os setores empresariais. Isto é, a real participação dos setores populares em processos de cooperação com setores sociais diferenciados depende de uma reeducação dos primeiros para superarem a mentalidade da pura reivindicação e para o desenvolverem habilidade necessárias ao debate e à cooperação em grupo”*(Relatório 1993, p.8,9).

Este processo avaliativo serviu, conforme pareceres internos, para redefinição do papel do CEDAP. Sua concepção sobre educação alterou-se na medida em que ressaltava a importância da dimensão educativa da ação política no processo global, de democratização da sociedade civil.

Em relação à sua identidade como centro de educação voltada a população mais carente, o CEDAP assumiu como objetivo básico dar uma contribuição para o processo de democratização da sociedade brasileira a partir de sua atuação junto aos movimentos populares e outros setores da sociedade civil. Para que esta relação se consolidasse, afirmava em seus documentos internos:

*“Só mesmo uma ação mais profissionalizada poderá auxiliar as lideranças dos movimentos populares a se apropriarem da dimensão educativa implicada no permanente debate inerente à democratização social. A superação das intransigências de propostas e das marcas de intolerância nos comportamentos individuais exige a reeducação de pessoas e grupos”* (Projeto de Trabalho 1994-1996, p.1).

Esta perspectiva indicou que, para o CEDAP, a educação não se restringia à conscientização ou à formação da consciência crítica, mas sim de um empenho científico de desconstrução das evidências e reconstrução e reelaboração de novos significados de sustentação da ação política dos indivíduos e dos grupos, ou seja:

*“a Educação Popular terá mais condições de contribuir com a mudança da qualidade do poder e com o fortalecimento de organizações políticas que se comprometem de fato com a expansão da vida, individual e coletiva”* (op.cit, p.2).

A partir de 1994 o CEDAP passou a desenvolver suas atividades de forma mais analítica. Neste ano, o processo de reestruturação foi marcado pela reelaboração dos projetos educativos, busca de novas parcerias e intercâmbios, sem no entanto, abandonar seus compromissos com as organizações dos movimentos populares de Campinas e Região.

As revisões tinham como objetivo, segundo relatório interno, analisar de cada projeto educativo implementado, sua pertinência com a conjuntura, a lógica interna de cada um, as articulações estabelecidas entre eles, a construção de novas argumentações e

justificativas e as relações entre as demandas formuladas pelos movimentos sociais e os serviços oferecidos, o que levou à múltiplas reestruturações.

Esta reelaboração dos programas e projetos, estava embasada numa ação pedagógica que se orientava, segundo documentos internos do CEDAP (Projetos de Infraestrutura, 1995), numa concepção que considerava a educação como um processo de construção do indivíduo e sociedade simultaneamente, processo este que tinha três compromissos fundamentais: o ético - pela defesa da vida no ambiente da natureza, no das relações grupais e no da subjetividade; o estético - à medida que a ação educativa possibilitava aos educandos a superação da alienação e apropriação da integridade individual pelo exercício da criatividade; e o político - na construção da democracia, fortalecimento das instituições da sociedade civil e do indivíduo para a convivência e encontro com as diferenças.

As atividades desenvolvidas pelo CEDAP no ano de 1994, foram os seguintes projetos, conforme o programa específico a qual pertenciam:

#### I-Programa de Assessoria às Organizações Populares:

- 1.Projeto de Assessoria aos Movimentos Populares: debates sobre atuação das políticas municipais em Hortolândia/SP, sobre Sexualidade e Afetividade em escola pública; curso de Formação de Lideranças em associação de pequenos produtores rurais; reuniões com a Fundação Samuel (Hortolândia) para parceria da realização do Projeto INCO, com a coordenação do Movimento de Moradia de Hortolândia/SP, com a CMPCR, Associação dos Sem-Teto de Paulínia/SP, com diretoria de Centros Comunitários, PUCCAMP, MST, comissão de Moradia de Paulínia; assessoria à INCO Hortolândia/SP, ao Movimento pelo Direito à Moradia de Paulínia/SP, ao Primeiro Encontro de Produção, Comercialização e Alimentação Alternativa,
- 2.Projeto Juventude e Cultura: pesquisa e elaboração de projetos educativos de organização e valorização de jovens e adolescentes moradores de bairros periféricos de Campinas e municípios da região a serem apresentados à órgãos financiadores.

3.Projeto Assessoria aos Movimentos Eclesiais e Ecumênicos: assessorias sobre metodologia educativa na ação pastoral, para encontro de jovens na pastoral da Crisma, ao encontro Raízes de Nossa Esperança, para formação de missionários leigos, para Comissão de Formação do Conselho Nacional de Leigos da Igreja Católica, ao Seminário Nacional do COMINA/CNBB, às Irmãs Salesianas; reuniões com o CEBEP; cursos para o COMINA/CNBB, para formação de lideranças da Diocese de Colatina/ES; conferência para estudantes de Teologia de São Leopoldo/RS da Igreja Luterana.

4.Projeto Mundo do Trabalho: reunião com domésticas em Paulínia/SP, para formação de chapa do Sindicato dos Funcionários Públicos de Paulínia/SP, com o Sindicato dos Funcionários Públicos de Paulínia/SP, com o Sindicato dos Pesquisadores de Campinas/SP; assessoria ao Sindicato das Domésticas de Campinas/SP, para o Sindicato dos Químicos de Campinas e Região.

5.Projeto Educação e Cidadania: reuniões para elaboração de projetos de assessoria com os Comitês contra a Fome, Comitê dos Cristãos contra a Fome;

6.Projeto Juventude e Vida: elaboração e encaminhamento ao MS de projetos sobre Educação e Prevenção da AIDS destinado à jovens moradores dos bairros da periferia de Campinas e Região.

7.Projeto Alfabetização de Jovens e Adultos: pesquisa e debates para elaboração de projetos.

## II-Programa de Formação de Educadores Populares:

1.Cursos de Educação Popular: Universidade da República do Uruguai, lideranças dos movimentos populares do Uruguai, UNESP/Botucatu, lideranças dos movimentos populares da Bolívia, Conselho Popular de Saúde, cursos internos.

2.Formação de Lideranças: PT de Paulínia/SP, INCA/SP.

## III-Programa Escola e Comunidade:

1.Projeto Construção Coletiva do Projeto Pedagógico: oficina com professores de escolas públicas.

2.Projeto Conselho de Escola: pesquisa e debates para elaboração de projetos.

3. Projeto Associação de Pais e Mestres: pesquisa e debates para elaboração de projetos.
4. Projeto Grêmio Estudantil: assessoria para Planejamento do DCE/UNESP, para o Congresso Estudantil do DCE/UNESP; organização Grêmio Estudantil de escolas públicas estaduais.
5. Projeto Conselho de Creche: pesquisa e debates para elaboração de projetos.

#### IV-Programa Relações Sociais de Gênero:

1. Seminário relações de Gênero/ICCO, CEPROMM.
2. Reuniões Associação Mulher e Arte Paulínia/SP, grupos de mulheres moradoras da periferia Campinas, Pastoral da Mulher Marginalizada.
3. Assessoria Associação Mulher e Arte Paulínia/SP, Pastoral da Mulher Marginalizada, Encontro de Mulheres de Paulínia/SP.
4. Encontro de Comunicação no Feminino, Estadual Feminino, de Gênero REAP, Comunicação no Feminino.
5. Seminário Mulheres e Público e o Privado.

#### V-Programa de Comunicação e Publicação:

1. Projeto Comunicação e Expressão: curso de Comunicação e Expressão para lideranças dos Movimentos Populares.
2. Projeto Publicações do CEDAP.
3. Projeto Divulgação de Bibliografia em Educação Popular: pesquisa sobre bibliografia latino-americana em Educação Popular; tradução de textos; divulgação destes materiais.
4. Projeto CEDAP Vídeos: organização da videoteca, aquisição de títulos, produção de vídeos.
5. Projeto Editora do CEDAP.

#### VI-Programa de Pesquisa:

1. Projeto Educação Popular - limites e perspectivas.

Todos estes programas e projetos, acreditou-se, facilitariam a obtenção e a manutenção do financiamento, apresentação e divulgação dos propósitos do CEDAP à diversas entidades financiadoras que atuavam em parceria com ONGs da América

Latina, “...estimulando gestos de solidariedade e abrindo novas possibilidades de cooperação”(Relatórios 1994, p:4).

### 3.1- Questão do Financiamento

Desde sua fundação o CEDAP recebeu apoio financeiro de agências de cooperação internacional. Basicamente eram três entidades financiadoras das atividades: a ICCO da Holanda, Christian Aid dos EUA e a Desenvolvimento & Paz do Canadá. Nos sete anos iniciais o apoio da cooperação internacional serviu como forma de contemplar integralmente a manutenção das atividades da entidade, visto que as contribuições locais não se davam em espécie, sim em serviços e materiais, portanto, a entidade dependia quase que exclusivamente deste dinheiro externo.

Entre 1988 e 1989 a ICCO ofereceu 56,5% do aporte financeiro recebidos pelos projetos desenvolvidos, a Desenvolvimento & Paz 37% e a C.Aid 6,5%. Entre 1990 e 1991 a ICCO financiou 36%, a Desenvolvimento & Paz 55% e a C.Aid 9%. Entre 1992 e 1993 a ICCO 63% e a Desenvolvimento & Paz 37% (Projeto de Infraestrutura, 1995)

Este aporte não significava que todas as necessidades financeiras da entidade fossem satisfeitas. Entre 1988 e 1989 7,73% das necessidades financeiras para os projetos serem postos em ação ficaram à descoberto, entre 1990 e 1991 39,49% e entre 1992 e 1993 19,2%.

Tabela: FONTES DE FINANCIAMENTO DO CEDAP

| ANO         | FONTE | PORCENTAGEM |
|-------------|-------|-------------|
| 1988 / 1989 | ICCO  | 56,5%       |
|             | D&P   | 37,0%       |
|             | C.AID | 6,5%        |
| TOTAL       |       | 100,0%      |
| 1990 / 1991 | ICCO  | 36,0%       |
|             | D&P   | 55,0%       |
|             | C.AID | 9,0%        |
| TOTAL       |       | 100,0%      |
| 1992 / 1993 | ICCO  | 63,0%       |
|             | D&P   | 37,0%       |
| TOTAL       |       | 100,0%      |

Fonte: Relatório CEDAP 1994.

Estes problemas eram, em parte, superados com remanejamento de verbas e adiamento de certas decisões, como contratações de mão-de-obra e outras atitudes, mas, principalmente, com contribuições locais através de trabalhos voluntários de pessoas ligadas ao CEDAP, aos Movimentos Populares, a CMPCR e outros profissionais, doação de bens móveis, material didático e equipamentos, cessão de espaços para encontros, reuniões e seminários em centros comunitários, escolas, igrejas, sindicatos e utilização de serviços gráficos a preços de custo ou gratuitos. Estas contribuições locais atingiam, em média, 29,5% do aporte oferecido pelas instituições de cooperação internacional (Projeto de Infraestrutura, 1995).

A partir de 1994, com todo o processo de reestruturação do CEDAP, a entidade solicitou que o aporte financeiro dado pelas instituições de cooperação internacional, para o ano e os seguintes, sofresse um aumento de cerca de 47%.

Porém, a resposta foi a diminuição gradativa dos valores, o que levou o CEDAP a um período de grave crise financeira, não só pela diminuição dos valores mas, também, pela nova situação cambial que passou a vigorar no país. A partir de 1995 estes financiamentos se encerraram. Esta nova situação forçou a entidade “*buscar outras fontes de financiamento para implementar seus programas de intervenção social*” (Projeto de Infraestrutura, 1995:4).

Foi decidido que deveriam ser desenvolvidas formas de atuação alternativas. O CEDAP, que sempre ofereceu seus serviços à organizações, que se estruturaram em meio a muitas dificuldades econômicas e baseadas em participações e iniciativas voluntárias, e que não tinham condições de pagar os serviços profissionais especializados na área educacional para assessoria às suas lideranças, deveria criar formas de auto-sustentação.

Afirmavam que “*para que um projeto de auto-sustentação seja implantado é necessário um período de organização de serviços que possam ser vendidos com a finalidade de subsidiar os programas educativos orientados para setores populares (...), esperando a solidariedade de instituições e grupos de diversos setores da sociedade civil ou do Estado*” (Projeto de Infraestrutura, 1995:5).

A crise que imperava obrigou a entidade basear sua proposta orçamentária para os anos de 1995, 1996 e 1997, numa redução de cerca de 49% do aporte necessário e, efetivamente, seu orçamento para o ano de 1995 representou uma redução de aproximadamente 85% do aporte financeiro (Projeto de Infraestrutura, 1995).

Tal situação forçou o CEDAP reduzir drasticamente suas atividades e ações. Sem distinção, todo o programa de reestruturação da entidade se desfez o que, também por conta das limitações financeiras, implicou numa forte limitação dos recursos humanos e do ritmo de trabalho. O CEDAP passou a viver constante ameaça de encerramento das

atividades, já que a alternativa de auto-sustentação lançada não surtiu os efeitos desejados.

O que manteve, em 1996, a estrutura mínima necessária para a entidade sobreviver foram a persistência de alguns diretores e colaboradores voluntários e, principalmente, a uma parceria entre o CEDAP e o Ministério da Saúde em projetos de prevenção a AIDS com jovens e adolescentes, permitindo, além disso, que fossem elaborados novos projetos que visavam rearticular o trabalho da entidade.

### **3.2- Novos Rumos**

Em 1997 novos projetos deram vida ao CEDAP. Uma parceria com a Caixa Econômica Federal - CEF através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário - PRODEC - para o desenvolvimento do projeto de pesquisa “Caracterização de Demandas Sociais e Perfil Sócio-Econômico” o que garantiu a manutenção da entidade e a necessidade de reorganização interna.

O PRODEC é um fundo de reserva de recursos constituído pelos mutuários do CEF/SFH (Sistema Financeiro de Habitação), cujo objetivo geral é a implementação de ações de desenvolvimento, organização e mobilização comunitária para o atendimento às suas necessidades e melhoria da qualidade de vida (Relatório 1998).

Esta parceria possibilitou a contratação de uma equipe de pesquisadores que desenvolveu pesquisas em 44 cidades na região sudoeste do Estado de São Paulo, junto aos moradores de 126 conjuntos habitacionais populares financiados pela CEF/SFH com recursos do FGTS. Além disso, a partir dos projetos de desenvolvimento e organização comunitária, novos programas e pesquisas puderam ser desenvolvidos.

No final do ano de 1997 o CEDAP conseguiu aprovar junto a entidade Desenvolvimento & Paz um novo programa de financiamento para um projeto de formação de educadores populares, o que possibilitou retomar o planejamento de atividades formativas e vários outros programas.

Assim, o ano de 1998 foi marcado pela retomada das ações do CEDAP. Um ano importante especialmente, segundo documentos internos, de reorganização, após vivenciar um recente período de crise.

*“A grande lição aprendida é (...) a experiência adquirida de lidar com o inusitado, de desenvolver com criatividade o enfrentamento das dificuldades, garantindo a todo custo a existência da entidade e a continuação do trabalho”*(Relatório 1998:19).

Neste ano, as parcerias, com a CEF e a Desenvolvimento & Paz contribuíram para desencadear um novo processo de reestruturação e para o empenho do CEDAP pela consolidação e garantia dos interesses das organizações e grupos populares envolvidos em seus projetos, além de consolidar sua postura em relação a sua missão social:

*“Contribuir no processo de democratização e humanização da sociedade, tendo como espaço privilegiado de atuação, os movimentos populares de Campinas e Região, desenvolvendo a dimensão educativa da ação política, visando o exercício da cidadania ativa”*( Relatório 1998:20).

As atividades desenvolvidas no ano de 1998 foram as seguintes:

#### 1.Programa Mundo do Trabalho:

.Debate “Educação Popular e os novos desafios para o terceiro milênio frente as novas tecnologias, meio ambiente, neoliberalismo, globalização e terceiro setor” direcionada a ONGs, lideranças do movimento popular e sindical, estudantes e professores de escolas públicas e representantes do poder público.

.Assessoria para formação de funcionários públicos que atuam junto ao Programa de Renda Familiar Mínima de PMC.

.Seminário “História dos Movimentos Sociais em Campinas”.

Reuniões CUT-Campinas e diversos sindicatos de Campinas e região.

#### 2.Programa Cidadania e Participação:

.Projeto Prodec São Sebastião em Hortolândia/SP: organização da comunidade local e assessoria à Associação de moradores e lideranças locais; cursos de trabalhos manuais e

maquiagem, pintura em tecido, oficinas de psicodrama, capacitação de lideranças e orientação e acompanhamento dos procedimentos junto a prefeitura para obtenção de concessão de área pública para a construção de praça com área de lazer e centro comunitário.

.Projeto Prodec Limeira/SP: instrumentalizar os moradores dos conjuntos habitacionais para entendimento de seu meio ambiente e demandas, assessoria às comunidades, conquista de novas parcerias.

.Projeto Prodec: diagnóstico sócio-ambiental em 12 cidades da região, através de jogos e dinâmicas grupais e planejamento participativo.

### 3.Programa de Gênero:

.Oficinas “A mulher e suas linguagens: dificuldades e potencialidades”; “Mulher e AIDS”.

.Cursos de culinária e artesanais.

.Reunião com ONG CLADE para formação do curso “A comunidade no/do feminino - psicodinâmica da Comunicação & Gênero”.

### 4.Programa Juventude:

.Projeto “Jovens Multiplicadores: sexualidade e AIDS”: exibição de vídeos, realização de palestras em escolas públicas, distribuição de material informativo, visitas a centros de saúde.

### 5.Programa Formação de Educadores Populares:

.Reuniões com o Grupo de Educadores Populares de Campinas e Região formado por lideranças comunitárias, professores e profissionais liberais para a constituição da Rede de Educadores Populares na região.

.Encontros “Educação Popular na AL: conceitos, metodologia”; “Papéis e Relacionamento: educação popular e liderança local”.

.Oficinas psico-pedagógicas com professores da rede pública e educadores populares do município de Mogi-Mirim/SP.

Assim, as novas parcerias de 1998 deram um fôlego novo para a entidade no ano seguinte. O deflagrar do processo de reestruturação, significou um movimento de reflexão e discussão que, além de reaproximar antigos companheiros e parceiros, reafirmou laços de solidariedade, consolidou a entidade “*como um espaço privilegiado de articulação de propostas alternativas (...) aos desafios conjunturais colocados pelo projeto neoliberal*” (Relatório 1998:3).

Em 1999 havia tanto um desejo coletivo de que o trabalho desenvolvido pela entidade fosse marcado por um dinamismo maior; isso era também uma necessidade para a entidade. Para tanto, nova proposta de funcionamento foi desenvolvida, especialmente a partir do segundo semestre com a posse de uma nova diretoria. Nesta proposta a diretoria executiva passou a ser representada por uma coordenação colegiada que se dividia em: coordenação política, coordenação de programas sociais e coordenação administrativo-financeira, cada uma autônoma e específica. Da reformulação, três programas foram estabelecidos: Educação para a Cidadania, Educação Ambiental e Habitação e Saúde e Cidadania, onde os projetos seriam neles agrupados.

O Programa Educação para a Cidadania tinha como objetivos principais desenvolver atividades de formação de lideranças sindicais, comunitárias e populares, para o entendimento de questões de gênero, práticas democráticas nas relações sociais e formação de educadores populares; o Programa Educação Ambiental e Habitação a sistematização, intercâmbio, pesquisa e aprofundamento da temática junto aos PRODEC/CEF; e o Programa Saúde e Cidadania implementar planos de ação educativa junto à jovens, adolescentes, mulheres e famílias participantes do Programa Renda Mínima da PMC, formação de jovens educadores e multiplicadores.

Esta proposta, também ensejou uma rearticulação do quadro de sócios e colaboradores que trouxeram “*o desejo de pertencer a uma organização que valoriza a luta social e a defesa da vida*” (Relatório de Atividades 1999:4), e a possibilidade do desenvolvimento de novas parcerias e estratégias de educação popular em projetos auto-

sustentáveis, o que consideravam o grande desafio da entidade, ou seja, *“um grande desafio colocado incondicionalmente à todas ONGs que são instigadas a mobilizar recursos e buscar com criatividade a construção de um novo modelo de gestão auto-sustentável”*, mais ainda, *“...parte integrante de um processo que deve ser visualizado em “rede” entre as ONGs que cumprem papel de relevância no cenário nacional”* (Relatório de Atividades 1999:5).

As atividades desenvolvidas pelo CEDAp neste ano foram:

#### I-Programa Educação para a Cidadania:

##### 1.Projeto Mundo do Trabalho:

.Reuniões com a CUT-regional e lideranças sindicais locais e regionais, ONG CEADEC, MST-Sumaré.

.Seminário “Terceiro Setor e os Desafios do Novo Milênio”.

##### 2.Projeto Gênero:

.Curso “A Comunicação no/do feminino: psicodinâmica da Comunicação & Gênero” em parceria com o CLADE.

.Oficina “Gênero e Comunicação”.

##### 3.Projeto Cidadania e Participação:

.Assessoria ao Projeto Piloto de Formação de Conselhos de Condomínio/PM de Mogi Guaçu/SP.

.Seminário Formação de Conselhos de Condomínio.

.Reunião para realização de curso de formação em comunicação e expressão com lideranças comunitária e partidárias do município de Hortolândia/SP.

##### 4.Projeto Formação de Educadores Populares:

.Participações no seminário latino-americano “Democracia Local, Governabilidade Participativa: seus desafios educativos”, seminário “Educação Não-Formal e Cultura Política” GEMDEC/UNICAMP, seminário nacional “Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas no Brasil” FNPP, seminário “Educação Popular” D&P.

.Curso de capacitação para lideranças PRODEC Sorocaba/SP.

.Palestras na Faculdade de Educação GEMDEC/UNICAMP.

## II-Programa Educação Ambiental e Habitação

### 1.Projeto PRODEC São Sebastião Hortolândia/SP:

.Assessoria à associação de moradores na interlocução com a CEF e PM Hortolândia/SP.

### 2.Projeto PRODEC Limeira/SP:

.Diagnóstico sócio-ambiental em 12 cidades da região de Limeira.

.Assessoria associações de moradores.

### 3.Projeto PRODEC Sorocaba/SP:

.Diagnóstico sócio-ambiental em 12 cidades da região de Sorocaba.

.Assessoria à associações de moradores.

## III-Programa Saúde e Cidadania:

### 1.Projeto Jovens Multiplicadores:

.Reuniões com jovens e adolescentes moradores de bairros periféricos de Campinas e região, representantes do poder municipal local.

.Participação no 1º Encontro Municipal de Adolescentes de Campinas.

### 2.Projeto Mulher e AIDs:

.Oficinas sócio educativas sobre HIV/AIDS e DSTs.

### 3.Projeto AIDS e Juventude III CEDAP/MS:

.Oficinas sócio-educativas em escolas públicas da periferia de Campinas, para profissionais de saúde e de educação da rede pública.

.Distribuição de material de divulgação e prevenção.

.Participação em atividades do Dia Mundial de Luta Contra Aids COAS/PMC, Congresso Nacional de Prevenção à Aids - MS-Rio de Janeiro.

Percebe-se que houve um incremento significativo do trabalho desenvolvido pela entidade, novas frentes de ação e re-conquistas de novas parcerias (Desenvolvimento & Paz), e manutenção de outras (MS e CEF/SFH), possibilitaram tanto a ampliação do espaço geográfico de atuação, como o número de pessoas alcançadas pelos programas.

A entidade reconhecia a importância das parcerias. No entanto, demonstrava preocupações em relação a esta situação, em suas palavras:

*“A elaboração de novos projetos como forma de buscar outros financiamentos tem significado o aumento da nossa capacidade produtiva. Contudo, preocupamos o grau de dependência que isto representa. Entendemos que é fundamental encontrarmos alternativas próprias de financiamento, com o desenvolvimento de projetos auto-sustentáveis”* (Relatório 1999:25).

Para a solução desta questão, a prioridade foi desenvolver uma área de captação de recursos, o que já constava da proposta de funcionamento da entidade, e o fortalecimento das relações institucionais da entidade, o que já havia sido retomado em 1999, especialmente com a ABONG e com o Fórum Paulista de ONGs, para o *“intercâmbio de informações, buscando uma ação mais integrada no contexto nacional”* (Relatório 1999:26).

Estas considerações demonstravam que a entidade já se preparava para novas formas de ação, organização e estruturação. Em suma, após estes 12 anos de atividades, o CEDAP queria outros níveis de articulação de suas ações em educação popular, e reafirmar sua identidade em relação aos movimentos sociais, instituições públicas, outras ONGs e sociedade civil.

Nos próximos anos, o mote do CEDAP deveria ser o seguinte: *“É preciso passar dos pequenos projetos a programas integrais de maior duração, suscetíveis de avaliação permanente”* (Garcia, 1994 in: Relatório 1999:30).

## **O CEDAP na atual década.**

Os anos de 2000, 2001 e 2002 foram de desafios para o CEDAP que tinha como objetivo transformar-se em uma entidade mais vigorosa, consolidando suas formas de ação, sua organização e estruturação, objetivando saltar de projetos pontuais e focalizados para programas de maior amplitude, duráveis e permanentes.

A fórmula adotada centrou no binômio profissionalização e sustentabilidade. Profissionalização dos serviços e sustentabilidade institucional, cujas diretrizes foram dadas pelo “Programa Cidadania e Participação”. Este programa propunha a adoção de um novo plano de ação que significava a síntese de todo processo de reorganização interna num contexto de globalização econômica e cultural, assim como, deveria ser um espaço de articulação para outras propostas.

Tais objetivos implicaram numa revisão de sua missão a qual foi definida na ocasião como:

*“Desenvolver projetos de educação para a cidadania junto a grupos populares de Campinas e Região, favorecendo o fortalecimento de sua organização e estimulando estratégias coletivas de participação e transformação da realidade social e ambiental, tendo como valores fundamentais a democracia e a solidariedade”* (Relatório 2000,2),

A concepção pedagógica adotada foi explicitada como:

*“a dimensão ético-política da educação popular, buscando combinar o desafio do enfrentamento de problemas sociais, como: violência, falta de moradia, drogas, doenças infecto-contagiosas, miséria, com a construção de um modelo de democracia integral, estimulando o exercício da cidadania ativa”* (Relatório 2000,2).

O público alvo deveria ser organizações e lideranças populares, juventude e grupos de mulheres moradores em comunidades periféricas e de baixa renda.

O novo plano de ação, o “Programa Cidadania e Participação”, tinha como objetivos:

1. a capacitação de grupos e organizações populares para seu fortalecimento e sustentabilidade de programas de ação coletiva, especialmente na solução de problemas sociais;
2. estímulo às organizações e lideranças populares na identificação, adequação e desenvolvimento de suas potencialidades humanas visando seus objetivos e aspirações;

### 3. combinar de justiça social e ética.

Este plano se dividia em cinco frentes de ação que, por sua vez, deveriam alicerçar-se numa visão de mundo crítica, ao mesmo tempo utópica e viável, que fosse construída pelos indivíduos e comunidades participantes, de forma ativa e criativa atuando em rede de colaboração e intercâmbio, respeitando as individualidades dentro de um processo pluralista, autônomo e solidário (Relatório 2000).

As cinco frentes foram:

1. Capacitação de Lideranças: estimular a formação de lideranças para o trabalho comunitário, através de assessoria e capacitação que incentivem a prática democrática nas relações sociais de forma a possibilitar a elevação da qualidade da ação, potencializando habilidades com vistas à preparação para o debate e formulação de estratégias coletivas de intervenção;
2. Mundo do Trabalho: articulação com lideranças de trabalhadores e setores representativos da sociedade civil, de iniciativas que visem a reflexão e o debate dos problemas estruturais da região com o objetivo de mobilizar esforços, buscando coletivamente alternativas para um desenvolvimento local/regional sustentável;
3. Comunicação e Gênero: aumentar a visibilidade social da mulher com o intuito de consolidar o seu potencial de articulação e comunicação, através de atividades que busquem a construção coletiva de instrumentais que auxiliem a explicitação verbal do silêncio feminino e de novas estratégias de comunicação social;
4. Saúde e Cidadania: contribuir para a redução da infecção pelo HIV/AIDS através de informações e ação sócio-educativa sobre prevenção e risco de contaminação, estímulo à ação de agentes multiplicadores para atuarem na disseminação das informações sobre prevenção às DSTs/HIV/AIDS;
5. Articulação e Comunicação: capacitação de membros do CEDAP, visando o melhor desempenho do gerenciamento institucional e sustentabilidade do trabalho, através de atividades formativas internas e da participação em seminários e fóruns diversos, buscando aumentar o nível de articulação das ações desenvolvidas.

O CEDAP buscava, com esta nova forma estrutural e organizativa, que seus compromissos e projetos propostos se viabilizassem. Em 2000, os projetos desenvolvidos, conforme cada área de ação, foram os seguintes, segundo relatório de atividades 2000 e relatório interno:

#### I-Capacitação de Lideranças -

1.Projeto PRODEC Sorocaba: ações desenvolvidas em 9 conjuntos habitacionais localizados em periferias de municípios da região de Sorocaba/SP.

Objetivos: contribuir para melhor qualidade de vida das populações moradoras destes conjuntos habitacionais, estimulando ações próprias, buscando melhoria das condições de saúde, educação, renda, lazer, cultura, convívio e do meio ambiente; favorecer o exercício da cidadania através do reconhecimento de suas necessidades e da busca organizada pelo seu atendimento, da participação na gestão de equipamentos e serviços; estímulo às comunidades na identificação, adequação e desenvolvimento de suas potencialidades humanas, técnicas ou ambientais; assessoria às comunidades na organização de suas entidades e grupos representativos visando sua interlocução com organizações governamentais, ONGs e demais grupos.

Atividades desenvolvidas: assessoria às associações de moradores dos conjuntos envolvidos no programa; elaboração e articulação de projetos sócio-educativos; operacionalização e gerenciamento de projetos de construção de áreas de lazer e centros comunitários; coordenação de processos de aquisição de bens móveis e imóveis de sociedades moradores; assessoria para o desenvolvimento de projeto de ampliação de centros comunitários; reuniões de planejamento, organização e avaliação com associações de moradores envolvidas.

Resultados: constituição e/ou rearticulação de associações de moradores; projeto de educação ambiental; oficinas de trabalhos manuais e artesanato; palestras sobre cidadania, economia doméstica, higiene, saúde e alimentação; operações recolhimento material reciclável; arrecadação de alimentos; plantio de árvores; distribuição de

material informativo; constituição de cooperativa de trabalho feminino; construção de áreas de lazer e quadra poliesportiva.

População atingida: cerca de 2000 famílias.

Parcerias: PRODEC / CEF, Prefeituras de Porto Feliz, Itapetininga e Tietê, Serviço Autônomo de Água e Esgoto SAAE/Porto Feliz, Entidade de Proteção e Amparo à Mulher de Itapetininga, Desenvolvimento & Paz.

Avaliação interna: despertou o exercício da cidadania e o surgimento de novas lideranças, estimulando e fortalecendo a ação comunitária com a incorporação de novas estratégias de organização, reivindicação e negociação; maior investimentos públicos em espaços de lazer, educação, capacitação profissional e saúde; acúmulo técnico para o CEDAP, divulgação do trabalho e imagem institucional da entidade.

## 2. Projeto Associação de Moradores do Jardim São Sebastião/Hortolândia:

Objetivos: apoio à diretoria da associação e ao processo organizativo da comunidade; identificação e estímulo à novas lideranças e grupos emergentes da comunidade; acessoria a construção e gestão do Centro Comunitário.

Atividades desenvolvidas: acompanhamento a construção do centro comunitário e negociações com a empresa responsável pela obra.

Parcerias: PRODEC/CEF e Desenvolvimento & Paz.

## 3. Projeto PRODEC Limeira: ações desenvolvidas em três municípios da região.

Objetivos: organização e desenvolvimento comunitário; acompanhamento do processo de construção de obras comunitárias.

Atividades desenvolvidas: acompanhamento das obras e na interlocução junto às prefeituras municipais; reuniões com associações de moradores; distribuição de material informativo.

Resultados: construção de centros comunitários, áreas de lazer comunitário.

População atingida: cerca de 2800 famílias.

Parcerias: PRODEC/CEF, Prefeituras dos Municípios de Araras/SP, Santa Gertrudes/SP e Pirassununga/SP, Construtora Pavan, Desenvolvimento & Paz.

Avaliação interna: investimentos em espaços de lazer e convívio públicos; maior visibilidade e credibilidade das ações do CEDAP junto às comunidades e parceiros, as dificuldades vivenciadas possibilitou o desenvolvimento de outros processos de concepção e elaboração de projetos.

#### 4. Projeto Associações de Moradores de Comunidades do Município de Conchal/SP.

Objetivos: acompanhamento e assessoria ao processo organizativo das associações.

Atividades desenvolvidas: levantamento das expectativas, planejamento e organização de atividades, reuniões com lideranças comunitárias, organização do 1º Encontro de Associações de Moradores de Conchal, organização e realização de assembléias de bairro, estudo e diagnóstico das potencialidades econômicas do município, identificação de oportunidades para trabalho cooperativo e identificação de lideranças.

Resultados: definição dos objetivos e estratégias de ação, contatos de parcerias com o poder público local.

Parcerias: Centro de Cidadania de Conchal/SP, Prefeitura do Município de Conchal/SP, Desenvolvimento & Paz.

Avaliação interna: desenvolvimento de atividades de ação comunitária pelas lideranças, maior participação comunitária, reconhecimento do CEDAP como agente facilitador das ações.

#### 5. Projeto Piloto de Formação de Conselhos de Condomínio de Mogi Guaçu/SP

Objetivos: formação do Conselho de Condomínios, fomentar a prática da cidadania e organização comunitária, detectar e reconhecer as necessidades e potencialidades da comunidade, proposição e desenvolvimento de ações.

Atividades desenvolvidas: diagnóstico da região, organização e realização de eventos e reuniões com a comunidade e poder local, capacitação da comissão de trabalho,

seminários “Constituição dos Conselhos: papel e representatividade”, “Democracia Participativa” e “Mobilização Comunitária”, elaboração de proposta para projeto de lei de oficialização dos conselhos, distribuição de material informativo.

Parcerias: Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu/SP, Desenvolvimento & Paz.

Avaliação interna: contribuição para mobilização comunitária e ação comunitária, debate sobre o conceito de democracia participativa, incentivo à novas lideranças, interlocução com poder público.

## II-Mundo do Trabalho -

.Objetivos: promoção de lideranças de trabalhadores e setores representativos da sociedade civil, reflexão e debate acerca dos problemas estruturais da Região Metropolitana de Campinas - RMC, mobilização de esforços para desenvolvimento sustentável alternativo.

.Atividades desenvolvidas: contatos e reuniões com lideranças sindicais (CUT, sindicatos dos petroleiros, eletricitários, servidores municipais e trabalhadores rurais), com representantes partidários e ONGs, articulação do Fórum para o Desenvolvimento Regional Sustentado, articulação de projeto para desenvolvimento da Cooperativa dos Produtores Rurais do Assentamento I dos trabalhadores Rurais de Sumaré/SP, articulação com entidades sindicais, comunitárias e ONGs na organização de debate sobre Terceiro Setor.

.Resultados: identificação de parcerias para financiamento de projetos cooperativistas, palestra “Terceiro Setor, Mídia e MST” (Profa. Dra. Maria da Glória Marcondes Gohn - FE/UNICAMP).

.Parcerias: Assentamento dos Trabalhadores Rurais de Sumaré/SP, Sindicato dos Eletricitários de Campinas e Região, Editora Vozes, Desenvolvimento & Paz.

## III-Comunicação e Gênero -

.Objetivos: contribuir para maior visibilidade social da mulher visando a consolidar seus potenciais de articulação e apreensão do que expressam, construção coletiva de instrumentais que auxiliem a explicitação verbal do silêncio feminino e criação de novas estratégias de comunicação social.

.Atividades desenvolvidas: reunião com representantes da Comissão de Mulheres Negras “Laudelina de Campos Melo”.

#### IV-Saúde e Cidadania -

##### 1.Projeto AIDS e Juventude:

Objetivos: diminuir a vulnerabilidade de adolescentes e jovens aos riscos de infecção pelo HIV/DST/AIDS por meio de ações sócio-educativas, identificar e estimular agentes multiplicadores.

Atividades desenvolvidas: seleção e treinamento de agentes de saúde, oficinas sócio-educativas realizadas em escolas públicas e centros de saúde, capacitação de agentes multiplicadores, participação na Comissão Organizadora do 1º Seminário Municipal de Prevenção em DST e AIDS e no Fórum 2000 de AIDS/HIV.

Resultados: formação de 10 agentes multiplicadores, 5.698 preservativos distribuídos.

População atingida: 1.391 adolescentes e jovens, 102 professores e 100 profissionais de saúde.

Parcerias: MS/UNESCO, Secretaria de Saúde da PMC, Desenvolvimento & Paz.

Avaliação interna: maior abertura das escolas e sensibilização de professores e profissionais de saúde com relação às necessidades da população adolescente da periferia, integração entre centros de saúde e escolas, reconhecimento público do CEDAP na área, recebimento do prêmio internacional “Júlio Barrios”(melhor trabalho de prevenção no Fórum 2000).

##### 2.Projeto Jovens Multiplicadores:

Objetivos: informação e sensibilização de adolescentes aos riscos e atitudes frente às DSTs, formação de lideranças e exercício de cidadania.

Atividades desenvolvidas: reuniões, oficinas de treinamento e palestras educativas em escolas públicas e centros de saúde, organização de eventos informativos e de captação de recursos, participações em campanhas de prevenção, no Encontro dos Adolescentes Sem-Terra, no 10º Encontro Nacional de Adolescentes, no II Fórum Municipal de Saúde do Adolescentes em Campinas e no Encontro Municipal de Adolescentes Campinas.

Resultados: distribuição de 2.058 preservativos, 600 folders, 600 leques e 50 fitas de cabeça.

População atingida: 1.610 adolescentes.

Parcerias: CRAÍSA/TABA/SOS Adolescente, Centros Comunitário do parque Itajaí e Jardim Santa Lúcia, Secretaria de Saúde da PMC, MS, Desenvolvimento & Paz.

Avaliação interna: maior sensibilização para prevenção e trabalho voluntário, maior integração entre ONGs que atuam na área, criação de novos espaços de convívio e atuação para população adolescente, maior visibilidade e consolidação da entidade.

#### V-Articulação, Comunicação e Capacitação -

.Objetivos: capacitação dos membros do CEDAP para o desempenho do gerenciamento institucional e sustentabilidade, aumento do nível de articulação das ações desenvolvidas, criação de redes de cooperação interinstitucional e de intercâmbio.

.Atividades desenvolvidas: reuniões visando o processo de avaliação da Desenvolvimento & Paz, ajustes estruturais recomendados pela avaliação, encontros, reuniões e ações de revisão da missão do CEDAP, participação no Fórum Técnico Paritário de DST/AIDS do município de Campinas, no “Curso Gestão de Projetos Sociais” PMC/CEF/PCS, no seminário “Um Novo Mundo é Possível: as ONGs e a luta por um mundo sem exclusão” ABONG, na II Feira das ONGs/RJ, no Fórum Paulista de ONGs, no seminário “Reprogramação 2000-2005” Desenvolvimento & Paz.

Resultados: aumento das atividades internas, maior capacidade produtiva e dinamismo, otimização dos recursos disponíveis, maior compreensão do papel institucional e definição da estrutura interna.

Parcerias: Desenvolvimento & Paz.

Avaliação interna: maior reconhecimento público com a indicação de novas parcerias e trabalhos.

Assim, no ano de 2000, as novas diretrizes adotadas pela entidade mostravam que ela adequou-se a uma nova realidade. Se suas ações versavam sobre temas de impacto imediato sobre a população atingida, suas parcerias, especialmente com o poder público, caminhavam pela mesma estrada.

A primeira constatação se fazia presente em suas próprias análises nos seus relatórios interno e de atividades:

*“O ano de 2000 foi para o CEDAP um período de reflexão e análise sobre os desafios que a entidade enfrentou nos últimos anos (...). Esta reflexão resultou na elaboração do programa bienal de trabalho - Cidadania e Participação - que reafirmou em suas cinco frentes de ação a identidade institucional da entidade como Centro de Educação Popular”* (Relatório 2001:1).

A segunda constatação explicitava-se na quantidade de parcerias desenvolvidas com o poder público e, principalmente, na ênfase dada aos encontros de avaliação com a Desenvolvimento & Paz do Canadá.

Estava definida a forma de ação da entidade para os anos seguintes. O CEDAP afirmava em seus relatórios que *“No ano de 2001 consolidou-se a implementação desta proposta de trabalho com algumas adequações resultantes de demandas das comunidades e do público alvo”* (Relatório 2001:1).

Estas adequações, por sua vez, que partiam de comunidades, eram fruto de mudanças ocorridas no poder público com as eleições municipais em 2000. As mudanças indicavam a possibilidade de maior participação popular na gestão da coisa pública.

O relatório de atividades 2001 assim explicitava esta situação:

*“outro aspecto importante neste contexto foi a eleição e posse dos governos municipais democráticos e populares, inclusive em Campinas, que buscam maior participação da sociedade na elaboração dos orçamentos e no acompanhamento da gestão pública. Este fato, exigiu das comunidades, a necessidade de se organizarem e estabelecerem estratégias de articulação para viabilizar e potencializar o processo de interlocução com os governos”* (Relatório 2001:1).

Assim, as novas demandas representavam para o CEDAP seu reconhecimento e legitimação, e indicava que o caminho escolhido no ano anterior era, se não o ideal, o único para o momento.

Mantendo o programa Cidadania e Participação com suas frentes de ação, sua concepção pedagógica e sua missão, as atividades desenvolvidas em 2001 foram as seguintes:

#### I-Cidadania e Participação

##### 1.Projeto Porto Feliz/SP:

Objetivos: assessoria e articulação de associações de moradores, recuperação de instalações de centros comunitários, atividades com jovens e adolescentes, construção de área de lazer comunitária e desenvolvimento de projetos de educação ambiental.

Atividades desenvolvidas: reuniões com grupos comunitários para o levantamento das necessidades, demandas e expectativas, oficinas sobre relações de poder, desempenho de papéis, tipos de lideranças e comunicação.

Resultados obtidos: capacitação de 12 lideranças locais.

Parcerias: CEF/PRODEC, Desenvolvimento & Paz, Associação de Moradores.

Avaliação interna: melhor integração entre membros das associações, clareza dos papéis dos integrantes das associações e em sua postura diante da comunidade e do poder público.

## 2.Projeto Vila 31 de Março - Campinas/SP:

Objetivos: assessoria à Associação de Moradores.

Atividades desenvolvidas: reuniões para orientar processo eleitoral local.

Resultados obtidos: processo eleitoral baseado nas normas e regras previstas nos estatutos da associação.

Parcerias: Associação de Moradores da Vila 31 de Março.

Avaliação interna: mobilização e participação da comunidade na reorganização e processo eleitoral da associação de moradores, entendimento por parte das lideranças das implicações políticas que envolvem um processo de organização comunitária.

## 3.Projeto DIC IV Campinas/SP:

Objetivos: assessoria a grupo de jovens e adolescentes ligados à Pastoral da Juventude do Meio Popular para ações sociais.

Atividades desenvolvidas: reuniões para definição de propostas de trabalho, identificação de parceiros e financiadores.

Resultados obtidos: engajamento da Secretaria de Cultura e Turismo da PMC e da Pastoral da Juventude da Igreja Católica.

Parcerias: PMC e Pastoral da Juventude da Igreja Católica.

Avaliação interna: mobilização do grupo, clareza dos objetivos e estruturação da frente de ação “Juventude e Cidadania”.

## 4.Projeto Vida Nova:

Objetivos: assessoria à comunidade e grupos de jovens e adolescentes em ações de reurbanização e recuperação de áreas públicas de lazer e convívio, capacitação de jovens e adolescentes na área de paisagismo e jardinagem, estímulo à constituição de grupos de geração de renda/cooperativismo através da coleta e reciclagem de resíduos sólidos.

Atividades desenvolvidas: reuniões com representantes do poder público local para viabilização das ações, lideranças comunitárias visando o engajamento na elaboração do projeto.

Resultados obtidos: engajamento do Departamento de Parques e Jardins da PMC nas propostas.

Parcerias: DPJ-PMC.

Avaliação interna: motivação e envolvimento de profissionais do poder público local em projetos de desenvolvimento comunitário, motivação e disposição de participação das lideranças comunitárias.

#### 5.Projeto Vila Castelo Branco - Campinas/SP:

Objetivos: assessoria e organização para constituição do conselho regional da Vila Castelo Branco, elaboração de projetos e parcerias.

Atividades desenvolvidas: oficina “III Abraço Educativo-social”.

Parcerias: Associação de Moradores, PMC e Desenvolvimento & Paz.

### II-Mundo do Trabalho

.Objetivos: promover, junto a lideranças de trabalhadores e setores representativos, reflexões e debates sobre os problemas estruturais da RMC, objetivando buscar alternativas para um desenvolvimento local e regional sustentável, busca de parcerias para revitalização e ampliação da biblioteca e videoteca do CEDAP.

.Atividades desenvolvidas: contatos e reuniões com sindicatos dos bancários, petroleiros, eletricitários, químicos, metalúrgicos e servidores municipais.

.Resultados obtidos: oferecimento por parte do Sindicato dos Bancários de Campinas e região de um espaço em sua sede para instalação do CEDAP, desenvolvimento de projetos de formação de lideranças junto a este e outros sindicato.

.Parcerias: Desenvolvimento & Paz.

### III-Comunicação e Gênero

.Objetivos: buscar aumentar a visibilidade social da mulher consolidando potenciais de articulação e apreensão de suas expressões, construção coletiva de instrumentais que auxiliem a explicitação verbal feminino e criar novas estratégias de comunicação social.

.Avaliação interna: as questões de gênero seriam doravante abordadas de forma transversal nas demais ações.

### IV-Saúde e Cidadania

#### 1.Projeto Jovens Multiplicadores:

Objetivos: favorecer a informação e a sensibilização de adolescentes e jovens em relação aos riscos e atitudes frente a AIDS através da atuação de seus pares, formação de jovens e adolescentes e lideranças.

Atividades desenvolvidas: realização de encontro de integração com os participantes do projeto, para avaliação do Fórum de Saúde 2001, adesão do CEDAP ao MAB, participações na Conferência Municipal sobre Direitos da Criança e do Adolescente de Campinas, no 1º Encontro Regional de Adolescentes em Campinas, no 3º Encontro Municipal de Adolescentes de Mogi Guaçu e no 4º EMA de Rio Claro, oficinas em escolas públicas da periferia de Campinas.

Resultados obtidos: cerca de 375 jovens e adolescentes atingidos, integração de projetos em parceria com o MAB.

Parcerias: Desenvolvimento & Paz.

#### 2.Projeto Mulher: prevenindo e produzindo, por que não?

Objetivos: diminuir a vulnerabilidade feminina em relação ao HIV/AIDS e outras DSTs, informando e sensibilizando a mulher através de auto-cuidado, relação de gênero, trabalho e renda.

Atividades desenvolvidas: oficinas de seleção, capacitação, de prevenção, encontros sobre mulher e trabalho, palestras sobre o mundo do trabalho e prevenção, distribuição de material informativo.

Resultados obtidos: contato e envolvimento com diversas entidades, formação de grupos de trabalho.

Público atingido: cerca de 500 mulheres.

Parcerias: MS, 21 entidades assistenciais de Campinas, Desenvolvimento & Paz.

Avaliação interna: aumento da sensibilização das mulheres envolvidas em relação a vulnerabilidade à AIDS, possibilidade de reflexão e discussão sobre questões de relações e potencialidades individuais, sociais e mercadológicas.

### 3.Projeto Falando pra Galera - AIDS e Prevenção:

Objetivos: reduzir a vulnerabilidade individual e institucional ao risco de infecção pelo HIV/DST/AIDS em 2000 jovens e adolescentes da periferia de Campinas e região.

Atividades realizadas: seleção de profissionais de saúde, educação, monitores, do poder público e ONGs para capacitação, realização de cursos de capacitação, ações de prevenção e orientação para prevenção.

Resultados obtidos: 31 profissionais da saúde e educação capacitados, oficinas elaboradas pelos participantes dos cursos.

Parcerias: MS, CRAISA, SMS - PMC, SME - PMC, Desenvolvimento & Paz.

### V-Articulação e Comunicação

Objetivos: capacitação dos membros do CEDAP para gerenciamento institucional buscando a sustentabilidade do trabalho, aumento do nível de articulação das ações desenvolvidas, buscando criar redes de cooperação interinstitucional e de intercâmbio de experiências.

Atividades desenvolvidas: início de processo de articulação das ONGs de Campinas, participação no FOPONG-SP, no Fórum Paritário de ONGs/AIDS de Campinas, na pró-

constituição do comitê do Fórum Social Mundial em Campinas, no GETS - Grupo de Estudos do Terceiro Setor, em cursos de capacitação “Desenvolvimento de Recursos”, “Modelo Colaborativo” e “Voluntários coordenando Voluntários”/CIDA, no curso Análise Financeira/SENAC, no seminário “Desafios e Tendências do Terceiro Setor”/IMECC-UNICAMP.

Resultados obtidos: indicação do CEDAP para apresentar projetos de prevenção à AIDS ao Comitê do Governo de Moçambique.

Parcerias: ABONG, MS, Desenvolvimento & Paz, Agência de Cooperação Internacional do Governo Canadense - CIDA.

Avaliação interna: o CEDAP liderou o processo para desenvolvimento de um Fórum Municipal de ONGs, a existência da FEAC dificulta a consolidação desta proposta, motivação interna, maior participação do CEDAP em redes de troca de experiência e informações técnicas, divulgação das ações e projetos do CEDAP.

Neste ano o CEDAP se transferiu para as instalações do Sindicato dos Bancários de Campinas e Região. Esta mudança foi considerada de suma importância, pois este novo espaço lhe permitiria incrementar suas ações, dar-lhe maior visibilidade, oferecer cursos, encontros e reuniões sem a necessidade de deslocar pessoal ou buscar espaços para estas ações.

No entanto, mesmo com todas estas mudanças no âmbito administrativo e estrutural, o CEDAP ainda considerava que sua vulnerabilidade era grande e deveria manter-se em busca de maior visibilidade, criar projetos alternativos de auto-sustentabilidade, pensar de forma mais “profissional”, pois, *“com mais visibilidade, possibilita buscar mais recursos”* (Relatório 2001:1).

Além disso, frente às demandas que comunidades, poder público e outras entidades, o CEDAP concluiu que a partir deste ano suas ações deveriam estar mais integradas, pelo menos dentro do âmbito interno. Pretendia, através de reuniões e discussões internas semanais, organizar e divulgar o trabalho dos coordenadores dos projetos, saber o que cada um fazia e que estes projetos não estivessem “deslocados”:

*“Aí começamos a fazer uma discussão interna, começamos a organizar um pouco o trabalho dos coordenadores com reuniões pelo menos uma vez por semana, discutir os projetos, saber o que cada um fazia, pois era aquela coisa, o Saúde e Cidadania estava meio descolado, trazer isto tudo para todos os coordenadores para que soubessem o que estava acontecendo. Conseguimos fazer isto 2001 e 2002 inteiro”*(Entrevista 1: Edith Bortolozo, abril/2003).

Procuraram avaliar os impactos dos projetos, se os objetivos propostos estavam sendo atingidos de fato, avaliar estratégias, planos de captação de recursos, novos projetos, contato com setor empresarial, ou seja:

*“melhorar a qualidade dos projetos, melhorar nossos indicadores de resultados, juntando com a questão de impacto de nossas ações que queríamos avaliar e isto era importante para nosso fortalecimento enquanto entidade, tanto no aspecto da nossa sustentabilidade quanto no nosso processo metodológico”*(Entrevista 1: Edith Bortolozo, abril/2003).

Concluía-se, então, conforme relatório interno, que de nada adiantaria a entidade viabilizar-se administrativamente e estruturalmente, se não fosse para provocar mudanças e impactos nas condições sociais das comunidades atendidas.

Em virtude destas necessidade e das demandas feitas ao CEDAP por comunidades e pelo poder público, decidiu-se que a partir de 2002, a entidade deveria: focalizar suas ações por regiões da cidade de Campinas; que temas como gênero e mundo do trabalho deveriam ser transversais aos demais; manter as ações do programa Cidadania e Participação e ampliar o trabalho com jovens e adolescentes. Afirmavam que:

*“tentamos neste projeto, Cidadania e Participação (...), dar continuidade as ações que entendemos ser importantes e até então desenvolvidas, atender a demanda do público e dos profissionais, atento sempre a contexto social, político e econômico que o país estava passando”*(Entrevista 1: Edith Bortolozo, abril/2003).

Assim, as ações desenvolvidas em 2002 foram, conforme Relatório de Avaliação 2002:

### I-Articulação de Comunidade

#### 1.Projeto Formação e Desenvolvimento de Lideranças:

Objetivos: aprimoramento do papel das lideranças e organizações comunitárias na sua representatividade e interlocução junto a comunidade, poder público e sociedade civil; apropriação por parte das lideranças e organizações populares de novos conceitos, atitudes e habilidades em processos de interação grupal, comunicação, aspectos formais da organização representativa, abordagem e mobilização; gestão e planejamento participativo; democratização das relações e participação popular.

Ações desenvolvidas: reuniões com comunidades e lideranças.

Resultados obtidos: aprimoramento do papel de lideranças, organização comunitária, maior representatividade comunitária junto ao poder local, apropriação de novos conceitos e de instrumentos de gestão, maior interação grupal.

População atingida:42 pessoas diretamente e 4100 indiretamente.

Avaliação interna: amadurecimento dos participantes quanto ao seus papéis em relação ao grupo e comunidade; melhoria das relações.

#### 2.Projeto Assessoria à Direção do Sindicato dos Bancários:

Objetivos: capacitação do grupo, desenvolvimento de trabalho de cidadania e transformação social, elaboração de conceitos sobre trabalho sócio-educativo, reflexão e tomadas de decisões, elaboração de projeto de cidadania do Sindicato, criação de novas frentes de atuação e consolidação da parceria.

Ações desenvolvidas: oficinas, visitas a projetos comunitários e seminários.

População atingida: 18 membros da diretoria diretamente e 30 indiretamente.

Parcerias: Sindicato dos Bancários de Campinas e Região.

Avaliação interna: o grupo está escolhendo o trabalho a ser desenvolvido.

### 3.Projeto Viva Vida Nova:

Objetivos: melhoria da qualidade de vida da população, implantação de espaços comunitários de convívio e lazer, recuperação de área de preservação ambiental, criação de vínculos sociais, organização comunitária, ações coletivas e vivência da cidadania, capacitação profissional de adolescentes em manejo e jardinagem, contribuir para auto-estima da comunidade.

Ações desenvolvidas: reuniões com a comunidade local e lideranças, com o poder público e parcerias.

Resultados obtidos: desenvolvimento de estratégias de captação de recursos e definição das prioridades.

Parcerias: D&P e DPJ - PMC.

Avaliação interna: exigência de novas articulações por conta de mudanças na diretoria da associação de moradores e DPJ e SO.

### 4.Grupo de Mulheres de Jaguariúna/SP:

Objetivos: assessoria para constituição de ONG.

Ações desenvolvidas: oficina sobre questões do mundo do trabalho.

Avaliação interna: contato suspenso.

### 5.Centro Promocional Tia Ileide - CPTI:

Objetivos: assessoria para direção em intervenção junto a CDHU e formulação de projeto de impacto social.

Ações desenvolvidas: reuniões com a entidade e com representantes do CDHU.

Avaliação interna: interrupção do trabalho.

### 6.CRAS - Norte:

Objetivos: assessoria à equipe de coordenadoria social e capacitação de lideranças comunitárias da região da Vila Pe. Anchieta.

Ações desenvolvidas: reuniões com coordenadoria e comunidade para desenvolver projeto.

Avaliação interna: a PMC contratou profissional especializado para desenvolver projeto.

## II-Saúde e Cidadania

### 1.Projeto AIDS e Juventude:

Objetivos: informação e atividades sobre prevenção à DST/HIV/AIDS, sensibilização de profissionais das redes públicas de saúde e educação em relação ao tema e às necessidades de jovens e adolescentes.

Ações desenvolvidas: oficinas com adolescentes e profissionais da saúde e educação, encontros em escolas públicas.

Resultados obtidos: 1050 adolescentes e 59 profissionais da prefeitura informados e sensibilizados, formação de 25 jovens multiplicadores , participação no ENA, participação no MAB.

Parcerias: MS e PMC.

Avaliação interna: melhoria das relações interpessoais, motivação grupal, no entanto, ainda verifica-se muita resistência da parte de integrantes da direção das escolas públicas.

### 2.Projeto Falando Prá Galera - AIDS e Prevenção:

Objetivos: capacitação de profissionais da rede municipal de saúde e de educação, assim como monitores de entidades sociais na prevenção de DST/AIDS com adolescentes, orientar, monitorar e acompanhar ações de prevenção para adolescentes, elaboração de cartilha para prevenção.

Ações desenvolvidas: 89 profissionais de saúde e educação e membros de ONGs treinados; realização de oficinas, mini-projetos, elaboração de boletins informativos, participação na Conferência Municipal de Saúde, produção de almanaque sobre questões de vulnerabilidade adolescente.

População atingida: 289 profissionais e 797 jovens e adolescentes.

Parcerias: D&P e MS.

## II-Juventude e Cidadania

### 1.Projeto Ileaô:

Objetivos: melhoria da qualidade da população local, especialmente jovens moradores na periferia, implantação de projeto coletivo de caráter sócio-cultural, discussão questões sociais locais, desenvolvimento de projetos sociais visando o protagonismo juvenil, estímulo a participação de jovens nas instâncias organizativas da comunidade local, desenvolver atividades educativas e culturais priorizando a cultura popular, fomentar ações que propiciem formação de rede entre serviços e instituições locais.

Ações desenvolvidas: envio de propostas de captação de recursos, reuniões com grupos de jovens e oficinas de capacitação.

População atingida: 9 jovens diretamente.

Parcerias: MS.

## IV-Articulação e Fortalecimento Institucional

### 1.Articulação:

Objetivos: desenvolver ações de articulação das ONGs de Campinas e região visando viabilizar condições de sustentabilidade institucional, criação de redes de atuação e fortalecimento político, organização e ampliação do acervo biblioteca e videoteca, capacitação continuada dos integrantes do CEDAP, comunicação institucional, sistematização do trabalho administrativo do CEDAP, captação de recursos e diversificação das fontes de financiamento e suporte financeiro, viabilizar projetos definidos no plano anual.

Ações desenvolvidas: seminário sobre ONGs, lançamento do livro e debate “O princípio da Cooperação”, participação no Fórum Paulista ONGs/AIDS, no FOPONG, no Fórum Social Mundial, reuniões com conselhos municipal da mulher, da criança e adolescente e

assistência social, seminários de avaliação e monitoramento, término do projeto GETS, curso de Educação Popular.

Parcerias: ABONG, Sindicato dos Bancários de Campinas e região, UNESP.

Via-se, portanto, que para o CEDAP sua missão institucional, descrita anteriormente, era o norte de suas ações, e que sua concepção pedagógica, com algumas alterações em relação aos temas mais relevantes, se manteve neste triênio. Porém, era cada vez mais clara a preocupação com questões de viabilidade e sustentabilidade da entidade. Tal preocupação se explicitava da seguinte forma: “*Obviamente, o que viabiliza (os projetos e a entidade) ou não é a capacidade de financiamento...*”(Entrevista 1, Edith Bortolozo, abril/2003), e em 2002 esta preocupação levou-a a investir em ações e estratégias político-institucionais que respondessem a sua capacidade de financiamento.

Seu planejamento político institucional para o ano explicitava suas preocupações e ações a serem adotadas. Para o CEDAP a legislação do Terceiro Setor era inadequada e expunha o segmento à riscos tributários e trabalhistas que poderiam inviabilizar a manutenção econômico-financeira do setor, outra constatação foi que muitas entidades se constituíram nos últimos anos somente para atender a interesses pessoais ou de pequenos grupos, fazendo uma “*...concorrência desleal na busca de recursos*” (Planejamento 2002). As estratégias que deveriam ser adotadas eram: aproveitar de forma positiva a “onda do Terceiro Setor” desenvolvendo um “marketing” que desse maior visibilidade, aumentando por consequência a sustentabilidade, ampliar a discussão sobre a legislação das OSCIPs e definir ações coletivas visando apoio político, propor a criação de um “sêlo de qualidade ABONG” que garantisse condições de igualdade na concorrência por verbas e facilitasse a obtenção de financiamento dos projetos.

## Retomando a Questão: os agentes financeiros.

A questão financeira, ou seja, a viabilidade e sustentabilidade econômica, era o “*Calcanhar de Aquiles*” do CEDAP até porquê, a entidade ainda entendia que depender exclusivamente dos financiadores tradicionais de seus projetos era um risco para ela pois, poderiam a qualquer momento desvincular-se das parcerias. Assim buscar novas fontes de financiamento era um imperativo. No entanto, foi um destes parceiros tradicionais que possibilitou a manutenção da entidade até então.

Basicamente, os financiadores das ações e institucional do CEDAP em 1995, 1996 e 1997 foram a Desenvolvimento e Paz do Canadá e o Ministério da Saúde, mas a partir de 1998 entra em cena a Caixa Econômica Federal por intermédio do PRODEC, o que trouxe um fôlego maior a entidade. Neste ano à CEF competia cerca de 25% do total do aporte financeiro, 25% à D&P e 30% MS, o restante cabia a ações internas, como empréstimos de bens móveis e imóveis, negociações para redução de custos e outros.

Em 1999 e 2000, com a efetivação do PRODEC, a CEF financiava 50% das necessidades dos projetos e institucional, MS 35% e D&P 15%. Em 2001 houve uma redução da contribuição da CEF, passando a 40%, pois, muitos projetos do PRODEC haviam encerrado, 35% do Ministério da Saúde, mas, numa época em que o valor da taxa cambial já havia se alterado, então, a entidade compensou com a verba vinda da D&P, que competia cerca de 25% e, também, com a mudança de espaço, indo para as dependências do Sindicato dos Bancários, o que significou uma boa redução de despesas.

Já em 2002 as coisas alteraram substancialmente, a CEF não mais contribuía para o CEDAP, os projetos do PRODEC encerraram definitivamente e as verbas para manutenção institucional e dos projetos reduziram. O CEDAP, por conta das reestruturações administrativas implantadas que, entre outras coisas, buscava uma otimização dos recursos recebidos, conseguiu manter em caixa verbas remanescentes de sua participação nos PRODEC. Além disso, implementou outras formas de arrecadação,

como cursos, eventos, patrocínios e redução das despesas administrativas. Competia então à D&P cerca de 30% da verba e ao Ministério da Saúde 70%.

No final de 2002 e início de 2003, novo abalo, as verbas oriundas do Ministério da Saúde foram suspensas por conta de reorientações administrativas governamental, cabendo, tão somente, à D&P fomentar o CEDAP. Diante desta situação, o CEDAP direcionou esforços para duas ações: confirmou seu credenciamento junto à Caixa Econômica Federal para concorrer, a partir do segundo semestre de 2003, à verbas destinadas a ações sociais deste banco estatal e, alterando decisões anteriores, realizou neste período uma revisão estatutária adequando-se às exigências do Conselho Nacional de Assistência, permitindo-lhe inscrever-se no Conselho Municipal de Assistência para concorrer e captar recursos oriundos dos conselhos municipais, o que, também, possibilitará a entidade captar recursos via impostos devidos por empresas e pessoas físicas.

Portanto, se a trajetória do CEDAP atual, de 2000 até 2002, mostrou-nos que a entidade conseguiu definir algumas prioridades, estratégias, formas de ação, que manteve a mesma missão desde o início do período, mostrou-nos também que sua viabilização ainda era um fator de preocupação permanente.

Como adaptar-se a novas situações que a realidade impõe sem perder sua essência; mudar e participar do “banquete financeiro” ou manter seus propósitos e “padecer no limbo”; pragmatismo ou utopia; todas estas eram as dúvidas que estavam presentes no seio da entidade, que aproximaram pessoas e afastaram outras. Não obstante, o CEDAP manteve-se presente, vivo e atuante até a conclusão desta dissertação, em Março de 2004.

## CAPÍTULO 4 – As Atividades de Educação Não-Formal do CEDAP

ANO: 1.988

| TIPO        | ATIVIDADE                                                   | PÚBLICO                                                                                        | PARCERIA                                              |
|-------------|-------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| CURSO       | .Noções Básicas de Economia Política.                       | GERAL                                                                                          | —                                                     |
|             | . Movimento Popular: a crise atual e a luta pelo socialismo | GERAL                                                                                          | —                                                     |
|             | .Formação de lideranças                                     | Assoc. Emp Domésticas de CPS.; Grupo de Mulheres; Movimento Melhoria do Transp.Coletivo de CPS | Central dos Movimentos Populares de Campinas e Região |
| SEMI-NÁRIOS | . Metodologia da Formação nos Estado                        | GERAL                                                                                          | ANAMPOS                                               |
|             | . Movimento Popular, Sindical e as Eleições                 | GERAL                                                                                          | CMPCR/CUT/PT                                          |
| DEBATES     | . Administração municipal e participação popular            | GERAL                                                                                          | CMPCR/CUT                                             |
|             | . Os resultados das eleições e o movimento popular          | GERAL                                                                                          | —                                                     |

ANO: 1.989

| TIPO       | ATIVIDADE                                                                        | PÚBLICO                                          | PARCERIA                 |
|------------|----------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|--------------------------|
| CURSO      | . Comunicação e Expressão Oral para o Trabalhador                                | GERAL                                            | —                        |
|            | . Análise crítica dos meios de comunicação e alternativas de comunicação popular | GERAL                                            | CEBs                     |
|            | . Noções básicas de economia política                                            | GERAL                                            | —                        |
|            | . Cursos de formação de base                                                     | GERAL                                            | —                        |
|            | . Formação de lideranças                                                         | Assoc. Emp Domésticas de CPS.; Grupo de Mulheres | CMPCR                    |
| ENCON-TROS | . Encontro de educ. populares;                                                   | GERAL                                            | —                        |
|            | . História política bras. dos anos 60 aos nossos dias;                           | GERAL                                            | —                        |
|            | . Grupos de mulheres de Cps e Região                                             | GERAL                                            | CEBs                     |
| DEBA-TES   | . A Violência e a Mulher                                                         | Grupo de Mulheres                                | AMB                      |
|            | . Constituinte estadual e municipal                                              | GERAL                                            | CEBs/<br>CMPCR           |
|            | . Participação popular em Campinas                                               | GERAL                                            | PMC                      |
|            | . Ciclo de debates e filmes sobre a história das lutas populares no Brasil       | GERAL                                            | CEBs/<br>UNICAMP/<br>FCB |

ANO: 1.990

| TIPO        | ATIVIDADE                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | PÚBLICO                                                                                                                            | PARCERIA                                       |
|-------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|
| CURSO       | <ul style="list-style-type: none"> <li>. Noções básicas de economia política;</li> <li>. Leitura crítica da comunicação;</li> <li>. Metodologia da Educ. Popular;</li> <li>. Comunicação e expressão oral para trabalhadores;</li> <li>. Dinâmica participativa na EP;</li> <li>. Como funciona a sociedade.</li> </ul> | lideranças e participantes de associações de moradores, sem-teto, grupos de jovens, estudantes, partidos políticos e sindicalistas | _____<br>_____<br>CEBs<br>_____<br>CEBs<br>AMB |
| SEMI-NÁRIOS | <ul style="list-style-type: none"> <li>. Capitalismo e socialismo hoje;</li> <li>. Os desafios do Movimento Popular;</li> <li>. Reforma urbana e o Plano Diretor em Cps</li> </ul>                                                                                                                                      | GERAL<br>GERAL<br>GERAL                                                                                                            | _____<br>ANAMPOS<br>_____                      |
| DEBATES     | <ul style="list-style-type: none"> <li>. Planejamento familiar e educação sexual para os filhos;</li> <li>. A situação da mulher e os movimentos de mulheres;</li> <li>. Como ficou o Brasil depois das eleições e o Plano Collor</li> </ul>                                                                            | GERAL<br>GERAL                                                                                                                     | _____<br>_____<br>_____                        |

ANO: 1.991

| TIPO        | ATIVIDADE                                             | PÚBLICO              | PARCERIA |
|-------------|-------------------------------------------------------|----------------------|----------|
| CURSO       | Metodologia e Dinâmicas Participativas para E P;      | Educadores Populares | CEBs     |
|             | . Planejamento e Avaliação para o Trabalho popular;   | GERAL                | _____    |
|             | . Comunicação e Expressão Oral;                       | GERAL                | _____    |
|             | . Como funciona a sociedade brasileira.               | GERAL                | _____    |
| SEMI-NÁRIOS | . Violência e Pena de Morte;                          | GERAL                | _____    |
|             | . Desafios para o Movimento Popular                   | GERAL                | _____    |
| DEBATES     | Filmes sobre a história das lutas populares no Brasil | GERAL                | UNICAMP  |

ANO: 1.992

| TIPO        | ATIVIDADE                                                       | PÚBLICO              | PARCERIA |
|-------------|-----------------------------------------------------------------|----------------------|----------|
| CURSO       | Metodologia e Dinâmicas Participativas para E P;                | Educadores Populares | CEBs     |
|             | . Cidadania e Participação popular                              | GERAL                | _____    |
|             | . Comunicação e Expressão Oral;                                 | GERAL                | _____    |
|             | . Planejamento Participativo - Método Aladir de planej. popular | Membros CEDAP        | _____    |
| SEMI-NÁRIOS | . Administração Pública: um desafio;                            | GERAL                | _____    |
|             | . Políticas Públicas: saúde e educação;                         | GERAL                | _____    |
|             | . Questões do cotidiano: sexualidade e casamento                | GERAL                | _____    |
| DEBA-       | . Movimento popular, meio                                       | GERAL                | _____    |

|     |                                                                                                      |                    |               |
|-----|------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|---------------|
| TES | ambiente e a Eco 92<br>.500 anos de Dominação,<br>resistência e esperança<br>. Mulheres em movimento | GERAL<br><br>GERAL | —<br><br>CEBs |
|-----|------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|---------------|

ANO : 1.993

| PROGRAMA DE ASSESSORIA ÀS ORGANIZAÇÕES POPULARES |                           |                                                                                 |          |
|--------------------------------------------------|---------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|----------|
| PROJETO                                          | ATIVIDADE                 | PÚBLICO                                                                         | PARCERIA |
| Assessoria aos Movimentos Populares              | .Assessoria               | CMPCR, Movim. para moradia, transp. Público, Centros Comunitários e partidários | CMPCR    |
| Juventude e Movimentos Populares                 | .Encontros<br>.Assessoria | Jovens<br>Mov.Estudantil                                                        |          |
| Assessoria aos Movimentos Eclesiais              | .Assessoria               | Org. populares e movimentos ecumênicos                                          | CEBs     |

| PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES POPULARES |                                                                       |                     |          |
|----------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|---------------------|----------|
| TIPO                                         | ATIVIDADE                                                             | PÚBLICO             | PARCERIA |
| SEMINÁRIO                                    | .Educação Popular e Linguagem<br>.Concepção de EP<br>.O lúdico na E P | internos e externos |          |
| CURSO                                        | capacitação de educadores populares                                   | internos e externos |          |

| PROGRAMA DE RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO |                       |          |           |
|----------------------------------------|-----------------------|----------|-----------|
| TIPO                                   | ATIVIDADE             | PÚBLICO  | PARCERIA  |
| SEMINÁRIO                              | Mulher: Fada ou bruxa | GERAL    | Sindicato |
| ENCONTROS                              | Assessoria            | Grupo de | Sindicato |

|  |  |          |            |
|--|--|----------|------------|
|  |  | mulheres | Domésticas |
|--|--|----------|------------|

# PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

| PROJETO             | ATIVIDADE                                                                                   | PÚBLICO | PARCERIA |
|---------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|---------|----------|
| Escola e Comunidade | .ParticConsMunic<br>Defesa Direitos da CriançaAdolesc<br>.Fórum Est. defesa da Crian/Adoles | Interno |          |

# PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO, EXPRESSÃO E PESQUISA

| TIPO      | ATIVIDADE                | PÚBLICO                 | PARCERIA            |
|-----------|--------------------------|-------------------------|---------------------|
| Curso     | .Comunicação e expressão | GERAL                   |                     |
| Encontros | .Contatos                | Universidades da região | UNICAMP/<br>PUCCAMP |

# PROGRAMA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

| TIPO      | ATIVIDADE                                   | PÚBLICO                                       | PARCERIA                                   |
|-----------|---------------------------------------------|-----------------------------------------------|--------------------------------------------|
| Encontros | .Part. FOPONG<br>.Contatos<br><br>.Contatos | Interno<br>Universidades da região<br>Interno | UNICAMP/<br>PUCCAMP<br>ONGs internacionais |

ANO: 1.994

# PROGRAMA DE ASSESSORIA ÀS ORGANICAÇÕES POPULARES

| PROJETO                       | ATIVIDADE                                                                                                                                                       | PÚBLICO                                                     | PARCERIA                                                                                 |
|-------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|
| Assessoria aos Mov. Populares | .Debates políticas municipais<br>.Sexualidade e Afetividade<br>.Curso formação de Lideranças<br>.Reuniões parceria Projeto INCO<br>.Coordenação do Movimento de | GERAL<br>Alunos/profes.<br>Prod. Rurais<br>Interno<br>GERAL | PM Hortolândia<br>EMEM/CPS<br>Ass. Prod. Rurais de CPS<br>Fund. Samuel<br>Ass. Moradores |

|                               |                                                                                                                                                                                                                                                  |                                                                                                                            |                                                                                      |
|-------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|
|                               | Moradia de Hortolândia/SP,<br>.CMPCR<br>.Ass. Sem-Teto de Paulínia/SP<br>.Centros Comum.<br>.PUCCAMP<br>.MST<br>.Asses. 1 Encontro de Produção, Comercialização e Alimentação Alternativa                                                        | GERAL<br>GERAL<br>GERAL<br>INTERNO<br>INTERNO<br>Prod. Rurais                                                              | CMPCR<br><br>Ass. Prod. Rurais de CPS                                                |
| Juvent. e Cultura             | .Elab. projetos                                                                                                                                                                                                                                  | INTERNO                                                                                                                    |                                                                                      |
| Movim. Eclesiais e Ecumênicos | .asses.metodol. educativa na ação pastoral,<br>.formação de mission. Leigos<br><br>.Seminário Nacional do COMINA/CNBB, às Irmãs Salesianas; reuniões com o CEBEP; cursos para o COMINA/CNBB,<br>.Formação de lideranças<br>.Conferência Teologia | Pastoral de crisma<br><br>Comissão de Formação do Conselho Nac. de Leigos da Ig. Católica<br><br><br>INTERNO<br>Estudantes | CEBs<br><br>CNBB<br><br>Diocese de Colatina/ES<br>Igreja Luterana de São Leopoldo/RS |
| Mundo do Trabalho             | .Reunião com                                                                                                                                                                                                                                     | Ass.Domés.Paulínia/SP<br>Sindic.Func.Púb. de Paulínia/SP<br>Sindic.Pesquisadores Cps/SP                                    |                                                                                      |

|                                      |                                                                                     |                                                                 |    |
|--------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|----|
|                                      | .Assessoria ao                                                                      | Sindic. Domést.<br>Cps/SP<br>Sindic.Químicos<br>de Cps e Região |    |
| Educaç. Cidadania                    | .Reuniões para<br>assessoria                                                        | Comitê dos<br>Cristãos contra a<br>Fome                         |    |
| Juventude e Vida                     | .Elaboração e<br>encaminhamento<br>de projetos sobre<br>Educ.e Prevenção<br>da AIDS | Jovens moradores<br>periferia de CPS                            | MS |
| Alfabetização de<br>Jovens e Adultos | .Debates para<br>elaboração de<br>projetos.                                         | INTERNO                                                         |    |

#### PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES POPULARES

| TIPO  | ATIVIDADE         | PÚBLICO | PARCERIA                   |
|-------|-------------------|---------|----------------------------|
| CURSO | .Educação Popular | GERAL   | Uni. Rep. Uruguai<br>UNESP |
|       | .Form. Lideranças | GERAL   | PT-Paulínia/SP<br>INCA     |

#### PROGRAMA ESCOLA E COMUNIDADE

| PROJETO                              | ATIVIDADE                   | PÚBLICO                  | PARCERIA                     |
|--------------------------------------|-----------------------------|--------------------------|------------------------------|
| Construção Colet.<br>Proj.Pedagógico | .Oficina                    | Professores              | Escola pública/<br>PMC       |
| Conselho Escolar                     | .Debates                    | INTERNO                  |                              |
| A P M                                | .Debates                    | Interno                  |                              |
| Grêmio Estudantil                    | .Assessoria<br>.Organização | Estudantes<br>Estudantes | DCE/UNESP<br>GE/ esc.pública |
| Conselho Creche                      | .Debates                    | INTERNO                  |                              |

#### RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO

| TIPO      | ATIVIDADE                        | PÚBLICO       | PARCERIA         |
|-----------|----------------------------------|---------------|------------------|
| Seminário | .Relações de<br>Gênero           | GERAL         | ICCO/<br>CEPROMM |
|           | .Mulheres:Público<br>e o privado | GERAL         |                  |
| Encontros | .Reuniões e                      | Ass. Mulher e |                  |

|  |            |                   |             |
|--|------------|-------------------|-------------|
|  | assessoria | Arte Paulínia/SP  |             |
|  | .Comum. no | Grupo de mulheres | Pastoral da |
|  | Feminino   | GERAL             | Mulher REAP |

| PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO E PUBLICAÇÃO |                 |                   |          |
|--------------------------------------|-----------------|-------------------|----------|
| PROJETO                              | ATIVIDADE       | PÚBLICO           | PARCERIA |
| Comunic. e Expr.                     | .Curso com.exp. | Lideranças popul. |          |
| Publicações                          | .Reuniões       | INTERNO           |          |

| PROGRAMA DE PESQUISA |           |         |          |
|----------------------|-----------|---------|----------|
| PROJETO              | ATIVIDADE | PÚBLICO | PARCERIA |
| Educ. Popular        | .Debates  | INTERNO |          |

ANO: 1.998

| PROGRAMA MUNDO DO TRABALHO |                                                           |                                                                 |          |
|----------------------------|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|----------|
| TIPO                       | ATIVIDADE                                                 | PÚBLICO                                                         | PARCERIA |
| Debate                     | Educação Popular e os novos desafios para o novo milênios | ONGs, lideranças pop. sind.,estudantes, profes. e poder público |          |
| Assessoria                 | Formação                                                  | Func. públicos                                                  | PMC      |
| Seminário                  | História dos Mov. Sociais em Campinas                     | GERAL                                                           |          |
| Encontros                  | Reuniões                                                  | Sindicalistas                                                   | CUT-CPS  |

| PROGRAMA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO |                                                                                                        |                               |                      |
|-----------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|----------------------|
| PROJETO                           | ATIVIDADE                                                                                              | PÚBLICO                       | PARCERIA             |
| PRODEC Hortolândia/SP             | .Organização<br>.Assessoria<br>.Cursos trabalhos manuais<br>.Cursos capac.de lideranças<br>.Orientação | Moradores e lideranças locais | CEF e Ass. Moradores |
| PRODEC Limeira/SP                 | .Cursos de capacitação<br>.Assessoria                                                                  | Moradores locais              | CEF e Ass. Moradores |
| PRODEC                            | .Diagnóstico e                                                                                         | Moradores locais              | CEF                  |

|  |                   |  |  |
|--|-------------------|--|--|
|  | planej. particip. |  |  |
|--|-------------------|--|--|

| PROGRAMA DE GÊNERO |                                               |         |               |
|--------------------|-----------------------------------------------|---------|---------------|
| TIPO               | Atividade                                     | Público | PARCERIA      |
| Oficinas           | .A mulher e suas linguagens<br>.Mulher e AIDS | GERAL   |               |
| Cursos             | .Culinária<br>.Artesanato                     | GERAL   | Ass.Moradores |
| Encontros          | Reunião                                       | CLADE   |               |

| PROGRAMA JUVENTUDE     |            |                                                            |          |
|------------------------|------------|------------------------------------------------------------|----------|
| PROJETO                | ATIVIDADE  | Público                                                    | Parceria |
| Jovens Multiplicadores | .Palestras | Alunos de escolas públicas e usuários dos centros de saúde | MS       |

| PROGRAMA FORMAÇÃO DE EDUCADORES POPULARES |                             |                                                                        |                     |
|-------------------------------------------|-----------------------------|------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| TIPO                                      | ATIVIDADE                   | PÚBLICO                                                                | PARCERIA            |
| Encontros                                 | .Reuniões                   | Ed. Populares<br>CPS, lider. Popul.,<br>professores e<br>prof.liberias |                     |
|                                           | .Educação Popular na AL     | GERAL                                                                  |                     |
|                                           | .Educ.Pop e liderança local | GERAL                                                                  |                     |
| Oficinas                                  | .Psico-pedaógicas           | Professores rede pública                                               | PM de Mogi-Mirim/SP |

ANO: 1.999

| PROGRAMA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA |                                               |                                                                                                                                         |                                                                                                              |                                                                     |
|------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|
| PROJETO                            | ATIVIDADE                                     | ESPECIF                                                                                                                                 | PÚBLICO                                                                                                      | PARCERIA                                                            |
| Mundo do Trabalho                  | .Reuniões<br><br>.Seminário                   | <br><br>“3º Setor e os Desafios do Novo Milênio”                                                                                        | Lider.sindic. locais/region., OngCEADEC MST-Sumaré GERAL                                                     | CUT- regional                                                       |
| Gênero                             | .Curso<br><br>.Oficina                        | A comunicação no feminino: psicodinâmica Comunicação & Gênero”<br>Gênero e Comunicação                                                  | Grupo de mulheres                                                                                            | CLADE<br><br>CLADE                                                  |
| Cidadania e Participação:          | .Assessoria<br><br>.Seminário<br><br>.Reunião | Proj. para Formação de Conselhos de Condomínio<br>Formação de Conselhos de Condomínio<br>Org. curso formação em comunicação e expressão | Associação Moradores<br><br>Associação Moradores<br><br>Lideranças comunitárias e Partidárias de Hortolândia | PM Mogi-Guaçu/SP<br><br>PM Mogi-Guaçu/SP<br><br>PM Hortolândia / SP |
| Formação de Educadores Populares   | .Participações                                | .Seminário latino-americano<br>“Democ.Local                                                                                             | ONGs e 3 Setor                                                                                               | CLADE                                                               |

|  |                |                                                               |                                  |                 |
|--|----------------|---------------------------------------------------------------|----------------------------------|-----------------|
|  |                | Governabil. participativa: seus desafios educativos”          |                                  |                 |
|  |                | .Seminário “Educação Não-Formal e Cult. Política”             | .ONGs, alun. e professores       | GEMDEC/ UNICAMP |
|  |                | .Seminário “Os Conselhos Gestores de Pol. Públicas no Brasil” | ONGs, 3 setor Poder público      | FNPP            |
|  |                | .Seminário “Educação Popular”                                 | ONGs e 3 Setor                   | D&P             |
|  | .Curso PRODEC. | Capac. Form. Lideranças                                       | Associação moradores Sorocaba/SP | CEF             |
|  | .Palestras     | Fe/UNICAMP                                                    | Alun.profess.                    | GEMDEC          |

| PROGRAMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E HABITAÇÃO |             |                          |                   |          |
|-----------------------------------------|-------------|--------------------------|-------------------|----------|
| PROJETO                                 | ATIVIDADE   | ESPECIF                  | PÚBLICO           | PARCERIA |
| PRODECHortolândia/SP                    | .Assessoria | Interl. CEF e PM/Hortol. | Ass.Mor. Prodec   | CEF      |
| PRODEC Limeira/SP                       | .Assessoria | Diag. Sócio ambiental    | Região Limeira/SP | CEF      |
|                                         | .Assessoria | Assoc. mor. PRODEC       | Ass. Mor          | CEF      |
| PRODEC Sorocaba/SP                      | .Assessoria | Diag. Sócio ambiental    | Região Limeira/SP | CEF      |
|                                         | .Assessoria | Assoc. mor. PRODEC       | Ass. Mor          | CEF      |

| PROGRAMA SAÚDE E CIDADANIA  |                |                                                                          |                                            |                    |
|-----------------------------|----------------|--------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------|--------------------|
| PROJETO                     | ATIVIDADE      | ESPECIF                                                                  | PÚBLICO                                    | PARCERIA           |
| Jovens multi-<br>plicadores | .Reuniões      | Encontros                                                                | Jovens e adol.<br>e poder públ.            | PM Campinas        |
|                             | .Participação  | 1 Enc. Munic.<br>De Adolesc.                                             | ONGs, jovens<br>adolesc.,<br>poder público |                    |
| Mulher AIDs                 | .Oficina       | HIV/ AIDs<br>DSTs                                                        | Grupo de<br>mulheres                       |                    |
| AIDs e<br>Juventude III     | .Distribuição  | Material<br>divulg.preven.                                               | Jovens adoles.                             | MS                 |
|                             | .Oficinas      | Sócio educat.<br>Escolas e<br>Centros saúde                              | Jovens adoles.<br>Profissionais<br>saúde   | PM Campinas        |
|                             | .Participações | Dia Mundial<br>luta contra<br>AIDs<br>Congresso<br>Nac.preven. à<br>AIDs | GERAL<br><br>ONGs /3 setor<br>Poder públ.  | COAS/PMC<br><br>MS |

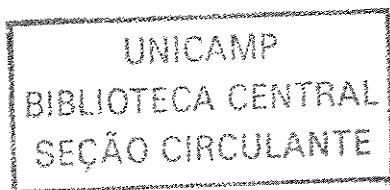
ANO: 2.000

| PROGRAMA CAPACITAÇÃO DE LIDERANÇAS             |                                |                                                                                                      |              |                                       |
|------------------------------------------------|--------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|---------------------------------------|
| PROJETO                                        | ATIVIDADE                      | ESPECIF                                                                                              | PÚBLICO      | PARCERIA                              |
| PRODEC<br>Sorocaba/SP                          | .Assessoria                    | Elabor.projeto<br>sócio-educat.                                                                      | Ass.morador. | PRODEC/<br>CEF                        |
|                                                | .Assessoria                    | Desen.projeto<br>centro comun.                                                                       | Ass.morador. | PM/PortoFeliz<br>PM/Itapeti-<br>ninga |
|                                                | .Reuniões                      | Plan.org.aval.                                                                                       | Ass.morador. | PM/Tietê,                             |
|                                                | .Operacion. e<br>gerenciamento | Construç. área<br>lazer/centro<br>comum.                                                             | Ass.morador. | SAAE/<br>Porto Feliz,                 |
|                                                | .Coordenação                   | Aquisição de<br>Imóveis                                                                              | Moradores    | Entidade de<br>Proteção e             |
|                                                | .Operacion.                    | Proj.educ.amb                                                                                        | Moradores    | Amparo à                              |
|                                                | .Oficinas                      | Trab.manuais<br>e artesanato                                                                         | Moradores    | Mulher de<br>Itapetininga,            |
|                                                | .Palestras                     | Cidadania,<br>econ.domést.,<br>Higien/saúde<br>e alimentação                                         | Moradores    | D & P                                 |
|                                                | .Operacion.                    | Recolh. mater.<br>Reciclável/<br>arrec.aliment./<br>plantio árvor/<br>distr. material<br>informativo | Moradores    |                                       |
|                                                | .Organização                   | Cooper. traba-<br>lho feminino                                                                       | Moradores    |                                       |
| Ass.Morador.<br>Jd.S.Sebastião<br>/Hortolândia | .Acompanha-<br>mento           | Construç. cen-<br>tro comunitár.                                                                     | Ass.morador. | PRODEC/<br>CEF<br>D&P                 |

|                                                           |                                   |                                                                                             |                                     |                                                                                |
|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|
| PRODEC/<br>Limeira/SP                                     | .Acompanha-<br>mento<br>.Reuniões | Obra civil<br>Interlocução<br>junto às<br>prefeituras                                       | Ass.morador.<br><br>Ass.morador     | PRODEC/<br>CEF<br>PM Araras,<br>Sta Gertrudes<br>Pirassununga/<br>Const. Pavan |
| Ass.Morador.<br>Comunidades<br>Conchal/SP                 | .Organização<br><br>.Organização  | 1º Encontro<br>Ass.Morador.<br>de Conchal<br>Assem.bairro                                   | Ass.morador.<br><br>Ass.morador.    | Ce.Cidadania<br>Conchal/SP,<br>PMConchal<br>D&P                                |
| Proj.Piloto de<br>Form.Conselh<br>Condom.Mogi<br>Guaçu/SP | .Seminário                        | Constituição<br>dos Conselhos<br>Democracia<br>Representativ.<br>Mobilização<br>Comunitária | Ass.morador.<br>Comunidade<br>local | PM de Mogi<br>Guaçu/SP<br>D&P                                                  |

| PROGRAMA MUNDO DO TRABALHO |                                |                                       |                                     |
|----------------------------|--------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------------|
| TIPO                       | ATIVIDADE                      | PÚBLICO                               | PARCERIA                            |
| Contato                    | Reuniões                       | Sindicatos                            | CUT-Campinas                        |
| Articulação                | Fórum Des. Sust.<br>Regional   | Coop.Prod.Rurais                      | Assent. I MST<br>Sumaré/SP, D&P     |
| Articulação                | Debate 3 Setor                 | Sindicatos, ONGs,<br>Ass.comunitárias | Sind. Eletricitários<br>de Campinas |
| Palestra                   | Terceiro Setor,<br>Mídia e MST | Sindicatos, ONGs,<br>Ass.Comunitárias | GEMDEC<br>Ed.Vozes                  |

| PROGRAMA COMUNICAÇÃO E GÊNERO |           |                                                    |          |
|-------------------------------|-----------|----------------------------------------------------|----------|
| TIPO                          | ATIVIDADE | PÚBLICO                                            | PARCERIA |
| Articulação                   | Reuniões  | Comissão de Mu-<br>lheres Negras<br>Laudelina Melo | D&P      |



| PROGRAMA SAÚDE E CIDADANIA |                                 |                                                |                                         |                                                                           |
|----------------------------|---------------------------------|------------------------------------------------|-----------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|
| PROJETO                    | ATIVIDADE                       | ESPECIF                                        | PÚBLICO                                 | PARCERIA                                                                  |
| AIDS e Juventude           | .Organização                    | Seleção e treinamento                          | Agentes saúde                           | MS<br>UNESCO<br>Secret. Saúde da PMC<br>D&P                               |
|                            | .Oficinas                       | Sócio-educativas p/ capacitação agentes múltip | Alunos, profs. profissionais de saúde   |                                                                           |
|                            | .Participação                   | Fórum 2000 de AIDS/HIV                         | ONGs e Poder Público                    |                                                                           |
|                            | .Participação                   | Comissão org. 1 semin. Mun. Prev. AIDS         | Profissionais, público geral            |                                                                           |
| Jovens Multiplicadores     | .Reuniões, oficinas e palestras | Escol públicas e centros de saúde              | Alunos, professores e profiss. de saúde | MS<br>PMC<br>D&P<br><br>MST<br><br>SSPMC<br><br>CRAISA/<br>TABA/<br>SSPMC |
|                            | .Participação                   | Enc. Adolesc. Sem-Terra                        | Jovens e adoles. Assent                 |                                                                           |
|                            | .Participação                   | II Fórum Mun Saúde Adoles. de Campinas         | Prof. Saúde, poder público              |                                                                           |
|                            | .Participação                   | 10 Enc. Nac. Adolescentes                      | ONGs, prof., poder público              |                                                                           |

| PROGRAMA ARTICULAÇÃO, COMUNICAÇÃO E CAPACITAÇÃO |                                  |                      |             |
|-------------------------------------------------|----------------------------------|----------------------|-------------|
| TIPO                                            | ATIVIDADE                        | PÚBLICO              | PARCERIA    |
| .Reuniões                                       | Proc. Avaliação junto D&P        | Interno              |             |
| .Participação                                   | Seminário Reprogramação 2000/5   | ONGs                 | D&P         |
| .Participação                                   | Fórum Técnico DST/AIDS - CPS     | ONGs e poder público | PM Campinas |
| .Participação                                   | Curso Gestão de Projetos Sociais | ONGs, poder público  | PM Campinas |
| .Participação                                   | Semin. ABONG                     | ONGs                 | D&P         |
| .Participação                                   | FOPONG                           | ONGs                 | D&P         |

ANO: 2.001

| PROGRAMA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO |           |                            |                              |                            |
|-----------------------------------|-----------|----------------------------|------------------------------|----------------------------|
| PROJETO                           | ATIVIDADE | ESPECIF                    | PÚBLICO                      | PARCERIA                   |
| Porto Feliz/SP                    | .Reuniões | Para levantam demandas     | Grupos comunitários          | Prodec/CEF D&P             |
|                                   | .Oficinas | Sobre relação de poder     | Grupos comunitários          | Ass.morador                |
|                                   | .Oficinas | Tipos de lideranças        | Grupos comunitários          | Ass.morador                |
| Vila 31 de Março- CPS             | .Reuniões | Org. process. eleitoral AM | Ass.morador                  | As.Mor. da v.31 março      |
| DIC IV                            | .Reuniões | Definição trabalho         | Grupos jovens e adolescentes | PMC e Pastor. da Juventude |
| Vida Nova                         | .Reuniões | Viab. ações                | Poder públ. Lider.comum.     | DPJ-PMC                    |
| Vila Castelo Branco/CPS           | .Oficinas | III Abraço Educat.-social  | Grupos comunitários          | Ass.morador. PMC e D&P     |

| PROGRAMA MUNDO DO TRABALHO |           |            |          |
|----------------------------|-----------|------------|----------|
| TIPO                       | ATIVIDADE | PÚBLICO    | PARCERIA |
| .Reuniões                  | Contato   | Sindicatos | D&P      |

| PROGRAMA COMUNICAÇÃO E GÊNERO |                   |         |          |
|-------------------------------|-------------------|---------|----------|
| TIPO                          | ATIVIDADE         | PÚBLICO | PARCERIA |
| .Reuniões                     | Criar estratégias | Interno |          |

| PROGRAMA SAÚDE E CIDADANIA |
|----------------------------|
|----------------------------|

| PROJETO                                      | ATIVIDADE     | ESPECIF                                            | PÚBLICO                                 | PARCERIA                   |
|----------------------------------------------|---------------|----------------------------------------------------|-----------------------------------------|----------------------------|
| Jovens Multi-plicadores                      | .Encontro     | Avaliação Fórum Saúde/01                           | Interno                                 | PMCampinas                 |
|                                              | .Adesão       | MAB                                                | Interno                                 |                            |
|                                              | .Participação | Conf. Mun. Direitos da criança e adol. de Campinas | ONGs, poder público, geral              | PMCampinas                 |
|                                              | .Participação | 1 Enc. Region Adoles. CPS                          | ONGs, poder público, grupos jovens      |                            |
|                                              | .Participação | 3 Enc. Munic. Adolesc. De Mogi Guaçu               | ONGs, poder público, grupos jovens      | P. Mun. Mogi Guaçu         |
|                                              | .Participação | 4 EMA Rio Claro/SP                                 | Poder público, grupos adoles.           | P. Mun. Rio Claro/SP       |
|                                              | .Oficinas     | Escolas periferia CPS                              | Alunos, pais e professores              | PMC e D&P                  |
| Mulher: prevenindo e produzindo Por que não? | .Oficinas     | Seleção e capacitação                              | Grupos de mulheres                      | MS                         |
|                                              | .Encontros    | Mulher e trab.                                     | Gr. Mulheres                            | Entid. Assist. de Campinas |
|                                              | .Palestra     | Mundo trabal.                                      | Gr. mulheres                            | D&P                        |
| Falando Pró Galera: AIDS e Prevenção         | .Seleção      | Capacitação                                        | Prof. saúde, educ., monit, p.públi,ONGs | MS, CRAISA, SMS-PMC, D&P   |

| PROGRAMA ARTICULAÇÃO E COMUNICAÇÃO |                                       |                            |                   |
|------------------------------------|---------------------------------------|----------------------------|-------------------|
| TIPO                               | ATIVIDADE                             | PÚBLICO                    | PARCERIA          |
| .Participação                      | FOPONG                                | ONGs                       | ABONG             |
| .Participação                      | Fórum Paritário ONGs/AIDs             | ONGs, P.Público            | PMC<br>MS         |
| .Participação                      | Gr.Est. 3 Setor                       | ONGs                       | D&P               |
| .Participação                      | Sem. Desafios e Tendências do 3 setor | ONGs, alunos e professores | IMECC/<br>UNICAMP |
| .Participação                      | .Cursos sobre Voluntariado            | ONGs                       | CIDA              |

ANO: 2.002

| PROGRAMA ARTICULAÇÃO DE COMUNIDADE  |                                      |                                               |                                            |                        |
|-------------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------------------|--------------------------------------------|------------------------|
| PROJETO                             | ATIVIDADE                            | ESPECIF                                       | PÚBLICO                                    | PARCERIA               |
| Formação e Desenvolv. de lideranças | .Reuniões                            | Aprimorament                                  | Lideranças comunitárias                    | D&P                    |
| Ass. Dir Sind. dos bancários        | .Oficinas<br>.Seminários<br>.Visitas | Proj.Cidadan.<br>Capacitação<br>Proj.comunit. | Sindicalistas                              | Sind. Bancários de CPS |
| Viva Vida Nova                      | .Reuniões                            | Melhoria da qualidade de vida da popul.       | Comum. local<br>Lideranças e poder público | D&P<br>DPJ-PMC         |
| Grupo de Mulheres de Jaguariuna     | .Assessoria                          | Const. ONG                                    | Grupo de mulheres                          |                        |
| Centro Prom. Tia Ileide             | .Assessoria                          | Form. projeto impacto soc.                    | Com. Local e CPTI                          |                        |
| CRAS-Norte                          | .Assessoria                          | Desenv. Proj.                                 | Comum. local                               |                        |

| PROGRAMA SAÚDE E CIDADANIA |                                              |                                                      |                                                             |           |
|----------------------------|----------------------------------------------|------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|-----------|
| PROJETO                    | ATIVIDADE                                    | ESPECIF                                              | PÚBLICO                                                     | PARCERIA  |
| AIDS e Juventude           | .Oficinas                                    | Ativid. Inf. AIDs/DST                                | Adoles. e prof Saúde e educ.                                | MS<br>PMC |
| Falando Prá Galera         | .Encontros<br><br>.Oficinas<br>.Participação | Treinamento<br><br>Treinamento<br>Conf.Mun.<br>Saúde | Prof.saúde e educ. ONGs<br>Monitores<br>ONGs, poder público | MS<br>D&P |

PROGRAMA JUVENTUDE E CIDADANIA

| PROJETO | ATIVIDADE              | ESPECIF                       | PÚBLICO                          | PARCERIA |
|---------|------------------------|-------------------------------|----------------------------------|----------|
| Ileaô   | .Reuniões<br>.Oficinas | Des. ativ.edu.<br>Capacitação | Jovens e adol.<br>Jovens e adol. | MS       |

| PROGRAMA ARTICULAÇÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL |                                                                   |                  |                |  |
|-----------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|------------------|----------------|--|
| PROJETO                                             | ATIVIDADE                                                         | PÚBLICO          | PARCERIA       |  |
| Articulação                                         | .Seminário ONGs                                                   | ONGs             | ABONG          |  |
|                                                     | .Debate livro "O princípio daCoop"                                | ONGs, poder públ | Sind. Banc/CPS |  |
|                                                     | .Participação FOPONG/AIDs                                         | Geral            |                |  |
|                                                     | .Participação Fór. Soc. Mundial/RS                                | ONGs             |                |  |
|                                                     | .Reuniões Cons. Mun. da mulher/ criança e adolesc/ assist.social. | Geral            |                |  |
|                                                     | .Curso Ed.Popular                                                 | ONGs             | PMCampinas     |  |
|                                                     |                                                                   | ONGs, poder públ | UNESP          |  |

# **PLANEJAMENTO CEDAP 2003**

## **- PLANO TÉCNICO -**

### **PROGRAMA ARTICULAÇÃO DE COMUNIDADES**

#### **1-Objetivos:**

Contemplar demandas e implementar estratégias que possibilitem a formação e capacitação de lideranças comunitárias e a articulação de redes locais, visando a transformação das condições sociais.

#### **2-Projetos:**

##### **2.1-Formação e Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias-**

-Ações e Estratégias:

a)Discutir estratégias: coordenação, sustentabilidade, formação de equipe.

-Financiamento: D&P e agências.

b)Coordenação: recrutar.

c)Implementar ações:

.Projeto São Pedro (Hortolândia/SP)

.Projeto Porto Feliz/SP.

.Projeto Bandeiras (Campinas/SP).

.Grupo de pais da EMPP Elza Pelegrine - Pq. Dom Pedro (Campinas/SP).

-Financiamento: D&P.

.Projeto Sindicato dos Bancários.

-Financiamento: auto-sustentável.

.Cursos e encontros de grupos comunitários.

-Financiamento: buscar financiamento.

##### **2.2-Viva Vida Nova-**

-Ações e Estratégias:

a)Reescrever projeto.

-Financiamento: buscar financiamento.

##### **2.3-Credenciamento CEF-**

-Ações e Estratégias:

- a) Viabilizar credenciamento.
- b) Estruturar equipe.
- Financiamento: CEF.

## **PROGRAMA SAÚDE E CIDADANIA**

### **1-Objetivos:**

Promover a saúde por meio da participação da comunidade, composta por jovens, mulheres e profissionais através de projetos que ampliem o uso de potencialidades dos indivíduos e da comunidade, possibilitando a atuação como protagonistas das mudanças necessárias à diminuição da vulnerabilidade individual, social e institucional aos riscos sociais.

### **2-Projetos:**

#### **2.1-Falando Prá Galera-**

-Ações e Estratégias:

- a) Reescrever projeto.
- b) Buscar refinanciamento e novos financiadores.
- Financiamento: MS e D&P.

#### **2.2-AIDS e Juventude V-**

-Ações e Estratégias:

- a) Reescrever projeto.
- b) Buscar refinanciamento e novos financiadores.
- Financiamento: MS, Brazil Foundation, Colégio Integral, SE-PMC e D&P.

#### **2.3-Mulheres e AIDS-**

- a) Reescrever projeto.
- b) Buscar financiadores.
- Financiamento: Agências internacionais e D&P.

## **PROGRAMA JUVENTUDE E CIDADANIA**

### **1-Objetivos:**

Desenvolver atividades formativas junto a grupos de jovens protagonistas com o propósito de capacitá-los e/ou assessorá-los na implementação de ações e projetos que estimulem a cultura da paz.

### **2-Projetos:**

#### **2.1-Ileaô DIC IV-**

-Ações e Estratégias:

- a) Implementar.

-Financiamento: GE-Plásticos, Brazil Foundation, SE-PMC.

## 2.2-Projeto Jovens e Adolescentes-

-Ações e Estratégias:

a)Escrever projeto.

b)Buscar financiamento.

## **PROG. ARTICULAÇÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL**

### **1-Objetivos:**

Desenvolver ações que contribuam para o processo de articulação das ONGs de Campinas e região, com o objetivo de viabilizar melhores condições de sustentabilidade institucional, a criação de redes de atuação e conseqüente fortalecimento político.

### **2-Articulação:**

#### **2.1- Projetos:**

##### 2.1.1-Seminários-

-Ações e Estratégias:

a)Discutir temas e parcerias com outras ONGs.

-Financiamento: auto-sustentável.

##### 2.1.2-Articulação das ONGs-

-Ações e Estratégias:

a)Mapear entidades correlatas.

-Financiamento: D&P.

##### 2.1.3-Fóruns e Conselhos-

-Ações e Estratégias:

a)Participação ABONG/FOPONG, conselho da mulher/crianç-adolesc/assist., MAB e FSM.

-Financiamento: D&P.

### **3-Fortalecimento Institucional:**

### **3.1- Projetos:**

#### **3.3.1- Revitalização Biblioteca/Videoteca:**

-Ações e Estratégias:

a)Reorganizar e informatizar.

b)Divulgação.

-Financiamento: D&P, recursos da Lei Rouanet.

#### **3.3.2-Cursos CEDAP-**

-Ações e estratégias:

a)Definição temas e cronograma.

b)Mapear facilitadores.

-Financiamento: auto-sustentável.

#### **3.3.3-Comunicação Institucional-**

-Ações e Estratégias:

a)Dinamizar site.

b)Reelaborar folders.

c)Boletim CEDAP & Você.

-Financiamento: D&P, Fórum ONGs/AIDS, patrocínios institucionais.

#### **3.3.4-Capacitação Continuada-**

-Ações e Estratégias:

a)Estreitar laços e contatos com universidades.

-Financiamento: auto-sustentável.

#### **3.3.5-Captação de Recursos-**

-Ações e Estratégias:

a)Elaborar plano.

b)Implementar plano.

-Financiamento: auto-sustentável.

#### **3.3.6-Sistematização-**

-Ações e Estratégias:

a)Formação de grupos de estudos.

b)Cursos e seminários internos.

# **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS ATÉ ABRIL DE 2003**

## **PROGRAMA ARTICULAÇÃO DE COMUNIDADES**

### **1. Projeto Formação e Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias:**

- .Reuniões internas com equipe e diretoria para discutir estratégias de atendimento às demandas.
- .Retomada do projeto junto ao grupo São Pedro em Hortolândia/SP;
- .Formação de equipe de coordenação
- .Conclusão da assessoria em Porto Feliz/SP;
- .Reuniões condicionadas à agenda do Sindicato dos Bancários;
- .Definição da proposta de trabalho com crianças moradores de bairros periféricos (Jardim Santa Bárbara);
- .Reuniões com profissionais para definição das áreas e processo pedagógico;
- .Realização do II Curso de Educação Popular em parceria com UNESP;

### **2. Projeto Viva Vida Nova:**

- .Reunião com equipes do DPJ-PMC, SO-PMC, SANASA, COHAB e lideranças comunitárias para viabilização técnica e alternativas para projetos do bosque;
- .Reuniões com grupo intersetorial da região do Vida Nova com objetivo de integrar e fortalecer o trabalho em rede;

### **3. Projeto CEF:**

- .Conclusão de credenciamento junto à CEF;
- .participação em seminário de capacitação CEF - SP.

## **PROGRAMA SAÚDE E CIDADANIA**

### **1. Projeto Falando Prá Galera:**

- .Assessoria na implementação de projetos nos centros de saúde Integração e do DIC I;
- .Reuniões e supervisão de equipe de profissionais do projeto;
- .Elaboração do “Almanaque da IDS e Prevenção” e de papers para o Fórum 2003 de Cuba.

## 2.Projeto AIDS e Juventude V:

- .Reuniões do grupo de jovens multiplicadores, estagiários;
- .Elaboração do projeto “Escola é Nossa”.

## 3.Mulheres e AIDS:

- .Sem atividades.

# **PROGRAMA JUVENTUDE E CIDADANIA**

## 1.Projeto Ileaô - DIC IV:

- .Reuniões com grupo de jovens para definição de novas estratégias para captação de recursos;
- .Reunião com a FEAC para apresentação do projeto;
- .Reunião com a Coordenadoria de Assuntos da Comunidade Negra para financiamento do projeto;
- .Doação de produtos DAKO a serem revertidos em recursos para o projeto;

## 2.Projeto Jovens e Adolescentes:

- .Integração à equipe do Projeto “A Escola é Nossa” da SME-PMC, que prevê o desenvolvimento de atividades e oficinas sócio-culturais nas escolas municipais com início previsto para 17/05.

# **PROGRAMA ARTICULAÇÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL**

## 1.Articulação:

- .Parceria com CEBEP, SOS Ação Mulher e Família, Coordenadoria da Mulher, PUCCAMP, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher para realização do seminário “Feminino e Masculino - uma nova abordagem da relação de gênero” proferida por Rose Marie Muraro;
- .Secretariar o Fórum das ONGs/AIDS de Campinas;
- .Participação no Fórum Paulista de ONGs/AIDS;
- .Participação no Fórum Social Mundial.

## 2.Fortalecimento:

- .Informatização e catalogação da biblioteca e videoteca CEDAP;
- .Realização de curso “Educação Popular” em parceria com UNESP.
- .Planejamento e implementação processo captação de recursos.

## Considerações finais

O CEDAP, fundado num contexto sócio-político marcado por transformações, nasceu no momento em que modernas formas de participação se consolidaram no Brasil. Oriundo de outra entidade, o que lhe conferia no mínimo experiência, tinha por princípio que efetivar ações diretamente relacionadas a organizações populares e suas lideranças, capacitando-as e assessorando-as, deveria ser o papel de um centro de educação popular.

Promover atividades educacionais junto a movimentos sociais, apoiar manifestações culturais populares, incentivar a participação, organização e solidariedade entre os integrantes de organizações populares e, especialmente oferecer serviços de assessoria seriam seus objetivos.

Nos primeiros anos de existência, de 1987 até 1993, o CEDAP enfatizou suas ações e assessoria sistemática junto a organizações populares e suas lideranças, atuando em áreas que favorecessem o fortalecimento de tais movimentos populares. Foram estas atividades direcionadas ao movimento sindical e de trabalhadores, a questões de gênero, a relação destes movimentos com o poder público e com outras organizações populares.

O CEDAP demonstrava, então, uma crença muito forte nas possibilidades transformadoras dos movimentos sociais e populares, e suas ações eram direcionadas a esta variada gama de interessados. Foi um período em que o aporte financeiro que a entidade recebia de agências internacionais de fomento lhe permitia desenvolver as mais diversas ações.

A partir de 1994, com o arrefecimento das mobilizações populares de massa e a diminuição sensível das verbas oriundas das agências financeiras, o CEDAP passou a questionar suas próprias ações. Considerou que estas ações deveriam ser mais analíticas, que suas práticas educativas e de assessoria haveriam de ser mais profissionais e que estas poderiam certamente servir aos movimentos populares como um instrumento de democratização e de aproximação ao poder público e a outros setores da sociedade civil,

além da busca de novos parceiros. Foi deflagrado, então, um processo de reestruturação interno.

Esta reestruturação, que marcou os anos seguintes da entidade e seu efetivo estabelecimento, indicava que a entidade, para sobreviver, necessitaria definir prioridades.

As principais prioridades foram as seguintes: participação em programas e projetos vinculados ao poder público; adoção de uma forma de planejamento estratégico e sustentabilidade. Prioridades ligadas e interdependentes, as parcerias com poder público revelaram-se uma forma de garantir sustentação financeira à entidade. O planejamento estratégico definiu áreas de atuação e a sustentabilidade foi possível graças ao planejamento, tendo em vista que os projetos desenvolvidos destinavam-se a setores de interesses de órgãos financiadores mediante o desenvolvimento de atividades destinadas a jovens/adolescentes na prevenção da DST/AIDS por meio de projetos oriundos da parceria com o MS e de atividades junto a associações de moradores em parceria com a CEF/PRODEC.

As parcerias com o poder público possibilitaram o desenvolvimento de programas mais abrangentes, e o planejamento estratégico estabeleceu a organização e a forma de funcionamento da entidade dando condições para desenvolver e articular os programas e projetos, e garantir a sustentabilidade da entidade.

Estas prioridades constavam como cerne do plano de ação “Programa Cidadania e Participação”, instituído a partir do ano de 2000. Este plano não foi uma simples adequação do CEDAP às suas próprias necessidades para poder atender as exigências dos agentes financiadores e as demandas de grupos/organizações populares e do poder público local; foi, em verdade, mais uma confirmação de objetivos e uma definição de rumos a serem seguidos nos anos seguintes.

Os objetivos deste plano estavam muito próximos daqueles definidos quando da fundação do CEDAP e as poucas diferenças eram muito mais de ordem semântica que ideológica. O plano, todavia, trazia alterações importantes na definição de sua missão e

na concepção pedagógica que norteava as ações, as quais indicavam os projetos e as áreas prioritárias de atuação da entidade.

As áreas temáticas que foram definidas eram as que se destinavam a jovens/adolescentes, saúde, desenvolvimento comunitário e institucional, segundo os programas Articulação de Comunidades, Saúde e Cidadania, Juventude e Cidadania e Articulação e Fortalecimento Institucional. Note-se, porém, que estas áreas já eram foco de atuação do CEDAP, antes do Programa Cidadania e Participação.

Quanto à atuação na área temática da saúde, podemos considerar que esta se deu efetivamente com a parceria do CEDAP e MS a partir de 1996, por meio dos projetos “Juventude”, “AIDS e Juventude” e “Mulher e AIDS”. O Programa Cidadania e Participação mantinha esta relação com os projetos “AIDS e Juventude”, “Falando Prá Galera” e “Jovens Multiplicadores”. O próprio CEDAP avaliou que esta área temática se manteve graças às parcerias com o poder público, transformando-se em determinado momento no “carro chefe” de suas ações, tanto que, quando as fontes de financiamento foram suspensas, o projeto não foi encerrado.

Já na área temática ligada a jovens e adolescentes, ainda no início da década de 90, o CEDAP desenvolveu alguns projetos ligados ao movimento estudantil, como, por exemplo, o projeto “Juventude e Cultura”, os quais, todavia, não tiveram desenvolvimento. Alguma relevância esta área ganhou quando se atrelou a da saúde, mas somente em 2002 e 2003 tornou-se notória com o programa Juventude e Cidadania e o projeto “Ileaô”. Este projeto foi importante porque se desenvolveu tomando por base as demandas efetivadas por grupos de jovens e adolescentes, o que, para o CEDAP, era uma demonstração da visibilidade que havia alcançado.

A área temática Articulação de Comunidades era emblemática. Nesta área encontravam-se as razões da fundação e existência do CEDAP, vale dizer, educação popular e assessoria, e sua experiência com movimentos populares, sindicais, eclesiais, voltados aos problemas de gênero, das associações comunitárias, universidades e outros. Segundo a própria entidade, até 1997, as atividades eram um tanto quanto

desconectadas, mas em 1998 o embrião desta área surgiu com a parceria PRODEC/CEF o qual possibilitou a ampliação da área de atuação da entidade, o desenvolvimento de atividades junto às comunidades com interesses específicos, a manutenção financeira da entidade e a garantia de futuras parcerias com a própria CEF e com as comunidades atendidas. A definição dos programas Mundo do Trabalho, de Gênero e de Formação de Educadores Populares, juntamente com o Plano Cidadania e Participação, passaram, então, a fazer parte de todas as áreas temáticas.

Por fim, a concepção da área temática Articulação e Fortalecimento Institucional foi desencadeada desde os primeiros processos de reestruturação pelos quais a entidade passou nestes anos, em particular no que dizia respeito às questões de sustentabilidade e visibilidade. O desenvolvimento de áreas de captação de recursos e de relações institucionais, porém, somente foi efetivado com o programa Cidadania e Participação.

Outra característica deste plano consistia em que, mesmo que a definição destas áreas temáticas transparecesse ou indicasse serem elas independentes, uma análise mais criteriosa revelou estarem todas interligadas. Tome-se, como exemplo, o projeto “Falando Prá Galera”, o qual tem muita visibilidade e está atualmente em busca de financiamento. Visa formar profissionais da área de saúde que atuam junto a grupos de jovens e adolescentes moradores em comunidades carentes; ou seja, é um projeto da área Saúde e Cidadania, cujo alvo é um público da área Juventude e Cidadania, público este morador de regiões de investimento da área Articulação de Comunidades e que influencia a área Articulação e Fortalecimento Institucional e dela necessita para se viabilizar. Cada projeto perpassa outras áreas e todas influenciam no desenvolvimento dos projetos.

Assim, o plano Cidadania e Participação não foi uma construção aleatória, um simples planejamento estratégico para que a entidade angariasse recursos, modernizando e profissionalizando suas ações. O plano foi resultado da trajetória do CEDAP, vale dizer, é a síntese de suas experiências.

Poderíamos, então, afirmar que o CEDAP mudou muito da sua fundação aos dias atuais?

Sua relação com os Movimentos Sociais demonstram mudanças. No início de suas atividades, o CEDAP apoiou e assessorou movimentos sociais e populares importantes, como a Central dos Movimentos Populares de Campinas e Região e, mais tarde, a Central Nacional dos Movimentos Populares.

A aproximação e intimidade do CEDAP com a CMPCR e suas lideranças, por um lado, dava à organização central uma certa infra-estrutura e, por outro, expunha a entidade, fazendo que esta se aproximasse de outros movimentos populares como aqueles dos Sem-Teto de Campinas e de cidades da região, associações de moradores e de bairros entre outros.

O CEDAP apoiou também o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra desde o início das atividades, mantendo este apoio até hoje, mesmo que em determinados momentos tenha parecido esporádica e pontual; esta relação com o MST demonstra a importância que este tipo de movimento tem para a entidade, especialmente por sua representatividade e importância na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O CEDAP manteve, durante estes anos, aproximação e intimidade com os Movimentos Sociais, mesmo em momentos de aparente refluxo e desmobilização social.

Assim, as mudanças que ocorreram na relação do CEDAP com os Movimentos Sociais se deram por conta das transformações dos Movimento Sociais, numa ação de fora para dentro. Tanto que, a partir dos anos de 1995 e de 1996, a entidade passou a atuar, também, junto a grupos específicos, como os voltados às mulheres, com associações de moradores, associações de produtores rurais, etc., e junto a grupos de jovens e adolescentes.

Estas mudanças coincidem com momentos significativos no âmbito da mobilização social e no cenário político-ideológico brasileiro, mas particularmente na relação dos movimentos sociais com o poder público e das organizações da sociedade

civil com o Estado. Com isso, o CEDAP passou a uma fase de maior articulação com o Estado.

Esta proximidade do CEDAP com o poder público já se fazia presente no início dos anos 90 com a realização de atividades sobre os Conselhos Gestores municipais, o que permitiu, também, que a entidade realizasse atividades em algumas outras cidades da região, especialmente nas cidades onde grupos políticos de oposição haviam vencido as eleições municipais, em especial o Partido dos Trabalhadores. Esta parceria caracterizava-se por ser uma "parceria informal" junto ao poder público.

Em 1996, o que marcou este período e o próprio CEDAP, no que diz respeito à relação com o poder público, foram seus trabalhos de parceria com o Ministério da Saúde nos programas de combate à AIDS e DSTs junto a grupos de jovens e adolescentes e, a partir de 1997, com a Caixa Econômica Federal por meio do PRODEC.

A parceria do CEDAP com o Ministério da Saúde, uma articulação da entidade com o Estado, poderíamos considerar que se tratava de uma "parceria mercantil", visto que os projetos, as propostas de ação e o público alvo eram definidos pelo poder público, além de ser uma presumida solução para seus problemas financeiros na época.

Porém, significou mais do que uma simples "parceria mercantil". Foi fruto do contexto por ser uma ação que afetava diretamente grupos específicos, cujas demandas a entidade já buscava atender. Além disso, esta parceria possibilitou o desenvolvimento de outros projetos da área de saúde e prevenção nos anos seguintes.

Já parceria do CEDAP com a Caixa Econômica Federal junto ao PRODEC, entretanto, desde o início podemos considerar como uma "parceria formal" e foi esta forma de articulação da entidade com o Estado que marcou a segunda metade dos anos 90.

O interessante é que toda a experiência que o CEDAP possuía, das suas relações com os Movimentos Sociais e Populares e junto a grupos específicos, pode ser posta em prática nas suas atuações com as diversas associações de moradores, de bairros, em suas organizações, no desenvolvimento de projetos de renda, de saúde etc., nas assessorias,

nos mais diversos locais, possibilitando a expansão da entidade para outras cidades do Estado, numa espécie de interiorização mais consistente da entidade.

Estas parcerias com o MS e com a CEF deram o tom da forma de participação desenvolvida pela entidade nestes últimos anos. Se, no início de suas atividades, o CEDAP, mais próximo de movimentos sociais e populares, indicava que a participação sócio-política se daria de forma real, a partir de meados dos anos 90, esta participação foi formal, isto é, uma participação cidadã.

Por vezes, no entanto, esta participação se dava de forma institucionalizada por conta dos programas estatais, porém, o histórico da entidade, a manutenção de sua proximidade e intimidade com Movimentos Sociais e populares e sua resposta a demandas formuladas por grupos específicos indicam o esforço do CEDAP por uma participação sócio-política real.

Isto refletiu também na Cultura Política e representações difundidas pela entidade. Há um claro caminho trilhado pela entidade, se observarmos a divisão das áreas temáticas que o CEDAP desenvolveu.

De 1988 até 1993, nas atividades desenvolvidas, havia uma conotação de contestação à ordem vigente, a busca de novos valores sociais, políticos e econômicos, ou seja, a construção de uma nova cultura política por intermédio de temas como: Noções básicas de economia política, Movimento Popular: a crise atual e a luta pelo socialismo, Planejamento e avaliação para o trabalho popular e os programas Assessoria às Organizações Populares, Formação de Educadores Populares, entre outros.

Em 1993, porém, já se podia notar um início de mudança de rota com a adoção de algumas atividade das áreas temáticas mais direcionadas a grupos de interesses específicos como o de mulheres, jovens e adolescentes. Em 1994, este novo rumo fica ainda mais claro. Mesmo mantendo algumas áreas temáticas diretamente relacionadas a questões de interesses de classe, dentro destas áreas desenvolveram-se atividades dirigidas a grupos específicos como, por exemplo: Juventude e Vida, Mundo do Trabalho, direcionadas a grêmios estudantis. Além disso, o CEDAP desenvolveu o

Programa Escola e Comunidade, no qual se realizaram atividades ligadas mais diretamente a áreas de interesses específicos.

É neste momento que encontramos o divisor de águas na trajetória histórica do CEDAP. A partir do ano seguinte, 1995, a entidade entrou numa grave crise financeira que quase a levou a encerrar as suas atividades. Foi, entretanto, o seguinte projeto direcionado a um grupo específico, em parceria com o poder público, que a salvou da bancarrota: o projeto Juventude e Vida.

A partir de 1996 e mais fortemente em 1998, mediante as parcerias com o poder público, as áreas temáticas passam a refletir as mudanças do contexto social.

As áreas temáticas como: Mundo do Trabalho, Gênero, Educação Ambiental e Habitação, Saúde e Cidadania, Articulação de Comunidade e Juventude e Cidadania, ao mesmo tempo que são frutos da conjuntura, na qual o CEDAP está inserido, ou seja, frutos da modernidade da sociedade brasileira, não deixam de ser espaços para a construção de uma cidadania que, por vezes, arrisca-se vir a ser contraditória em razão de ser uma cidadania outorgada, mas que em verdade demonstra a ânsia da entidade em manter a orientação dos valores e da cultura política por ela difundidos.

Estas mudanças na conjuntura também influenciaram as atividades de educação não-formal desenvolvidas pelo CEDAP. Nos primeiros anos de suas atividades, os seminários, cursos e palestras versavam sobre temas que se contrapunham ao capitalismo e à ordem vigente. Tinham como matriz teórica, podemos considerar, uma racionalidade estruturalista, ou seja, eram atividades que faziam uma análise histórica e estrutural dos processos econômico, político e social e nela se baseavam.

Eram direcionadas às classes populares e tinham como objetivo o desenvolvimento da consciência crítica como teoria e prática, assim como a concepção de educação que era então enunciada pela entidade. Se classificarmos estas atividades e a concepção de educação do CEDAP, elas se encaixariam na macroperspectiva da Pedagogia do Oprimido e visavam à participação e ativação política dos envolvidos.

Após o hiato de 1995, a própria entidade já considerava em seus relatórios que a educação não deveria se restringir somente à conscientização ou à formação de uma consciência crítica, mas também para a elaboração de novos significados de ação política, isto por conta das mudanças no contexto verificadas, onde demandas de grupos específicos evidenciavam-se.

Esta ampliação do entendimento da entidade sobre o seu papel educacional já era o prenúncio do que viria e não passaram incólumes, mesmo que neste período o CEDAP tenha firmado as primeiras parcerias com o poder público.

Com estas parcerias suas atividades correram o risco de serem orientadas pela matriz teórica dada pela racionalidade instrumental, na macroperspectiva do Idealismo Pragmático, ou seja, suas atividades, ao mesmo tempo: não questionariam a ordem vigente, dotariam o indivíduo de uma potencialidade ilimitada que deveria ser explorada em seu benefício e no benefício da sociedade; esta abordagem acabaria por servir a um controle político e a uma participação limitada. Mesmo que esta não fosse a intenção das parcerias entre a entidade e o poder público, isto não mais importava, pois a cidadania poderia ser outorgada por meio dos programas estatais.

Porém, isto não foi o verificado. Das parcerias do CEDAP com o poder público nasceram outros programas e projetos da entidade, vinculados ou não ao poder público, que refletiam as mudanças na conjuntura social e visavam responder as demandas que se apresentavam para a entidade.

Assim, suas atividades, respaldas pelo entendimento de que a educação deveria servir a conscientização e a formação de uma consciência crítica e a elaboração de novos significados de ação política, mantiveram seus aspectos de ativação e participação política da macroperspectiva da Pedagogia do Oprimido, ao mesmo tempo que permitia a adoção de características positivas de outras macroperspectivas.

Estas mudanças, também, tiveram relação próxima com a necessidade de sobrevivência da entidade. Se até 1994, o CEDAP mantinha suas atividades com verbas oriundas de entidades de fomento internacional, com a suspensão destas, a entidade

necessitou adaptar-se a nova situação e aproximou-se do poder público, porém, sinais desta aproximação estavam presentes antes mesmo que ela se desse.

Durante sua trajetória seus parceiros privados mudaram, apenas um, a Desenvolvimento e Paz se manteve, por conta do grau de proximidade que foi construído entre eles. Porém, suas parcerias mais duradouras e profícuas foram com o setor público, através da Caixa Econômica Federal e, principalmente, com o Ministério da Saúde.

A entidade estava dentro de um contexto no qual seria possível perceber os sinais de mudanças e definir novos rumos, seja em razão das políticas públicas e de conjuntura do Estado, mas, em especial, em razão da reorientação da sociedade.

O CEDAP não passou necessariamente por uma crise de identidade no que tange à direção a ser tomada, nem no que tange à sua orientação ideológica. Ambas atitudes mudaram e se adaptaram conforme a conjuntura se apresentava, sem muitos traumas ou rupturas.

O que chama atenção é a ênfase dada à busca por maior visibilidade. Durante sua trajetória, a partir de 1993, esta questão foi área temática e esteve presente repetidas vezes em seus relatórios, tendo sido tema de cursos, seminários e palestras, mas, especialmente foi o fio condutor para suas relações institucionais com outras ONGs, universidades e o poder público.

Esta busca por maior visibilidade foi uma ação estratégica midiática, claro que em nada relacionada com sua tese inicial, quando de sua fundação, de construção de uma consciência crítica do cidadão. Porém, relacionada com a necessidade de sobrevivência da entidade. A primeira vista pode transparecer um certo abandono dos ideais, mas, esta busca por maior visibilidade também demonstrava o processo de amadurecimento da entidade.

Portanto, o CEDAP mudou nestes 16 anos de vida, mas isto não significa dizer que, de uma entidade da sociedade civil intimamente relacionada com os movimentos sociais do final da década de 80, que se propunha a participar da construção de uma

nova cultura política no país, num trabalho de conscientização da população, o CEDAP passou para uma entidade mediadora das políticas de articulação e parceria entre o poder público e a sociedade organizada.

Durante sua trajetória, podemos considerar que o CEDAP manteve seu associativismo militante, definindo-o como uma *ONG cidadã*, e incorporou alguns aspectos de um associativismo mais “estratégico” e pragmático, sem no entanto perder sua essência e seus objetivos primordiais.



## Bibliografia Consultada.

- AFONSO, A.J. **Sociologia da Educação Não-Escolar**: reactualizar um objeto ou construir uma nova problemática? in: ESTEVES, A.J. **A Sociologia na Escola**. Porto: Afrontamento, 1992.
- BOBBIO, PASQUINO E MATTEUCCI. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1992. Vols. 1 e 2.
- BORTOLOZO, Edith Aparecida. *Entrevista concedida pela Diretora do Centro de Educação e Assessoria Popular, Campinas*. Campinas, 30 de abril de 2003.
- CALDART, Roseli. **Sem Terra com Poesia**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CEDAP, **Diagnóstico do CEDAP**. Campinas, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de Atividades 1994**. Campinas, 1993a.
- \_\_\_\_\_. **Projeto de Trabalho para o período 1994 a 1996**. Campinas, 1993b.
- \_\_\_\_\_. **Projetos de Infraestrutura 1988 - 1996**. Campinas, 1993c.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de Atividades 1994**. Campinas, 1994a.
- \_\_\_\_\_. **Atividades do ano de 1994**. Campinas, 1994b.
- \_\_\_\_\_. **Diagnóstico do CEDAP 1º Semestre 1994**. Campinas, 1994c.
- \_\_\_\_\_. **Organização do CEDAP**. Campinas, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de Atividades 1998**. Campinas, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de Atividades 1999**. Campinas, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de Atividades 2000**. Campinas, 2000.

- \_\_\_\_\_. **Relatório de Atividades 2001**. Campinas, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Síntese de Avaliação 2002**. Campinas, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Planejamento 2002: plano político-institucional**. Campinas, 2003b.
- DAGNINO, Evelina (org.) **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- GENTILI, P. (org.). **Pedagogia da Exclusão**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. Participação e gestão popular na cidade. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 26, ab. 1988.
- \_\_\_\_\_. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Educação Não - Formal e Cultura Política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 1999. (Col. Questões da Nossa Época, 71).
- \_\_\_\_\_. **Mídia, MST e Terceiro Setor**. Petrópolis: Vozes, 2000a.
- \_\_\_\_\_. **Trabalho, Educação e Lutas Sociais**. [apost], 2000b.
- \_\_\_\_\_. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2000c.
- \_\_\_\_\_. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001. (Col. Questões da Nossa Época, 84).
- GONÇALVES, Hebe Signorini (org.). **Organizações Não Governamentais: solução ou problema**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- GRAMSCI, Antonio. **Literatura e Vida Nacional**. Trad.: Coutinho, C.N. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Trad.: Adail Sobral, M.Gonçalves. 8ª ed. São Paulo: Loyola, 1999.

LANDIM, Leyla. **A Invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome.** Tese de Doutorado em Antropologia: UFRJ, 1993.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MOISÉS, José Álvaro. **Democratização e Cultura Política de Massas no Brasil.** In: **Lua Nova**, Revista de Cultura e Política, n°26, especial: cultura política. São Paulo: CEDEC/Marco Zero, 1992.

SANTOS FILHO, J.C.dos, GAMBOA, S.S. (orgs). **Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997. (Col. Questões da Nossa Época, 42).

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a Sociedade Civil: cultura e educação para a democracia.** Petrópolis: Vozes, 2001

SCHELLING, Vivian. **A Presença do Povo na Cultura Brasileira.** Campinas: Edunicamp, 1990.

SHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais.** São Paulo: Loyola, 1993.

\_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica.** Florianópolis: Ed.UFSC, 1987.

SIQUEIRA, Rita de Cássia e Maria Aparecida Siqueira. **Entrevista concedida pela diretora e coordenadora do Centro de Educação e Assessoria Popular, Campinas.** Campinas, 2000.

SOUSA, Maria Antonia de. **As Formas Organizacionais de Produção em Assentamentos Rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST. Tese de Doutorado em Educação.** UNICAMP, 1999.

SOUZA, D.B., SANTANA, M.A., DELUIZ, N. **Trabalho e Educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil.** Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

TORRES, Carlos Alberto. **A Política da Educação Não-Formal na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOURAINE, Alain. **O que é a Democracia.** Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Do Social Movements Exist?** Trad.: Kauchakje, Samira. apost. 1998.

TRAGTEMBERG, Maurício. Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936/39). In: VENOSA, R.(org.). **Participação e Participações:** ensaios sobre auto-gestão. São Paulo: Babel Cultural, 1987.

VON SIMSON, Olga R.de M., Park, M.B., Fernandes, R.S. (orgs.). **Educação Não-Formal:** cenário da criação. Campinas: Edunicamp, 2001.

## **ANEXOS**

# ENTREVISTAS COM LIDERANÇAS DO CEDAP

## 1ª Entrevista:

Abril de 2003

Edith Aparecida Bortolozo - Coordenadora CEDAP.

Eu vim para o CEDAP em 2000, como participante. Me engajei em alguns projetos e me envolvi com a entidade, nesta época pensávamos a reestruturação do CEDAP.

1)O plano Cidadania e Participação?

O primeiro plano Cidadania e Participação começou a apontar os caminhos que o CEDAP deveria ir, do que deveria ser feito, é quando, algumas pessoas saíram do CEDAP, especialmente a saída da Kátia e da Zuleika e começamos a discutir quem deveria ficar, assumir a coordenação executiva. A Zuleika tinha sido aprovada num concurso da prefeitura, a Madalegna não queria assumir compromissos profissionais que exigissem uma carga horária maior, queria continuar trabalhando aqui, ai ficou assim, ou é você ou não é.

2)Como estava então o CEDAP em relação às suas obrigações?

Tinha o projeto do Canadá para concluir em junho.

3)Aquela avaliação da D&P?

É, acho que junto com a situação toda, com a saída da Cássia, nesse período todo, aquela avaliação da D&P foi importante para levantar algumas questões, o que o CEDAP quer com o PRODEC? com o Saúde e Cidadania? O que isto tem haver com a proposta maior da entidade? Nossa grande diferença com outras entidades que estavam desenvolvendo o PRODEC era que nós não encaravamos que o trabalho com aquelas comunidades não se esgotaria após o término do contrato com a Caixa. Se houvesse interesse, se houvesse condições para o CEDAP continuar um trabalho, pois, sabíamos que não dava para as pessoas, as comunidades que tinham participado de 2 anos ou 1 ano de um trabalho

social realmente incorporarem conceitos, mudarem comportamentos, desenvolverem outras práticas com suas comunidades. O projeto de Porto Feliz, por exemplo, nós continuamos assessoria até 2002 por conta desse compromisso, nosso trabalho do PRODEC permitiu organizar uma associação de moradores legítima e mais representativa, mas a avaliação da D&P, nos ajudou a reafirmar nossa proposta de trabalho, também.

4) Não houve ingerência desta avaliação da D&P/FASE, e outra coisa, cursos patrocinados pela CEF de gerenciamento e planejamento?

Houve o curso, a Cássia fez, mas não influenciou em nada nem acrescentou, foi um curso administrativo/técnico. Essa avaliação da D&P levantou algumas questões que nós achávamos importantes para que nós fizessemos algumas reflexões. Nesse período também, o CEDAP percebeu que tinha que rediscutir o plano institucional, qual é o plano, os projetos estavam começando.

5) Ou seja, a missão do CEDAP.

Isso, a missão do CEDAP, as ações pedagógicas, os valores. Uma equipe, junto com a Madalegna e a Cássia, quem coordenou isso. A avaliação do Canadá trouxe sim algumas possibilidades, na verdade não foi uma avaliação, foi quase uma assessoria, discutiu conosco algumas ações que estávamos fazendo, o que liga com o todo, o que a sua prática liga com seu projeto institucional. Quando eu entrei esta conversa estava rolando ou quase já tinha sido feita, eu acho. Tínhamos que terminar o relatório 2000 e fazer o plano bienal 2001/2002 que deveria ser enviado até o meio do ano passado. Aí começamos a fazer uma discussão interna, começamos a organizar um pouco o trabalho dos coordenadores com reuniões pelo menos uma vez por semana, discutir os projetos, saber o que cada um fazia, pois era aquela coisa, o Saúde e Cidadania estava meio descolado, trazer isto tudo para todos os coordenadores para que soubessem o que estava acontecendo. Conseguimos fazer isto 2001 e 2002 inteiro...

6) 2001 também foi importante por conta da vinda do CEDAP para as dependências do Sindicato dos bancários?

Essa vinda para cá surgiu por causa de uma outra situação. O que eu senti foi que houve uma sinergia, coisas positivas começaram a se somar. Logo quando eu entrei a ABONG lança a possibilidade de um curso de captação de recursos com a Agência de cooperação Brasil-Canadá e eu fui. Eu não tinha experiência de gestão de recursos no Terceiro Setor e lá também discutimos a situação do Terceiro Setor como um todo, aí comecei a identificar alguns instrumentos de captação de recursos, agora era perder dinheiro para projetos, mesmo com as minhas reservas, a coisa era diferente, tínhamos que mostrar o trabalho. Acho que isso foi uma situação que abriu horizontes para algumas coisas e eu trouxe para o CEDAP os conteúdos e uma das coisas foi, bom, o que nós tínhamos, por onde poderíamos começar. Me incomodava muito a biblioteca e o patrimônio do CEDAP estar se perdendo no antigo endereço, na Francisco Glicério, as condições estavam ruim, as pessoas retiravam material e não devolviam, era impossível viabilizar a biblioteca, aí usei a metodologia que aprendi do Canadá, fomos buscar parceiros e os mais visíveis eram os sindicatos, o CEDAP já tinha trabalhado com eles e fizemos o contato para uma sala maior, para alugarmos uma espaço maior aí o sindicato dos bancários, após um processo de negociação nos ofereceu este espaço. Aí havia uma sinergia positiva. A vinda para este espaço nos daria maior visibilidade, condições melhores, era uma ânsia da equipe um espaço maior onde pudesse dar cursos, encontros, reuniões, antes tínhamos que sempre buscar espaços alternativos, isso foi um ganho muito importante. O que eu trouxe de importante foi compreender que não podíamos depender apenas do Canadá, tínhamos que criar outras fontes de recursos, pois, nós estávamos muito vulneráveis, no momento que o Canadá dissesse que não tenho mais como bancar vocês, nós fechávamos. Não podemos só depender dos ministérios, então devemos começar a exercitar outras estratégias de captação de recursos. Agora, qual é nosso projeto, até 2001 tínhamos os PRODEC, a Juventude fazendo uma ação aqui outra ali, não dá para se manter assim.

Essa situação ficou insustentável, nossa vulnerabilidade era grande, deveríamos dar visibilidade para nosso trabalho, tínhamos que criar um projeto de comunicação,

pensado de uma forma profissionalmente mais viável, com mais visibilidade possibilita buscar mais recursos.

7)Então, 2000/2001/2002 foram anos de viabilização do CEDAP?

Ainda não está garantido, deve-se pensar estratégias para garantir a viabilização do CEDAP.

8)E a base que vocês partiram, desde 1999, estratégia seria o binômio profissionalização e sustentabilidade?

Não só, administrativamente era profissionalização, sustentabilidade...

9)Sustentabilidade estava ligada a captação de recursos.

Sim, mas há outra coisa, qual o impacto de nossos projetos? Discutimos até hoje se estamos atingindo de fato nossos objetivos. Então discutimos estratégias, definimos um plano de captação de recursos, discutir novos projetos, contactar empresas, enviar para elas nossos projetos, melhorar a qualidade dos projetos, melhorar nossos indicadores de resultados, juntando com a questão de impacto de nossas ações que queríamos avaliar e isto era importante para nosso fortalecimento enquanto entidade, tanto no aspecto da nossa sustentabilidade quanto no nosso processo metodológico.

No ano passado começamos a manter um grupo de estudos, aí nós pedimos uma assessoria para o pessoal do Sedes para a questão de monitoramento, avaliação de projetos, nós fomos para a UNICAMP buscar e ninguém tinha. Nós tínhamos a clareza de que não adianta o CEDAP ter dinheiro, um espaço legal e isso tem que servir para garantir um plano institucional, um projeto de um grupo que quer provocar algumas mudanças, impactar de alguma forma as condições sociais das comunidades que a agente trabalha, que o país possa ter um outro modelo de democracia de fato representativa, de distribuição de renda, agora não adianta ter sonho e nós achávamos que tínhamos condição para fazer.

Uma outra coisa que reforçou muito é que nós começamos a ser demandados pelas comunidades e percebemos que não tinha ninguém aqui em Campinas fazendo isso, ainda somos e se isso está acontecendo é por que nosso trabalho é necessário. Mas,

como é que responderemos se não nos garantirmos administrativamente e financeiramente, se não tivermos de fato qualidade técnica.

Nesta direção começamos a discutir como é que vamos levar nosso trabalho daqui para frente, como vamos sistematizar o que estamos fazendo, a questão dos agentes financiadores, e começamos a perceber que não adiantava atirar para todos os lados, devíamos focalizar um pouco, mas focalizar a região, porque começou a ficar visível quando o ano passado começamos a desenvolver o projeto AIDS e Juventude e o Falando pra Galera que quem demandava mais era a região sudoeste e a noroeste, regiões que já havíamos trabalhado que já conhecíamos.

10)Então, qual a missão atual do CEDAP?

É aquele mesmo pensado em 2000/2001 e 2002.

11)Não mudou?

Inclusive esta missão foi reescrita, mas, avaliamos que a essência do CEDAP desde seu início se mantenha, a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, nós sabemos que podemos contribuir com isso trabalhando com a comunidades, lideranças, fazendo um processo de reflexão, ajudando para que eles incorporem instrumentos de análise e de interferência, pressão e de proposição política, de políticas sociais públicas, respeitando sempre a autonomia e as decisões das comunidades, isto temos com clareza. O que tínhamos que discutir era qual o nosso método, tínhamos um pouco de dúvidas porque o CEDAP falou muito em educação popular e a saída da equipe que tinha feito a discussão sobre educação popular naquele momento, que era a Zuleika, a Paula, a Beth, Romualdo, Gládis, uma parte desse grupo que saiu em 95 e com o grupo que entrou depois, o da juventude, o que que é essa educação popular, porque não houve uma transição, saiu uma turma e entrou outra, a Zuleika participou um pouco dos dois, ela talvez tivesse isso um pouco mais claro, mas o resto não sabia se estava fazendo a mesma coisa. Aí que entra a coisa da sinergia. Como estávamos discutindo monitoramento e os impactos das ações do CEDAP, queríamos discutir

educação popular, aí que o Romualdo volta querendo discutir educação popular, era tudo que agente queria.

11)A concepção pedagógica manteve-se, basicamente aquela discutida nos anos 2000/01/02?

Não me sinto a pessoa mais indicada para falar sobre concepção pedagógica, participo das discussões, mas te falando sobre minha trajetório eu me percebo como uma pessoa que têm profundidade de análise, mas não tenho, hoje eu consigo fazer mais a coisa estratégica, mais a coisa global, menos técnico, específico, quem mais contribui para este processo dentro da organização é a Madalegna, é a Zuleika, é esse grupo, até porque, a minha função aqui, claro que tenho que pensar no educacional, mas não vou fundo nestes assuntos.

12)Vocês insistem em falar educação popular, mas, se eu dissesse que vocês fazem é educação não-formal, o que você tem a me dizer?

Eu acho que devemos discutir estes conceitos.

13)Bom, não é educação popular no sentido da transformação social, é possibilidade de novas vidas, de nova qualdiade de vida para as pessoas. Estou fazendo o papel de advogado do diabo.

A gente vai um pouco mais fundo, não é só melhorar a qualidade de vida das pessoas, queremos pensar um outro modelo para esta sociedade, rediscutir os valores que estão postos, as questões do mundo globalizado, não achamos que a globalização somente tem coisas ruins, o que está bem claro é que não queremos reforçar uma sociedade consumista, queremos pensar um desenvolvimento sustentável, defender o acesso das pessoas a direitos iguais e as mesmas coisas, que as pessoas escolham a vida com mais prazer e alegria, ao contrário deste mundo maluco.

14)É bom ser advogado do diabo.

Vai um pouco mais de reproduzir o conceito de qualdiade de vida sem se discutir qual vida.

15)Então o programa Cidadania e Participação se manteve?

Isto, mas o programa era de julho de 2000 até julho de 2002, no ano passado tivemos que repensar, juntando com a demanda para mandar um projeto para o Canadá que nos banca institucionalmente, nós aproveitamos para reavaliar isto. Então reafirmamos as ações do Cidadania e Participação, ampliamos algumas ações, tiramos outras. Se você pegar gênero, comunicação e mundo do trabalho, participação social, saúde e cidadania, reavaliamos que gênero e trabalho eram ações que perpassavam por todos os projetos, quando discutimos questão da liderança estamos discutindo a questão da mulher. Quando vou lá discutir organização comunitária, tá discutindo questões de gênero, a vida das mulheres, no Saúde e Cidadania o projeto que se desenvolveu com as mulheres tava se discutindo questão de gênero. Não dá para desenvolver uma ação única de gênero, temos que trabalhar com isso de forma transversal, da mesma forma a questão do mundo do trabalho perpassa isso. Então nós tiramos isso como uma frente de ação específica. O que o CEDAP têm de acúmulo, o trabalho com a juventude muito, mas pouco na questão de gênero e coincidentemente os adolescentes começaram a demandar muito mais, um grupo de multiplicadores do DIC IV, com projeto pronto em busca de financiamento. Então deveríamos pensar numa frente mais específica para a juventude, que é a força transformadora e é a população que mais sofre, a que mais morre de forma violenta e eles querem fazer alguma coisa e o CEDAP tem condições de ajudar.

16)E os outros programas?

As demandas aconteceram e pensamos: quando estamos nos programas de formação e desenvolvimento de lideranças, trabalhamos com os profissionais da prefeitura. Aqui tem outro fato importante que deve ser lembrado, que forçou agente reavaliar, que foi a eleição do governo do PT que optou por começar um trabalho de ação comunitária que não havia, poucos municípios tinham. Quando nós chegávamos eles diziam que bom, as A.S. das prefeituras faziam seus trabalhos pontuais. Bom, em Campinas foi feito isso, mas os profissionais não tinham capacitação para estes trabalhos sociais e de âmbito comunitário, não têm experiência, aí eles começaram a demandar

nossa assessoria para organizar lideranças, organizar e mobilizar as comunidades, isto em 2001, aí a Zuleika foi para a prefeitura e assume esta função na prefeitura, e agora. Aí o Romualdo chega com a proposta de educação popular. Outra coisa foi quando nós fomos para os postos e centros de saúde falar dos projetos, o projeto Falando pra Galera nasceu aí em meados de 2001, n;ós percebemos que lá na escola e nos centros de saúde que vai falar com os jovens e adolescentes, profissional de saúde não está acostumado a falar com adolescente, então, por que não fazer um projeto direcionado para o profissional de saúde e da escola, do centro comunitário para que pudessem formar uma rede de atenção ao adolescente quando ele fosse buscar apoio, o CEDAP buscava criar na comunidade condições para que este jovem pudesse ser atendido.

Tentamos neste projeto, Cidadania e Participação II, de 2002 a 2005, dar continuidade as ações que entendemos ser importantes e até então desenvolvidas, atender a demanda do público e dos profissionais, atento sempre a contexto social, político e econômico que o país estava passando. É mais ou menos isso que estamos hoje passando.

Obviamente, o que viabiliza ou não é a capacidade de financiamento e, quando pensamos na questão da estratégia, a nossa fraqueza hoje é não conseguir manter a equipe remunerada de uma forma adequada e justa e dentro das condições mínimas sociais que um trabalhador tem que ter.

17) Isto nos leva a outra questão, parcerias. As mais fortes, ou constantes 2000/2001 e 2002, são?

D&P, a CEF ainda temos alguma coisa, um projeto que pode ainda acontecer, MS, PMC estamos agora tentando viabilizar um projeto das escolas abertas com a SE e o sindicato dos bancários de Campinas e Região.

18) Qual a relação com a D&P

A D&P tem um projeto para o mundo e foi muito interessante quando eu estava escrevendo este plano trienal eu não conhecia o documento que a D&P tinha para o Brasil, chamado Projeto 2000-2005, coincidentemente, para entender melhor a coisa do

Terceiro Setor eu fui buscar uma ajuda no Domingos Armani em que ele escreveu material para subsidiar alguns projetos para o MS e CS e o projeto estava mais ou menos formatado em cima disto, além disso no primeiro semestre do ano passado houve em Porto Alegre um encontro de todos os parceiros da D&P é quando ela traz o documento da D&P, o projeto 2000-2005 e o Domingos Armani é o responsável pelo diagnóstico Brasil, aí vi que buscamos a mesma fonte. Além dos projetos que a D&P apoiava, uma das preocupações para com as ONGs no Brasil que ela apoiava é a questão dos impactos sociais que era o que nós estávamos começando a discutir. Eu fiquei surpresa, porque achava a D&P uma coisa muito distante do CEDAP. Percebi que o documento deles tem tudo haver com o que estávamos discutindo. Ela tem um projeto para o Brasil, o Brasil pode vir a ser um modelo concreto de um projeto que o Canadá que mostrar e apoiar esta proposta de um modelo social e de democracia, por isso apoia MST, CEDAP, Rede Mulher.

19)1995 vocês ficaram só, ela suspendeu o financiamento voltando em 97...

Não, ela sempre apoiou, o que houve foi a devolução do financiamento por não ter como administrar este dinheiro, se não me engano.

20)Há interferência, ingerência...

Não, nós que apresentamos os projetos e eles vão ver se apoiam ou não, agora, é claro que perder o apoio da D&P hoje significa perder nossa capacidade de existência. Isto com certeza influencia muito na hora dagente pensar a nossa ação, mas não determina. Se em algum momento o CEDAP achar que está muito longe daquilo que a D&P quer nós vamos nos retirar.

21)E a CEF?

Menos ainda.

22)A relação de vocês com a caixa, as parcerias...

Menos ainda, por exemplo, teve um momento assim, onde tem dinheiro, então vamos escrever um projeto e buscar esse dinheiro, isto aconteceu, foi a situação de 1997, hoje nos temos o credenciamento da caixa para desenvolver projetos que ela vai

terceirizar, ela vai fazer na área social a mesma coisa que ela fez na área de engenharia, mas nós só nos crescenciamos por que achamos que o novo governo vai implementar o ministério das cidades, achamos que é um governo que vem para dar respostas para a área social, com certeza, as políticas públicas para a área da habitação e social vai vir via caixa. Achamos que é estratégico estarmos credenciados, agora se vamos desenvolver projetos depende de nós, nós temos autonomia pra dizer se queremos ou não.

23)MS.

Quando o CEDAP começou a desenvolver o AIDS e Juventude, começou a desenvolver projetos de prevenção à AIDS porque sania que tinha experiência com a juventude, a epidemia estava aí e havia recursos, a opção foi essa mesmo no começo, tem recursos, vamos fazer, mas de que jeito? Vamos trabalhar com a juventude não só falando de AIDS, mas falando de protagonismo juvenil, que com eles podemos trabalhar outras questões. Neste momento já estávamos preocupados com o que liga este projeto com a nossa missão. Nesse sentido estávamos fazendo os projetos não porque o MS determinava. Discutimos muito, escrever projeto porque o ministério tinha financiamento ou escrever projetos porque achávamos porque podíamos trabalhar com este público. O Falando pra Galera foi muito além daquilo que o MS queria, até o Sedes quando veio fazer a avaliação do projeto falou que nós estávamos fazendo capacitação continuada, o que eles não conseguiam. Bom, fazemos o que eles querem falamos de AIDS, mas vamos além, até porque estamos falando de vulnerabilidade da juventude e não somente AIDS.

24)Hoje o MS, bom até 2002...

Hoje estamos em briga, o AIDS e Juventude não foi renovado, o MS a partir de 2003 começou a descentralizar os recursos que a UNESCO mandava para estes projetos. O Estado de São Paulo hoje através da Coordenação Estadual quem decide quais os projetos que vai financiar e a coordenação estadual entendeu que projetos de prevenção na escola deve ser competência da área de educação e não saúde. Nós não concordamos

com isso, a educação até tem, mas ela não está dando conta de fazer aquilo que é seu, o que dirá mais coisa. Como fica este público, vulnerável.

#### 25)PMC.

Nós tínhamos a princípio uma expectativa de que seria mais fácil, até porque, havia pessoas na prefeitura que conheciam o trabalho do CEDAP. Quando o governo atual assumiu nós fomos lá nos apresentar. Nós temos uma experiência interessante dos PRODEC que foi, partindo de uma situação concreta que era, por exemplo, ao viabilizar uma praça de um bairro da periferia, nós chamamos a comunidade para discutir as condições sociais, disto viabilizávamos outras coisas, as associações. O Toninho falou em fazer praças e fomos então conversar com o DPJ, e nós queremos participar deste projeto do município, mas chamando o pessoa da escola e discutindo o que pode ter nesta praça, árvores, pista de skate, campo de futebol, quem vai administrar, como a comunidade vai usar e não o traficante de drogas vai se apropriar. Então, fomos fazer esta proposta, quando chegamos lá eles falaram, é isto que nós queremos, vamos fazer uma parceria?. Tá, pra onde? Para o Vida Nova e nós já tínhamos uma ação no Vida Nova. Esta foi a primeira ação concreta do CEDAP em relação à administração atual para tentar fazer uma parceria. Não saiu do papel, porque ficou aquela história, assim como outros projetos. Eles querem fazer, mas não têm como bancar. Outra coisa é o projeto AIDS e juventude. Quando o ministério não mais financiou e o município referendou o projeto, nós perguntamos à prefeitura o que eles vão fazer agora, nenhuma resposta tivemos, estamos discutindo se vamos para a mídia botar para fora esta situação.

#### 26)Outros parceiros...

O sindicato dos bancários hoje é um parceiro importante, eles querem desenvolver projetos sociais, diretriz da última assembléia. Quando viemos pedir um espaço aproximamos nossos interesses aos dele, poderíamos ajudar o sindicato e fazer algo em conjunto, pois, ele tem a estrutura e nós a experiência.

#### 27)MST...

Não, porque grupos do MST que o CEDAP assessorou, a última demanda que eles trouxeram foi para desenvolver um projeto de viabilização de embalagem de alimentos por eles produzidos. Eles queriam captar recursos para isso, tinham a expectativa do CEDAP fornecer as fontes para isso...

28) Não é bem a função de vocês...

Aí nós chegamos, se vocês quiserem que fazamos um trabalho com as mulheres, pois, fomos lá e percebemos que elas iriam trabalhar com este embalamento, daí propusemos trabalhar o relacionamento, os homens não quiseram, as mulheres estavam somente trabalhar e não discutir questões de gênero, e os homens não queriam, com isto não concordamos.

29) ABONG...

Nós entendemos que a ABONG facilita, possibilita traz pra discussão algumas questões importantes, por exemplo, capacitação técnica e estabelecer parcerias importantes, entendemos que ela deve ser nosso órgão de representação maior, mas nós temos uma dificuldade muito grande, que até a ABONG já pediu pro CEDAP, tentar montar em Campinas uma fórum regional Campinas de ONGs. A nossa participação efetiva na ABONG seria no Fórum Paulista de ONGs, só que é inviável mandarmos todo mês um representante, disponibilizar uma pessoa e esta estar disponível, nós não temos quem possa ir. Nós tentamos o ano passado, 2001, montar este fórum, articular, está no nosso plano, chamamos entidades para o I fórum social de Campinas, vieram três ou quatro, depois oito ou dez, mas na hora h as entidades não querem. Algumas entidades mais comprometidas como nós até se propõe, mas as outras, a grande maioria, a grande dificuldade é a FEAC, elas já se sentem representadas, não vêem necessidade de articular o fórum. O que tentamos fazer foi tentar identificar algumas entidades que tenham sintonia com as ações do CEDAP, aí vem novamente a coisa da sinergia, uma pessoa que já tinha participado do CEDAP e queria trazer a Rosemary Muraro para fazer uma palestra sobre gênero e resolvemos fazer isto em conjunto porque entendemos que

pode ser o início de um movimento, com 7 ou 8 entidades, não todas como o CEDAP, mas afins, ligada a prefeitura e a PUCCAMP, conselho municipal da mulher.

30) Vamos falar de dinheiro? 95, 96 e 97, basicamente o financiamento é MS e D&P e ações internas da entidade. 99, 2000, 2001 e 2002., como foi a questão financeira para o CEDAP?

Os grandes financiadores foram CEF, D&P e MS.

31) Você pode falar alguma coisa de números para me situar?

Eu não tenho isso muito claro, até porque não fui eu que fiz a contabilidade. Em 99 por intermédio do PRODEC da CEF entrou R\$1.000.000,00 que cabia 10% ao CEDAP, então CEF é 50%, 35% MS e 15% Canadá. US\$15.000, US\$18.000 Canadá, isto quando o dólar tava lá embaixo, isto era muito pouco.

32) Pior em 94 e 95 quando havia uma paridade...

Isto, agora que o dólar está três e pouco, fico rezando para ele não cair. 99 e 2000 era esta proporção, 2001 diminuiu um pouco ficando 40% CEF, 35% MS e 25% D&P, 2002 não tinha mais caixa, reduziu a verba.

33) MS e D&P não aumentaram a verba para cobrir esta queda na receita?

Ainda tínhamos recursos do PRODEC que administramos dos anos anteriores. Era só Canadá e MS, 30% e 70%, nisto começamos a arrecadar recursos com outras estratégias, fizemos cursos, fizemos um evento, buscamos patrocínio para o SITE, conseguimos assinatura de jornais de graça, em 2001 viemos para cá, o que reduziu as nossas despesas administrativas por conta do aluguel. Foi na época que fiz o curso de captação de recursos e entendemos que devíamos diversificar e não ficarmos dependentes só do ministério e da D&P. Paralelamente o CEDAP cadastrou todos que passavam pela entidade, fizemos uma mala direta com as pessoas que conhecem nosso trabalho, fizemos um jornal, para comunicarmos com nosso público, nosso sócio, mandamos informações, todas as ações de visibilidade que possam trazer viabilidade econômica para o CEDAP nós tentamos. Outra, uma coisa que o CEDAP sempre resistiu era buscar recursos via conselhos municipais, se nós trabalhamos com a

população alvo destes conselhos, por que não buscar recursos, então fizemos uma revisão do estatuto, não mudando as características, mas adequando às exigências do Conselho Nacional de Assistência, que exige algumas coisas relacionadas a diretoria, conselhos e outras coisas. Então, já fizemos nosso novo estatuto e pedimos a inscrição no Conselho Municipal de Assistência, estamos aguardando, daí podemos receber efetivamente verbas do município e captar recursos via isenção de impostos à empresas e pessoas físicas.

## **2ª Entrevista:**

14/12/2000 e 10/01/2001

.Rita de Cássia Siqueira/coordenadora executiva

.Maria Aparecida Siqueira/presidente

### ***a. Informações Básicas***

1.Ano de fundação.

1987

2.Áreas de atuação.

Educação popular e assessoria a movimentos sociais e comunidades

3.Âmbito de atuação.

Estadual

4.Número de funcionários.

2 funcionários registrados

5.Outros colaboradores.

Toda a direção e dependendo do projeto, cada um conta com profissionais contratados especificamente para o desenvolvimento de cada projeto

6.Orçamento:

Entre R\$301 e R\$500 mil.

7.Fontes de recursos.

Nacionais públicas e internacionais

8.Como caracterizaria o público alvo da entidade?

Comunidades carentes e demandatárias de organização e direitos

9.Dinâmica de funcionamento da entidade.

A diretoria define todas as questões e a coordenação executa as suas deliberações, centralizando na coordenação executiva os contatos com os parceiros, com os financiadores, relatório, novos projetos.

9.1.Podemos considerar que a dinâmica de funcionamento da entidade é tripartite?

É isso aí, por enquanto nós estamos funcionando assim, mas nossa proposta para 2001 é que a coordenação executiva seja ampliada. Hoje nossa estrutura é assim: nós temos esta equipe mínima, que cuida do dia a dia da instituição, para desenvolver os projetos contratamos prestadores de serviço, pois, nossos projetos são pontuais, mesmo no passado nós tivemos um grupo de trabalho interno, chamado GTI onde todos eram contratados no regime de CLT e tínhamos um equipe que cuidava do trabalho como um todo, em função de todas as mudanças da conjuntura nacional e mundial de financiamento e de corte dos financiamentos das ONGs, o CEDAP teve que mudar e se adaptar para conseguir se sustentar. No regime de CLT nós temos hoje somente a auxiliar administrativa. É assim que nós temos conseguido se manter.

10.Exsitem âmbitos comuns de discussão, planejamento e/ou avaliação?

Sim, existem âmbitos internos de discussão e planejamento, até por conta da nossa estrutura.

#### ***b. Informações específicas (atividades educacionais)***

11.Ano de início das atividades educacionais.

Em 1988. O CEDAP começou a trabalhar educação informal.

12.Número de funcionários alocados.

Depende de cada projeto.

13.Definir o perfil destes profissionais.

Nós temos uma equipe fixa de 3 pessoas, porém, em função das dificuldades de financiamento, contratamos prestadores de serviço por projetos. Quase todos tiveram relação com escolas, projetos de AIDS nas escolas, por exemplo, contava com um coordenador, um assistente e três educadores.

14.Outros colaboradores.

Em projetos direcionados às escolas temos 25 voluntários, não remunerados e 27, também não remunerados, na direção da entidade.

### *c. Sobre as parcerias*

#### 15. Balanço das atividades educacionais desenvolvidas.

Para começar a responder esta questão deve-se ter em mente o seguinte: “A escola é referência para o CEDAP” e “Estimular a cidadania ativa é dever do CEDAP”. O Prodec é uma parceria nossa com a CEF em os conjuntos habitacionais, em uma relação que para nós é pedagógica. Foi um projeto construído com a comunidade, por exemplo, creche, escola de ensino fundamental, demandas que foram levadas às autoridades que montaram classes de tele-aulas e salas de ensino fundamental. A CEF é uma empresa pública. Este programa de desenvolvimento comunitário é nossa 4ª parceria celebrada em 1997 com a CEF. Um dos resultados foi a construção de uma escola provisória que, depois, virou uma escola municipal. De qualquer forma o projeto viabiliza a implantação de demandas, a partir dos recursos sociais locais, igrejas, associações de bairro, assentados nas parcerias. A colocar a prefeitura como parceira, as coisas acontecem. Estimular ações populares para que as demandas sejam satisfeitas. Nossa intervenção é pontual, mas quando saímos, o trabalho na comunidade continua. Vínculos são estratégias institucionais do CEDAP. Com o crescimento dos projetos percebemos outras necessidades que a partir daí, surgem outras demandas.

#### 16. Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?

É de parceria. Porque os trabalhos que o CEDAP desenvolveu a busca de um vínculo de envolvimento desde o início, deixamos claro qual é a proposta, invariavelmente somos muito bem recebidos, aí começa a ter um compromisso com o trabalho e com os resultados a serem obtidos, aí isto é uma relação de parceria.

Muitas vezes as escolas intermediam nossas ações, as escolas servem como base para os agentes multiplicadores. Entendemos que a escola é um ator importante. Nós

provocamos para que a escola seja sempre um ator importante, através do projeto este vínculo conosco e com a comunidade melhora.

17. Que dificuldades existem nesta parceria?

As estratégias devem ser bem elaboradas através dos projetos, revendo sempre nossas estratégias de aproximação. Buscamos sempre novas estratégias, pois, no começo há dificuldades de convencimento, depende do perfil da direção da escola. Outro problema é a alta rotatividade do corpo docente.

Há dificuldades sim. Uma das coisas colocadas é a questão da rotatividade dos membros da comunidade escolar. Numa proposta de continuidade isto aparece como dificuldade.

18. Que fatores facilitam?

É o vínculo que a escola demonstra com o projeto e a forma como nós propomos o trabalho, a transparência que procuramos implementar, fundamental nas relações com os membros da comunidade escolar, deixando os diretores, professores, funcionários envolvidos com o trabalho, tem toda esta preocupação de não chegarmos com uma proposta pronta, para nós é fundamental que a escola se posicione, questione, critique, até ajude a pensar algumas coisas.

19. Entre a entidade e a secretaria de educação local?

Não temos vínculos de parceria com a Secretaria de Educação, de qualquer forma procuramos este vínculo e parcerias. isto com a gestão passada.

20. A entidade e os financiadores?

Vínculos que se revelam no instante de planejamento, análise, avaliação sem nunca interferirem diretamente quando do andamento do projeto.

21. Existem canais de planejamento e/ou avaliação com a secretaria de educação local?

Não.

22. Com os financiadores?

Eles fazem uma avaliação. No início eles vinham aqui, agora é na base de relatórios como instrumentos de avaliação em conjunto com os instrumentos de avaliação da própria entidade.

23. Que potencialidades observa no trabalho junto a escola. Dentro:

Já tivemos projetos desenvolvidos dentro das escolas, o que mostrou-se positivo em relação ao envolvimento do corpo docente e da direção, apesar de que existe uma certa desconfiança inicial que se desfaz conforme se desenrola o projeto.

24. Fora da escola:

Os que se desenvolvem fora da escola se dão meramente por razões conjunturais, não sei se esta pergunta pode ser respondida, o que é certo é que quando desenvolvemos projetos com a comunidade nós aproximamo-nos muito dela, aí, neste caso, posso afirmar que esta é acgrande vantagem, pois, muitas escolas estão fechadas à sua comunidade, se bem que, o contrário poderia ser um fator de aproximação da escola com a comunidade

25. As escolas tem sido favoráveis ao desenvolvimento de parcerias?

Sim, segundo elas pelos bons resultados dos trabalhos. Existe uma carência muito grande nas escolas. Essa receptividade tem muito haver com a postura dos profissionais que estão nas escolas. Nós trabalhos basicamente nas escolas da periferia, onde tivemos boa receptividade, até porque há abertura desses profissionais que estão lá e há uma carência muito grande de projetos. Eu sinto que a abertura destas escolas para a proposta pedagógica que vêm com estes projetos. Todas as escolas que nós trabalhos fomos muito bem recebidos e a entidade tem uma história e um nome que acaba causando uma boa imagem facilitando esta receptividade.

26. Os institutos empresariais tem sido favoráveis ao desenvolvimento das parcerias com as escolas?

Nós tivemos uma experiência recente de apresentarmos uma proposta a um grupo de empresários e o projeto não foi recusado, não sei se há receptividade, porém, quando

relatamos os projetos já desenvolvidos e apresentamos algum outro ele é sempre bem recebido, se bem que esta foi a primeira iniciativa que tivemos de buscar recursos junto a este tipo de financiador.

27.E a secretaria de educação?

Não temos vínculos, mas a resposta é que não há interesse grande da parte das secretarias de educação.

28.Quais projetos poderia resgatar como positivos?

Podemos considerar que todos, cada um, com suas dificuldades, seus problemas, suas especificidades demonstraram resultados positivos.

29.Tiveram continuidade?

Não tiveram continuidade das ações já desenvolvidas, porém, deram ensejo a outros. Por exemplo, o projeto de Mulheres e Geração de renda foi uma demanda de uma população que nós já tínhamos desenvolvido outro projeto e que estávamos muito próximos, neste sentido podemos afirmar que tiveram continuidade.

30.E experiências negativas?

Nenhum.

#### ***d. Sobre o financiamento***

31.Nestes últimos anos mudou o financiamento da entidade?

Sim, mudou muito, antes os financiamentos davam conta de toda estrutura. CEDAP foi fundado em 1987, em 1988 quando ele começou mesmo a desenvolver suas atividades até 93 ou 94, o CEDAP contou exclusivamente com apoio de agências de apoio internacional. Desenvolvimento e Paz colaborou, Cristian Age colaborou com projetos, a ICO, a Milawe parece que financiou também, enfim, estes apoios davam conta de todo trabalho. O CEDAP também teve esta prática de trabalhar com parcerias de trabalho com outras instituições ou entidades de São Paulo como o Instituto Cajamar, procurávamos entidades que tinham trabalhos semelhantes. O que mudou é que a partir

de 95, com o corte de financiamento destas agências, que passaram a priorizar os países do leste europeu e em programas de apoio social em seus próprios países de origem. Estas instituições passaram a rever o financiamento para o terceiro mundo. No Brasil priorizou o N e o NE, na AL alguns países mais pobres. No SE algumas áreas são priorizadas, com trabalhos com crianças e adolescentes, mulheres e os sem-terra e as questões de reforma agrária. A leitura que nós fazemos é que estas áreas despertam maior interesse. De fato ficou muito difícil para o CEDAP se manter depois desta nova realidade e a partir de 95 passamos a buscar alternativas de financiamento dentro do Brasil

### 32. Mudou o financiamento das atividades educacionais?

Sim, mudou muito. Desde 1995 estamos em busca, principalmente de verbas nacionais. A primeira iniciativa neste sentido foi a parceria com o Ministério da Saúde num projeto de prevenção a AIDS e DSTs junto à jovens e adolescentes. Este projeto foi retomado em 1997, no período 1999-2000 e nós temos dado continuidade a esta parceria, agora conseguimos mais dois projetos financiados pelo MS para trabalhar a questão da prevenção à AIDS junto as mulheres de baixa renda vinculado a proposta de geração de renda e outro desenvolvido junto à adolescentes nas escolas públicas. Em razão do acúmulo destas experiências e das demandas que continuamos recebendo das comunidades onde estão inseridas estas escolas, formatamos uma proposta, já aprovada pelo MS, que é trabalhar a formação de agentes multiplicadores, denominado “Falando para Galera: uma proposta de prevenção”, formação de agentes vinculados à entidades, centros de bairros que têm grupos de menores e monitores de adolescentes, para profissionais de centros de saúde, ou seja, reunir os profissionais que atendem estes adolescentes, capacitá-los no sentido de formar uma rede de atenção, no sentido de dar um salto de qualidade buscando a efetividade deste trabalho. Estes projetos são pontuais, desenvolvem-se durante um ano e acabou, por isso estamos tentando criar uma rede disseminadora desta proposta e em Campinas esta dando um bom resultado, inclusive o CEDAP foi premiado e tivemos destaque em nossa metodologia no trabalho de

prevenção e nós queremos passar para outras entidades esta nossa experiência para que elas engrossem este trabalho.

33. Estão sendo procuradas novas fontes de recursos?

Sim, recursos sejam eles, nacionais ou internacionais.

34. Exerce o financiamento influência sobre o tipo de atividades desenvolvidas?

Não, nunca houve. Isto inclusive foi uma questão que foi reafirmada a partir de 1997 na parceria com a CEF, para pesquisa e caracterização de demandas sociais e perfil sócio-econômico. Nestas parcerias todas um dos aspectos que o CEDAP procurou preservar é a autonomia no desenvolvimento do trabalho, na metodologia, o CEDAP sempre priorizou isto, tanto que chegamos a participar de uma concorrência de um projeto da CEF e havia uma encomenda que significava uma certa ingerência na nossa metodologia, que fugia daquilo que o CEDAP tem como função, que era basicamente a questão prevenção da inadimplência, isto não caberia a nós. Perdemos a concorrência, mas era uma questão de princípios. Embora, entendemos que o trabalho de desenvolvimento comunitário ele aproxima a população da CEF, ajuda a melhorar a imagem da caixa e isto pode resultar numa melhora desta inadimplência. O CEDAP nunca se prestou nem se prestará a isto, nem se curvará a qualquer tipo de ingerência.

35. Sobre as atividades educacionais?

Posso considerar que esta resposta já foi dada com a anterior, nosso trabalho é basicamente de educação, portanto, todos os projetos são educacionais.

#### *e. Sobre educação, o Estado e a responsabilidade empresarial*

36. Nestes últimos anos mudou o perfil das atividades educacionais?

Sim, acho que a questão financeira foi uma delas que gerou todo um processo de reorganização e reestruturação do CEDAP. Ele foi fundado e colocou-se durante muito tempo como uma entidade de apoio aos movimentos populares e hoje nós consideramo-

nos uma ONG e com isso houve uma certa abertura até para fazer parcerias com uma Caixa Econômica Federal. Houve uma mudança sem dúvida nenhuma. No início da entidade em que ela desenvolvia basicamente atividades sócio-educativas, promovia cursos para educadores populares, oficinas de mulheres, enfim, trabalhos mais nesta área de educação não-formal, mudou. Hoje nós trabalhamos diferente, mesmo desenvolvendo capacitação, mas é sempre como um instrumental de trabalho previstos nos projetos de assessoria que desenvolvemos. Então, eu acho que mudou bastante. Antes tínhamos os projetos de formação, não que se fizesse somente isso, sempre tivemos abertura para assessoria, porém, dedicávamos mais a trabalhos de formação. Hoje fazemos formação, mas temos desenvolvido atividades mais de assessoria, de organização e desenvolvimento comunitário, formação de agentes multiplicadores, enfim, mudou a estratégia de fazer educação popular.

37. Quais as características marcantes da crise da escola pública?

Acho que é o sucateamento das escolas, falta de investimentos do governo na área de educação. As escolas públicas estão deterioradas, os professores mal capacitados, insatisfeitos. Houve todo um processo de deteriorização do ensino público lamentável. Houve todo um desgaste da classe dos professores que junto com todas estas mudanças na conjuntura que refletiu muito na decadência do ensino público. É um desafio muito grande para os professores de escolas públicas continuarem se mantendo dando aulas em escolas públicas com as condições de trabalho que têm, é um sofrimento. Para mim uma das maiores crises é a destituição de direitos, a falta de incentivos, a baixa remuneração da classe dos professores. A falta de valorização dos professores, é na realidade a desvalorização da educação, aí o professor acaba sofrendo diretamente.

38. Os responsáveis por esta crise?

O governo e suas políticas públicas que desvalorizam a educação e os professores.

39. As parcerias ONGs e escolas seriam uma solução?

Eu acho que solução não, acho que o trabalho das ONGs e as parcerias tem certa importância, mas o papel na gestão da escola e da educação é do Estado que ele tem que

executar. Nosso trabalho, a forma como o CEDAP encara o trabalho com as escolas públicas é no sentido de resgatar, junto com aquela comunidade, onde a escola está inserida, é a apropriação do espaço público como o nosso, não o público como governamental ou como terra de ninguém, o público nosso e nós como cidadãos temos que nos apropriar e zelar pelo que é público e dentro deste contexto está inserida a escola. Então, acho que nosso trabalho ajuda no sentido de resgatar estes valores e aí com isso resgatar esta cultura do próprio bairro, da própria comunidade onde elas passam a ver a escola como um espaço deles, uma referência mesmo e com isso passam a ter uma outra relação com a escola até de conservar, de ajudar, enfim, o trabalho que as ONGs, as parcerias com as ONGs, pode ajudar nesse sentido e deve ser um ingrediente a mais para buscar soluções para esta crise. Mas, eu acho que o Estado tem um papel fundamental a desempenhar, eleger a educação como prioridade, investir nas escolas, na capacitação dos professores, na remuneração destes professores, na sua valorização e isto compete ao Estado fazer.

40.O que consideram sobre a “responsabilidade social das empresas”?

Essa coisa do Terceiro Setor é intrigante e polêmica, este é um movimento que está acontecendo mundial, o privado fazendo o público, as empresas se preocupando mais com o público, estas empresas têm sim uma responsabilidade social e agora, mais recentemente, nesta última década temos visto algumas iniciativas concretas, embora a lógica de mercado que move estas empresas acaba gerando as contradições que ela se sente responsável. Algumas estão preocupadas por terem uma visão de preservação do planeta, até uma coisa mais macro. Acho necessário esta visão de responsabilidade social das empresas, agora, acho que as empresas enquanto promotores sociais elas tem sim uma responsabilidade social como têm cada cidadão desde que agente trabalhe na comunidade, ninguém pode ficar de braços cruzados vendo as coisas acontecerem, cada um tem sua responsabilidade social. As empresas têm muito, inclusive porque elas são as mais interessadas no poder aquisitivo da população. Enfim, elas têm que exercitar esta responsabilidade social e eu vejo como positivas estas iniciativas destas empresas

desenvolverem projetos sociais, os financiarem, embora ache isto complicado do ponto de vista de quem trabalha com as comunidades nesta perspectiva de educação popular preservando a autonomia dessas comunidades. Embora tenhamos um sério de restrições aos programas sociais destas empresas, achamos que eles são necessários, quem somos para dizer o que as empresas devem fazer. Há empresários, que por si só estão fazendo trabalhos belíssimos, alcançando bons resultados, porque estão mais sensibilizados. Não cabe a nós dizer o que deve ser feito, criticar ou falar para não fazer. É necessário, mas eu vejo o desdobramento disto com uma certa restrição por que sinto que eles querem resultados voltados para uma estratégia de marketing de auto-promoção e de vantagem dentro da competitividade do próprio mercado, é complicado usar o sofrimento do povo para este fim. Tenho uma visão crítica muito grande em relação a isto, mas também sei da dificuldade de se fazer um trabalho social. Não podemos nos dar ao luxo de negar o apoio do empresariado, apesar de questionar os resultados que eles querem. No caso do CEDAP existe um compromisso de analisar criticamente isto e até que ponto um apoio privado não confronta com a instituição. No passado fomos mais radicais contra isso, hoje existe uma abertura para estabelecer parcerias com esse tipo de trabalho e com estas instituições desde que consigamos preservar e manter nossos princípios políticos ideológicos.

41. Por que elas mudaram, por que o interesse por questões sociais?

Eu acho que é essa coisa da globalização e das consequências ruins que esta proposta gerou: o agravamento das questões sociais. Hoje não dá mais para você ficar alheio a isto tudo, vamos pegar o exemplo de Campinas na quantidade do aumento de favelas no município, recorde no país, Campinas hoje tem um bolsão de miséria no entorno da cidade que é uma coisa alarmante, o aumento da violência, ou seja, o agravamento dos problemas sociais. Tudo isso como consequência desta política que favorece o mercado acabou chamando à responsabilidade social, eles que definiram assim, deram o conceito para estratégia dessa forma, a responsabilidade social nada mais é que o reconhecimento da sua responsabilidade, enquanto instituição que compete no

mercado e tem lucros e tal, por essa situação que está acontecendo e ninguém suporta mais. Isto é a questão da globalização com o agravamento das questões sociais.

42. Você vislumbra resultados desta ação social das empresas?

Sim, o trabalho da Fundação Educar De Paschoal, apesar do ponto de vista metodológico e ideológico tenhamos algumas críticas, o trabalho voltado ao protagonismo juvenil que eles desenvolvem tem dado resultados visíveis, o trabalho social da Bosh nas cidades da Região Metropolitana de Campinas, a própria Federação das Entidades Assistenciais de Campinas - FEAC, parcerias entre sindicatos, donos de bancos e comunidades. Acho que muita gente que vem da esquerda deveria repensar uma série de coisas, passar a ter a preocupação de não só defender no discurso, mas ter algumas ações práticas.

43. Como definiria ONG Cidadã?

A Profa. Maria da Glória Gohn que identifica, coloca este adjetivo “cidadã” para poder diferenciar ONGs de outras que tem propostas de trabalho que, enfim, tornaram-se “cabide de emprego”. ONGs cidadãs são as instituições que estão efetivamente comprometidas com a democracia, com a solidariedade e, principalmente, com a autonomia da população de uma maneira em geral, com a construção de uma sociedade de direitos econômicos, sociais, culturais fundamentais. Organizações que estão de fato, na prática comprometidas com a democracia.

44. Quais as tendências para o futuro nas parcerias ONGs-escolas?

Eu acho que isso vai ser uma prática, dentro da linha do trabalho de entidades como o CEDAP isso vai ser uma coisa automática, uma prática comum. A tendência vai ser estar procurando esta parceria, não é a escola isolada, pelo contrário, a escola integrada com a comunidade, com as ONGs que lá estiverem trabalhando, as organizações populares presentes, eu vejo esta rede como uma realidade latente, não podemos fugir disto. O CEDAP acredita muito nisso, trabalha nesta perspectiva, portanto, o futuro independente de termos projetos diretamente ligados à escola, nós temos muito esta prática, todo trabalho voltado para educação e organização comunitária

a escola é referência e isto é uma coisa que tem que ser incorporada à prática tanto da comunidade, da associação de moradores, dos equipamentos públicos e da própria escola. Nós acreditamos muito nisso e trabalhamos com essa perspectiva. Até porque vai ser difícil as escolas não atuarem com este contexto, nesta perspectiva. A escola precisa do apoio da comunidade, precisa ser reconhecida pela comunidade, ela precisa do apoio e do zelo da comunidade para sobreviver e avançar, principalmente numa cidade como a nossa a comunidade tem que ter a escola como a extensão da sua casa como aquele bem seu que você zela por ele.

.Quais as demandas da entidade?

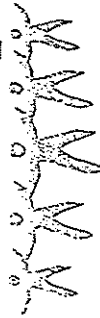
Maior participação das instituições governamentais locais nas parcerias com as entidades; organização do trabalho voluntário, ou seja, que exista um departamento dentro da entidade que organize e dirija o trabalho voluntário para que ele não seja inócuo ou apenas sirva para a satisfação de necessidades pessoais até para que não se desmante ou se perca bons profissionais que atuam na entidade.

Elaboração e Criação:  
Andrea Teixeira Matheus

Ilustração e Diagramação:  
André Zan ([www.zan.fot.br](http://www.zan.fot.br))

Realização:

**cedap**



CENTRO DE EDUCAÇÃO  
E ASSESSORIA POPULAR

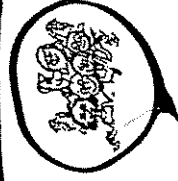
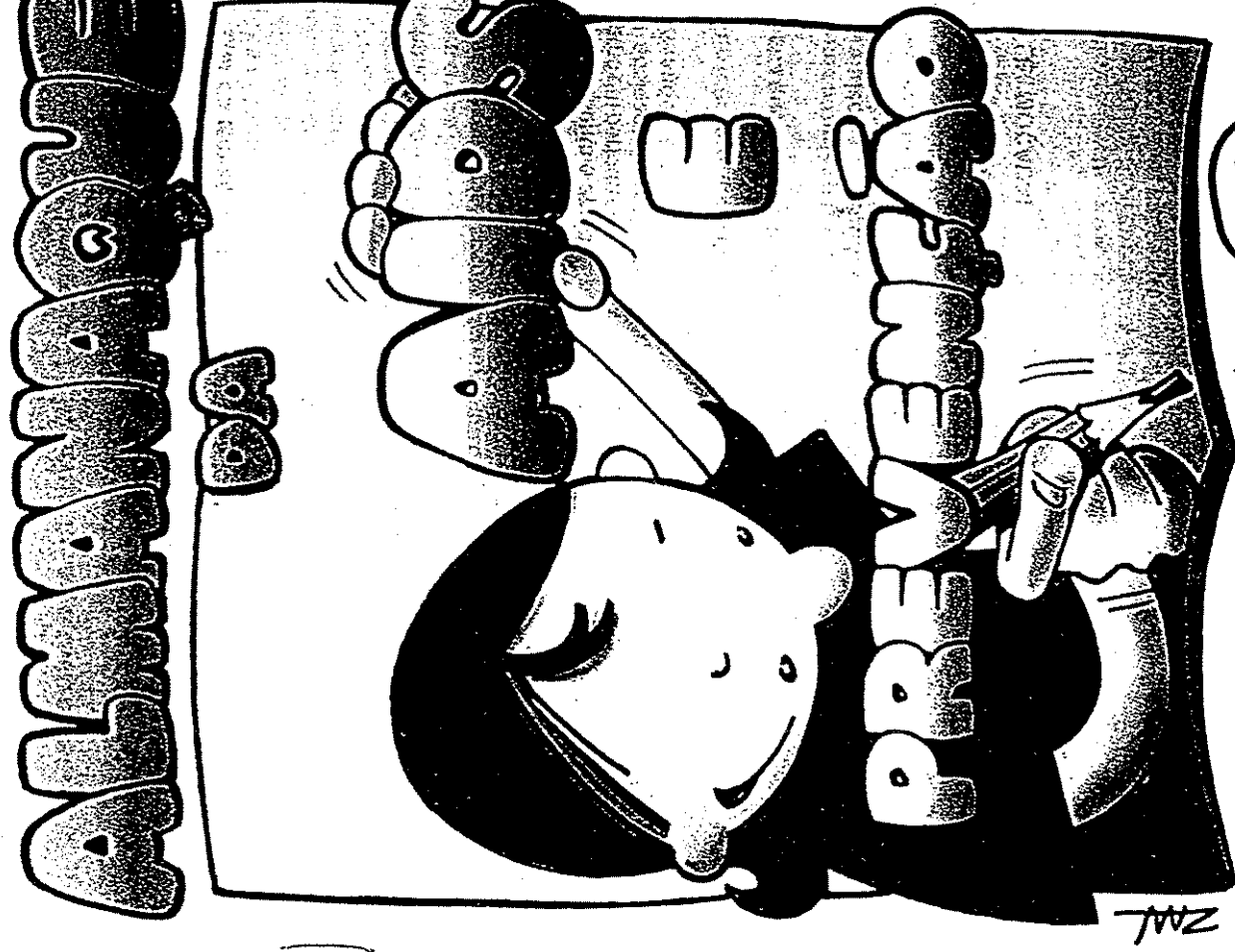
Rua Ferreira Penteado, 460  
Campinas - São Paulo  
Fone 3231 5644

SITE: [www.cedap.org.br](http://www.cedap.org.br)

EMAIL: [cedapsaude@lexxa.com.br](mailto:cedapsaude@lexxa.com.br)

Apoio:

**UNESCO**  
**CN DST E AIDS**



**Projeto**  
**FALANDO PRA GALERA**

## Este é o almanaque da AIDS. Informe-se e divirta-se.

### Recadinho! Só para você saber:

A AIDS é um problema mundial. Hoje não se fala mais em grupo de risco como antigamente, e sim em pessoas que estão mais vulneráveis a pegar AIDS do que outras. No começo da epidemia, a AIDS aparecia mais em alguns grupos. Com o passar do tempo, muitas outras pessoas foram se infectando, em parte porque quase todo mundo achava que o vírus causador da AIDS só infectava quem fazia parte daqueles grupos. Mas a AIDS atinge a todos: feios, bonitos, ricos, pobres, homens, mulheres, esportistas, médicos, etc.

Quando temos preconceito cooperamos para que a epidemia se alastre, pois, achando que só os outros pegam AIDS, acreditamos estar fora de perigo e não nos cuidamos. Na verdade, só está fora de perigo quem se previne e não quem se ilude, achando que a AIDS acontece apenas com os outros.

### Mas o que isso tem a ver com o adolescente?

Muitas vezes o adolescente não encontra condições em seu meio familiar e social de ter um desenvolvimento saudável e pleno algo de que ele necessita e a que tem direito. Essa é uma fase de grandes mudanças físicas, emocionais e psicológicas, cheia de novas sensações, desejos, dúvidas e emoções, que precisa de entendimento e apoio. É por isso, basicamente, que a adolescência é considerada como um período de grande vulnerabilidade para as DST e a AIDS.

O adolescente está muito vulnerável às DST e à AIDS quando, dentre outras situações, ele:

Não tem com quem tirar suas dúvidas.

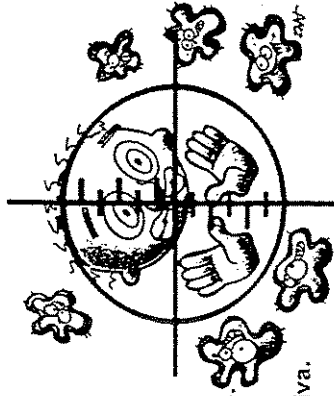
Acha que nada vai lhe acontecer.

Toma atitudes para agradar os outros, em prejuízo da sua saúde e qualidade de vida.

Não usa preservativo em suas relações sexuais.

Não tem acesso ao preservativo (camisinha), a informações corretas, enfim, à saúde preventiva.

É LEI, MOÇADA!



"É DEVER DA FAMÍLIA, DA SOCIEDADE E DO ESTADO, ASSEGURAR À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, COM ABSOLUTA PRIORIDADE, O DIREITO À VIDA, À SAÚDE, À ALIMENTAÇÃO, À EDUCAÇÃO, AO LAZER, À PROFISSIONALIZAÇÃO, À CULTURA, À DIGNIDADE, AO RESPEITO, À LIBERDADE E À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA, ALÉM DE COLOCÁ-LOS A SALVO DE TODA FORMA DE NEGLIGÊNCIA, DISCRIMINAÇÃO, EXPLORAÇÃO, VIOLÊNCIA, CRUELDADE E OPRESSÃO."

Este é o ARTIGO 227 da Constituição federal de 1988, que é a lei maior do país. Ele sintetiza os 54 artigos da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e nele estão pauladas as determinações do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, que entrou em vigor em 14 de outubro de 1990. Se a lei for cumprida, os adolescentes estarão menos vulneráveis à AIDS, e também a muitos outros riscos sociais a que estão sujeitos. Você, portanto, que está ligado, leia o que vem adiante e converse com seus amigos e amigas sobre esses assuntos. Vá atrás também de mais informações. Procure conhecer o ECA. Conheça e lute pelos seus direitos! E não se esqueça nunca da camisinha!

## VAMOS LÁ ENTÃO!

Conheça nossos colaboradores de plantão para ver o que mais você sabe e pode vir a saber sobre AIDS!



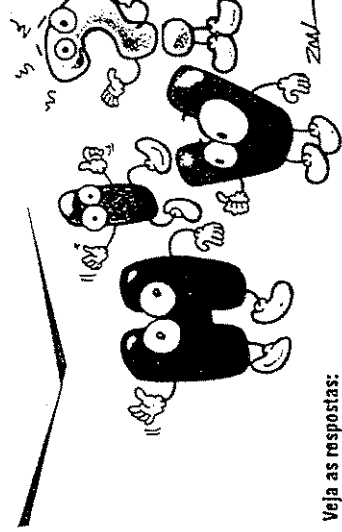
Como é sempre bom fazer um testezinho básico para saber o quanto você está por dentro ou por fora de assuntos que muito lhe interessam, apresentamos a Dra. Testa, que preparou perguntas e respostas pra lá de capciosas para você!

1) O que é HIV?

a- ( ) O H é a letra que vem depois do G, o I é a que vem depois do H e o V a que vem depois do U.

b- ( ) É parte de uma fórmula da física.

c- ( ) É o vírus que causa a AIDS.



Veja as respostas:

a- Bãrrr!... não tem nem o que responder...

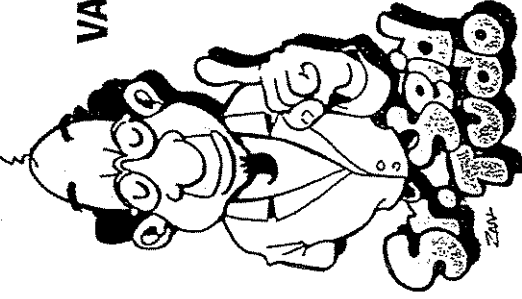
b- Se assinalar essa, viajou...

c- Agora acertou bonito! É o vírus que causa a AIDS.

## VOCÊ SABIA QUE...

...enquanto no começo da epidemia havia muito mais homens infectados do que mulheres, hoje a proporção em alguns lugares é de uma mulher para cada homem?

...para se prevenir é necessário usar o preservativo em TODAS as relações sexuais e do começo ao fim?





O HIV - vírus da imunodeficiência humana - é o que causa a AIDS. Uma pessoa portadora do vírus pode levar muito tempo para desenvolver AIDS. Mesmo nesse caso, ela transmite o HIV se fizer sexo sem segurança.

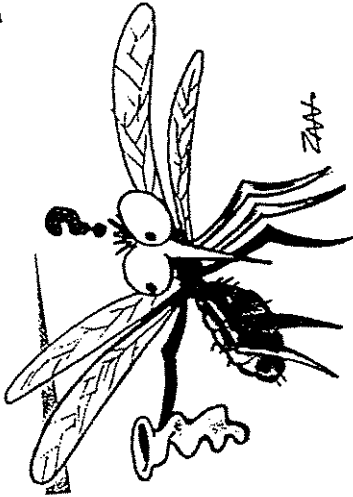
Quem fala o termo "aidético" está estigmatizando o portador do vírus da AIDS.

O correto de se falar é: soropositivo ou portador do HIV.

Todos podem fazer o exame de AIDS (anti-HIV) de forma gratuita nos Centros de Saúde, no COAS e no CRT de sua cidade.

## 2) O que é AIDS?

- a- ( ) É o nome daquele mosquito, o tal "Aids Egípyt"?
- b- ( ) Agora Infelizmente Durma Sozinho
- c- ( ) Síndrome da Imunodeficiência Adquirida



Veja as respostas:

a- Ô, que errada heim? O nome do mosquito é *Aedes Egípyt*, o que transmite a Dengue. É aquele mosquito que assim que vê uma agulhinha parada, já vai aproveitando e logo se reproduzindo. Se eles usassem camisinha, não se reproduziriam tanto.

b- Ihhh, cara! Tá por fora... As pessoas acham que por causa da AIDS não dá mais para dormir acompanhado. Ora, claro que dá! Dá para dormir e transar também, é só usar o preservativo direitinho! Também pensam que quem tem AIDS tem que dormir sozinho e até que ficar sozinho. Que nada! Quem é portador do HIV, mesmo se já desenvolveu a AIDS, tomando todos os cuidados com relação ao sexo seguro, quem é portador do HIV, pode dormir e namorar como qualquer pessoa, que não há problema algum.

c- Yes! A AIDS Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - se caracteriza pela falta de imunidade ou proteção do corpo às doenças oportunistas, ou seja, uma pessoa que está com AIDS está com seu sistema imunológico sem possibilidades de defender o organismo. Sendo assim, as doenças aproveitam e se instalam.

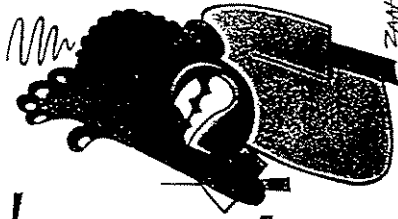


## 3) O que é marcação?

- a- ( ) Ir ao cinema e entrar no filme errado.
- b- ( ) Esquecer o dia do aniversário do Namorado.
- c- ( ) Transar sem camisinha

Resposta:

As três respostas estão corretas! É muita marcação!



## 4) O que é uma prova de amor?

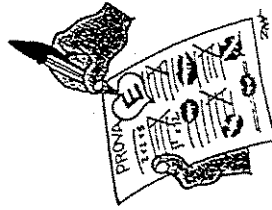
- a- ( ) A prova de matemática cheia de beijos de batom dirigidos ao professor?
- b- ( ) Cuidar de si mesmo e do outro pra sempre! E para cuidar para sempre é não deixar de usar a camisinha nunca.
- c- ( ) É não fazer nada que você não queira, mesmo sob pressão de amigos Ou namorados (as).

Veja as respostas:

a- Cara, isso é prova de palvão, fala a verdade!

b- Isso é prova de amor mesmo! Quem cuida de si mesmo e do outro demonstra o quanto ama e respeita.

c- Isso também é uma enorme prova de amor! Amor por si mesmo! Quem se ama assim tá com tudo!



O exame deve ser feito 3 meses após a situação de risco, pois o organismo leva esse tempo para criar os anticorpos que serão detectados no exame. Se a pessoa fizer o teste sem respeitar esse tempo, o resultado pode sair negativo, mesmo ela estando infectada.

Toda gestante deve fazer o exame. Caso seja portadora, deve seguir um tratamento para que o bebê não nasça com o HIV.

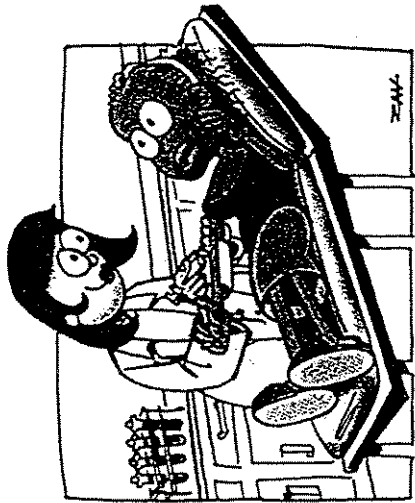
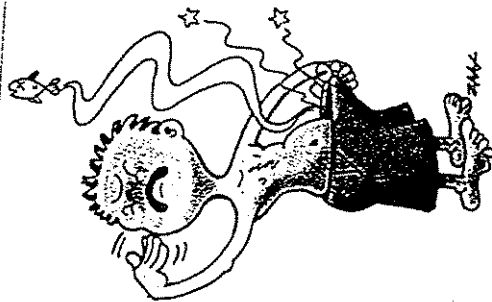
Embora o vírus tenha sido isolado em vários fluidos corporais como saliva, urina e lágrimas, somente o sangue, as secreções genitais, o leite materno e o líquido podem transmitir o HIV.

A AIDS foi reconhecida em meados de 1981.

Não há cura, mas há tratamentos, que possibilitam ao portador uma vida mais duradoura e com mais qualidade.

É importante conhecer o próprio corpo muito bem. E não é feio ou errado olhar para os próprios órgãos genitais!

Ao sentir ou observar, nos órgãos genitais, dor, coceira, vermelhidão, corrimentos, bolhas, feridas ou cheiros diferentes, deve-se procurar um médico.



Os médicos que cuidam dessa parte são: o ginecologista para a menina e o urologista para os meninos.

BOM, SE VOCÊ  
JÁ SABIA DE TUDO ISSO,  
MUITO BEM! SE VOCÊ NÃO SABIA,  
MUITO BEM TAMBÉM, PORQUE  
AGORA SABEI



5) Como se pega o vírus da aids:

- a- ( ) Através das relações sexuais sem camisinha, do sangue contaminado, do uso da mesma seringa por mais de uma pessoa e da mãe infectada para o filho, na gravidez, no parto ou pelo leite materno.
- b- ( ) Convivendo com um portador do HIV.
- c- ( ) Sendo picado por uma pulga.

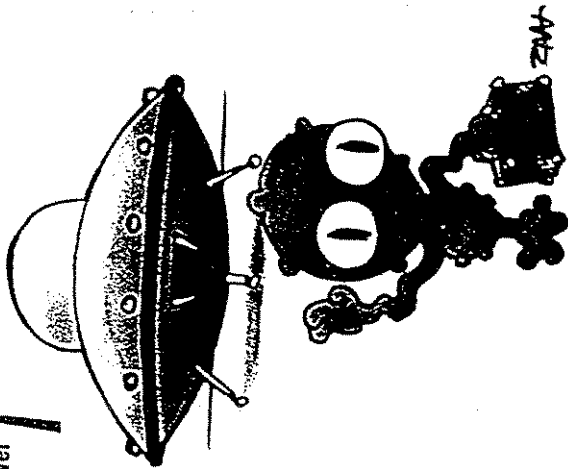


Veja as respostas:

- a- Muito bem! É assim mesmo.
- b- Como o HIV só é transmitido da forma descrita na resposta A, não há possibilidade de contrai-lo apenas convivendo com um portador.
- c- Insetos não transmitem o HIV. ELES não precisam usar preservativos.

6) O que é DST?

- a- ( ) Sigla de um partido político?
- b- ( ) Um cumprimento extra terrestre
- c- ( ) Doenças sexualmente transmissíveis



Veja as respostas:

- a- Não
- b- Não, por que os extraterrestres não se cumprimentam. Pelo menos é o que dizem por aí.
- c- Certo! DSTs são doenças que se transmitem via contato sexual. A maioria tem cura se tratada a tempo; outras não têm cura, como a herpes, mas podem ser controladas.

# CAÇA PALAVRA

Encontre as palavras abaixo,  
escritas em qualquer direção  
nesse monte de letras:

VULNERÁVEL (EXEMPLO);  
CUIDADO  
AIDS  
DST  
RESPEITO  
AMIZADE  
CUIDAR DE SI E DO OUTRO  
INTELIGENTE

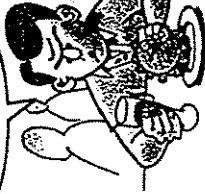
E A L V E R A S M A E  
T O C U I Q I D S A D O L Q  
N I Z N E I R A I R A U  
G E S R I T Z A T E I  
I P A R E D O O E B  
L S R V S D O L U T A  
E T T E I N O T A V  
N D O L A Z I M A E  
I E R T U I P E N T A

PÔ, É TUDO  
DE BOM. EVITA DOENÇAS  
E NÃO CORRO O RISCO DE  
ENGRAVIDAR. ALÉM DISSO FICO  
MAIS TRANQUILA NA HORA DE FAZER  
AMOR. CHEGA DAQUELA NEURA DE  
FICAR IMAGINANDO SE PEGUEI  
ALGUMA COISA OU SE  
ENGRAVIDEI.



Todo dia é dia de usar, desde que, é claro, haja uma relação sexual! Aquela conversa de  
"ah... só hoje" é estória pra boi dormir. É pra você ficar ligado! Sem camisinha não dá!

SE ELA GOSTA  
DE MIM, VAI TOPAR  
SEM CAMISINHA.

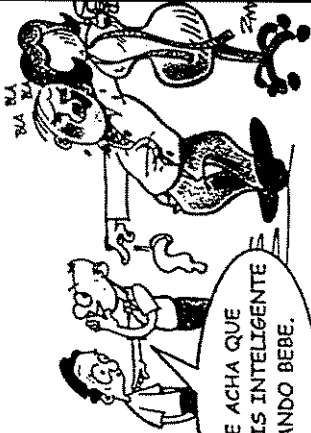


ACHO QUE VOCÊ  
NÃO GOSTA NEM DELA...  
NEM DE VOCÊ.



Com as palavras que você  
achou bole uma resposta  
inteligente para algumas  
destas propostas nada  
inteligentes. Se quiser, junto os  
amigos e amigas para ver que  
respostas aparecem:

E ELE ACHA QUE  
FICA MAIS INTELIGENTE  
QUANDO BEBE.



Ah... Se você gosta mesmo de mim, prove. Vamos transar sem camisinha.

Você não confia em mim? Por que quer usar preservativo?

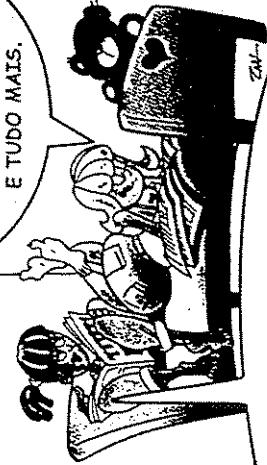
A gente já namora há um tempão! Pra que continuar usando o preservativo?

A GENTE  
USOU CAMISINHA  
NO COMEÇO. DEPOIS  
CONTINUAR PRA QUÊ? A  
GENTE JÁ SE CONHECE.  
SE AMA, CONFIA  
E TUDO MAIS.

Você quer usar preservativo por que? Andou  
fazendo algo errado?



EFEMÉRIDES:  
Dia mundial de luta  
contra AIDS:  
01 de dezembro  
Dia de usar  
preservativo:  
de 01 de janeiro  
a 31 de dezembro.



USAR CAMISINHA NÃO É FALTA DE AMOR  
OU CONFIANÇA. PELO CONTRÁRIO, SIGNIFICA QUE  
VOCÊ QUER PROTEGER A ELE E A SI MESMA! É SINAL  
DE RESPEITO, INTELIGÊNCIA E CARINHO.



**COMO USAR A CAMISINHA MASCULINA**

Verifique se está dentro do prazo de validade e se tem o selo de garantia do INMETRO: essa é a garantia que a camisinha é das boas e foi testada antes.  
Abra a embalagem com os dedos, pois com os dentes você pode estragar a camisinha.  
Não use lubrificantes à base de óleo como vaselina ou cremes, pois eles estragam a camisinha. Nas farmácias existem lubrificantes próprios à base de água.  
Retire da embalagem e coloque sobre o pênis ereto (duro).  
Deslize até a base com carinho, apertando na ponta para tirar o ar.  
Depois da ejaculação, retire o pênis ainda duro da vagina segurando na base.



**A CAMISINHA FEMININA** é muito segura e pode ser uma boa opção para a mulher pois dessa forma não depende do homem para utilizá-la. Seu único problema é que ainda é muito cara.

**COMO USAR**

Ela possui dois anéis, um maior e fixo e outro menor e móvel. A mulher deve apertar com o dedo indicador, médio e o dedo anelar do anel menor, fazendo com que uma se aproxime da outra e assim introduzi-la até o fundo da vagina. Dessa forma esse anel se encaixará lá dentro e uma parte da camisinha vai ficar para fora.

O homem e a mulher devem cuidar para que o pênis entre direitinho dentro da camisinha e não por fora. Nas primeiras vezes que usar, fique um pouco mais atenta até pegar o jeito, depois fica quase automático na hora de colocar.



**LUGARES PARA PROCURAR**

Quando você tiver uma dúvida, medo, quiser conversar ou precisar de alguma informação, não deixe de pedir ajuda. Aqui estão alguns telefones e endereços que você pode procurar:

**CEDAP Centro de Educação e Assessoria Popular**

Rua Ferreira Penteado, 460 - Centro - Campinas - CEP: 13010-040  
Fone: 3231-5644 Email: cedapsaude@lexxa.com.br

**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campinas**

Rua Ferreira Penteado, 1331 - Centro - Campinas - CEP: 13010-040  
Fone: 3254-9263

**Conselho Tutelar de Campinas**

Rua José Teodoro de Lima, no. 49 - Cambul - Campinas  
Fone: 3236-3378 (exclusivo para denúncias) - 3236-5699/ 3236-2849  
Email: ctcampinas@bol.com.br

**Coordenadoria da Juventude de Campinas**

Avenida Anchieta, no. 200 - 12o. andar - Centro - Campinas - Fone: 3735-0759

**CRAISA - Centro de Referência e Atenção Integral à Saúde do Adolescente**

Rua Isoleite Auguste Souza Aranha, no. 94 - Centro - Campinas  
Fone: 3231-9477.

**Delegacia de Polícia da Infância e Juventude de Campinas**

Rua Dr. Heitor Penteado, no. 2561 - Taquaral - Campinas  
Fone: 3256-4202/ 3256-4700

**Vara da Infância e Juventude de Campinas**

Rua São Carlos, no. 536 - Vila Industrial - Campinas - Fone: 3272-8079

**Dúvidas sobre saúde?**

Você pode ligar para o Disque Saúde, do Ministério da Saúde. O número é

**0800 61 1997**



**06 de outubro de 1987**

**O**

Organização não governamental, fundada por iniciativa de lideranças dos movimentos sociais, profissionais liberais e educadores vinculados a universidades, igrejas e instituições públicas, com um histórico de participação e envolvimento em projetos político-sociais de cunho educativo. Se articulou para enfrentar os desafios colocados pela conjuntura sócio-política e econômica, ao lado dos trabalhadores, dos movimentos populares e dos socialmente excluídos.

at: eleusina freitas 19 2490357 apolo: varal de cores

Desenvolver atividades sócio-educativas e culturais, de assessoria e apoio às organizações populares na perspectiva da Educação Popular, buscando combinar o desafio do enfrentamento dos problemas sociais com a construção de um espaço no interior dos movimentos populares de reelaboração de um modelo de democracia integral, estimulando a formação de novas lideranças, o exercício da cidadania ativa e a melhoria da qualidade de vida.

**o b j e t i v o s**

**cedap**  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
E ASSOCIAÇÃO POPULAR

horário de funcionamento:

**de segunda à sexta-feira,**  
das 9h00 às 17h00

Para atingir os seus propósitos e objetivos desenvolve atividades organizadas em quatro frentes de ação, fundamentadas na concepção pedagógica da Educação Popular:

aborda as temáticas de **Mundo do Trabalho;**

**Participação Popular;**

através da realização de cursos, seminários, debates, assessorias e consultorias.

**Programa Educação para a Cidadania**

**programa** habitação e educação ambiental

Implementa ações de organização e desenvolvimento comunitário e urbanístico, através de parceria com o Programa de Desenvolvimento Comunitário - da **Caixa Econômica Federal**, em aproximadamente

atingindo uma população estimada em **48 mil habitantes** distribuídos nas regiões de

**programa saúde e cidadania** realiza ações sócio-educativas voltadas para prevenção do **AIDS**, contribuindo para a adoção de comportamento seguro por

. E ainda, mantém um projeto de formação de **jovens multiplicadores**.

O CEDAP mantém um de atuação, objetivando subsidiar o trabalho interno e apoiar atividades de organizações e grupos populares através de **empréstimos** disponibilizados na sede.

biblioteca, videoteca e **memória**

## PARCERIAS

O projeto é financiado pela CN-DST/AIDS e conta com a parceria do CRAISA (Centro de Referência e Atenção Integral à Saúde do Adolescente) e Distrito de Saúde da região Sudoeste de Campinas.

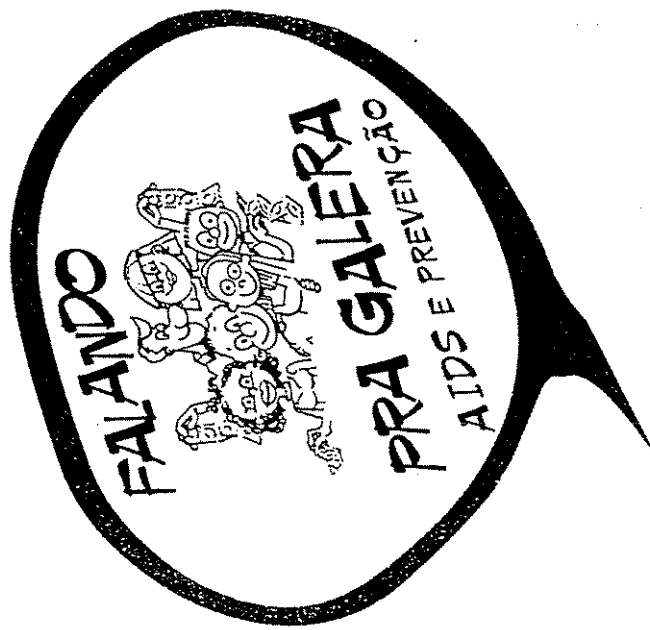
Além disso, tem o apoio e participação da Fundação Orsa, do Centro Comunitário Santa Lúcia e a equipe do Programa Orientação Sexual da Secretaria de Educação.

## COORDENAÇÃO

Andrea Teixeira Matheus  
CRP 06/48717-3  
Coordenadora

Lígia Maria Thomé Sanchez  
CRP 08/07417  
Assistente de coordenação

## PROJETO



**cedap**

CENTRO DE EDUCAÇÃO  
E ASSESSORIA POPULAR

CEDAP  
UNESCO / CN - DST E AIDS

CAMPINAS / 2001 / 2002

Av. Francisco Glicério, 1058 - sala 908,  
centro - Campinas - São Paulo  
CEP: 13012-100

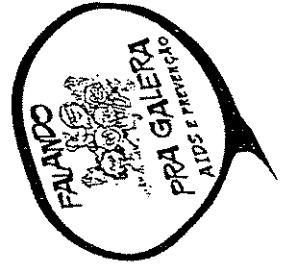
Fone: (19) 3231 5644  
[cedapsaude@lexxa.com.br](mailto:cedapsaude@lexxa.com.br)

## HISTÓRICO

A avaliação das ações desenvolvidas no projeto Aids e Juventude, desde 1995, junto aos profissionais e adolescentes, além das demandas pela continuidade e aprofundamento do trabalho, nos levou a desenvolver o projeto "Falando pra Galera, Aids e Prevenção".

## OBJETIVOS

O projeto "Falando pra Galera" tem como objetivo central reduzir a vulnerabilidade de adolescentes e jovens da periferia de Campinas ao HIV/DST/AIDS. Esse projeto destina-se a profissionais da saúde e educação da rede pública, Centros e Núcleos Comunitários e ONG's, com o propósito de torná-los multiplicadores do trabalho com adolescentes, através de um curso de capacitação.



## METODOLOGIA

O projeto está sendo realizado em 2 etapas:

1ª Etapa (60 horas - outubro de 2001 a fevereiro de 2002):

Outubro e novembro de 2001

Curso de 40 horas, abordando os seguintes temas:

- ✓ adolescência e sexualidade;
- ✓ adolescência e vulnerabilidades;
- ✓ protagonismo juvenil;
- ✓ acolhimento e serviços direcionados aos adolescentes; trabalho em rede;
- ✓ técnicas para grupos de adolescentes;
- ✓ elaboração de oficinas;
- ✓ elaboração de projetos.

Novembro de 2001 a fevereiro de 2002

10 horas de supervisão e elaboração de projetos;

10 horas práticas de oficinas com adolescentes.

2ª Etapa:

Fevereiro a maio de 2002

Implementação dos projetos elaborados pelos profissionais durante a primeira fase e assessoria para a sua realização.

## RESULTADOS

Foram treinados 31 profissionais provenientes de Centros de Saúde, escolas e ONG's.

Até janeiro/2002 foram elaboradas 2 oficinas pelos participantes do curso e 8 oficinas foram aplicadas em escolas e centros comunitários, atingindo um total de 165 adolescentes. Tudo com o acompanhamento e assessoria do CEDAP.

Os profissionais que já aplicaram oficinas estão satisfeitos, principalmente no que se refere à sua aproximação com os adolescentes. Além disso, os centros de saúde têm notado um aumento da presença de jovens nas unidades. A procura é para fazer exames e pesquisas, tirar dúvidas, pegar preservativos, levar amigos e colegas. Isso se deve ao vínculo estabelecido durante as oficinas, o que torna os profissionais referência em sua comunidade.

## QUEM SOMOS

O CEDAP é uma organização não governamental, fundada em 1987 por um grupo de profissionais e educadores populares vinculados a universidades, movimentos sociais, igrejas e instituições públicas. Foi criado no período pós-regime militar, com o propósito de fortalecer e apoiar as organizações e os movimentos populares de Campinas e região.



## MISSÃO

*"Desenvolver projetos de educação para a cidadania junto a grupos populares de Campinas e região, favorecendo o fortalecimento de sua organização e estimulando estratégias coletivas de participação e transformação da realidade social e ambiental, tendo como valores fundamentais a democracia e a solidariedade".*



CENTRO DE EDUCAÇÃO  
E ASSESSORIA POPULAR



CENTRO DE EDUCAÇÃO  
E ASSESSORIA POPULAR

*"Educação  
para a cidadania"*

Av. Francisco Glicério, 1058 - sala 908,  
centro - Campinas - São Paulo  
CEP: 13012-100  
Fone: (19) 3231 5644  
cedap@lexxa.com.br

## FRENTES DE AÇÃO

### ARTICULAÇÃO DE COMUNIDADES

Desenvolve ações sócio-educativas com vistas a:

- estimular a formação de lideranças para o trabalho comunitário;

- assessorar e capacitar as lideranças e as organizações populares;

- propiciar a articulação das ações sociais no nível local, buscando sua integração e potencialização para viabilizar o desenvolvimento de estratégias coletivas de transformação da realidade social e ambiental.

### SAÚDE E CIDADANIA

Realiza ações sócio-educativas voltadas à prevenção de HIV/DST's e AIDS para:

- Contribuir na adoção de comportamentos seguros dos jovens e adolescentes de escolas públicas e mulheres da periferia de Campinas e região;

- Capacitar profissionais para atuação junto a esse público;

- Formar jovens multiplicadores.

### JUVENTUDE E CIDADANIA

Desenvolve atividades formativas junto a grupos de jovens protagonistas, com o propósito de capacitá-los e/ou assessorá-los na implementação de ações e projetos que estimulem a cultura da paz.

### ARTICULAÇÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Propõe o desenvolvimento de ações que contribuam para o processo de articulação das ONGs de Campinas e região, com o objetivo de viabilizar melhores condições de sustentabilidade institucional, a criação de redes de atuação e consórcio o fortalecimento político.

### B i b l i o t e c a , Videoteca e memória

Mantém um acervo voltado às áreas temáticas de sua atuação, com o objetivo de subsidiar o trabalho interno, bem como de apoiar atividades de organizações, de profissionais e de grupos populares através de empréstimos disponibilizados na sede.

## PARCERIAS

O projeto é financiado pela CN-DST/AIDS e contou com apoio da Avon, Dana Cosméticos na doação de Cartilhas e produtos de beleza, além da participação de 45 entidades (centros comunitários, ONGs e programas assistenciais da prefeitura de Campinas).

## COORDENAÇÃO

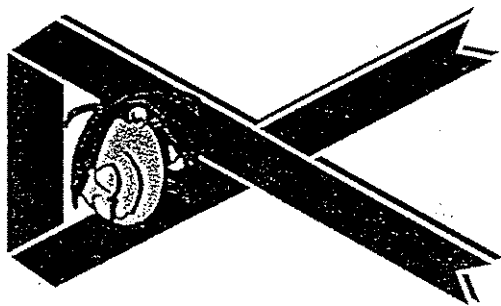
Andrea Teixeira Matheus

Carolina Zaparoli

Edith Bortolozo

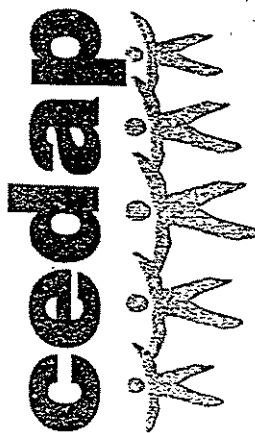
Programa Saúde & Cidadania

## PROJETO



Mulher:

Prevenindo e Produzindo,  
por que não?



CENTRO DE EDUCAÇÃO  
E ASSESSORIA POPULAR

CEDAP

UNESCO / CN - DST E AIDS

CAMPINAS / 2001 / 2002

Av. Francisco Glicério, 1058 - sala 908,  
centro - Campinas - São Paulo  
CEP: 13012-100

Fone: (19) 3231 5644  
[ccdapsaude@icxxa.com.br](mailto:ccdapsaude@icxxa.com.br)

## HISTÓRICO

O Projeto "Mulher, Prevenindo e Produzindo: Por que não?" surgiu como uma resposta ao aumento da infecção pelo HIV entre mulheres, aproveitando a experiência do CEDAP em trabalhos de prevenção, bem como oficinas e seminários voltados para o público feminino na periferia de Campinas.

## OBJETIVOS

O projeto "Mulher: Prevenindo e Produzindo: Por que não?" tem como objetivo proporcionar à mulher um maior entendimento das questões relativas ao mundo do trabalho e sensibilizá-las com relação à adoção de práticas sexuais seguras. Esse projeto destina-se a mulheres de baixa renda, moradoras da periferia de Campinas, com idade entre 18 a 45 anos.

## METODOLOGIA

Encontros semanais com grupos de mulheres, em que são abordados, através de dinâmicas de grupo, vivências, recursos psicodramáticos e audiovisuais, temas relacionados à prevenção a AIDS/DST e ao mundo do trabalho.

Realização de 08 a 16 encontros semanais, compostos de 16 módulos, com 2 horas de duração. Neles foram abordados os seguintes temas:

### Oficinas de Prevenção

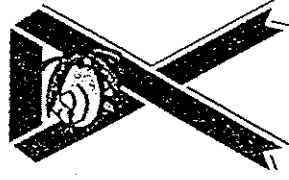
- ✓ Vinculação;
- ✓ Identidade;
- ✓ Auto-estima;
- ✓ Corpo;
- ✓ Sexualidade;
- ✓ Relação de igualdade de gênero;
- ✓ Prevenção ao HIV/AIDS e DST's;
- ✓ Saúde da mulher;
- ✓ Planejamento familiar e direitos da mulher.

### Oficinas sobre o mundo do trabalho.

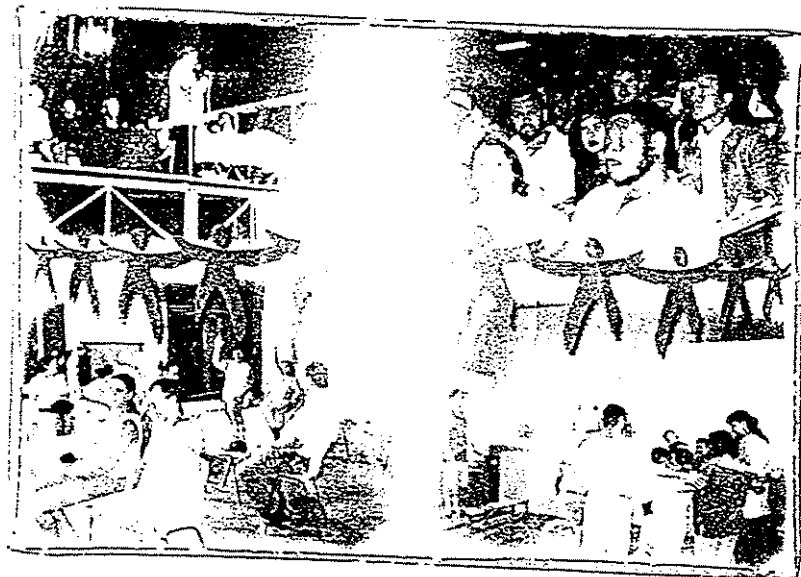
- ✓ Trabalho alternativo;
- ✓ Cooperativa;
- ✓ Geração de renda;
- ✓ Direitos da mulher;
- ✓ Empregabilidade;
- ✓ Participação e destaque da mulher

## RESULTADOS

- ✓ 261 mulheres atingidas;
- ✓ 13 grupos formados;
- ✓ Mulheres sensibilizadas com relação ao risco de infecção do HIV;
- ✓ Mulheres mais integradas e ampliando suas redes de relações;
- ✓ Diversas entidades envolvidas, com o objetivo de implantar o projeto em suas comunidades;
- ✓ Formação de um grupo de mulheres multiplicadoras.



# Os 15 anos do CEDAP



## Quinze Anos de Educação Popular

Quando foi criado há uma década e meia atrás, o CEDAP representava, para o grupo de pessoas que o formou uma proposta de "fazer a história" calcada no entendimento de que os movimentos populares tinham um papel fundamental na luta pela transformação da sociedade brasileira. Em 1987, o país reconstruía sua vida institucional, e o CEDAP se colocava como participante do esforço de consolidação da democratização, escolhendo atuar especialmente junto às organizações da população de Campinas, oferecendo atividades formativas assentadas na concepção de "Educação Popular" - uma pedagogia comprometida com a emancipação do ser humano e da sociedade. Mais: enxergava nos processos de organização e de atuação dos grupos e comunidades uma dimensão política - a participação

desses grupos e comunidades nas decisões da sociedade, como também uma dimensão pedagógica - de aprendizado da democracia na vivência cotidiana no interior das organizações. A prática da Educação Popular, baseada na construção coletiva do conhecimento, tem orientado as atividades do CEDAP a buscar, com esses grupos: a compreensão dos temas complexos, presentes nos processos de luta pela melhoria das condições de vida; o desenvolvimento de habilidades práticas que favoreçam o êxito dos empreendimentos; o desenvolvimento de relações afetivas que resultem na união entre os participantes em torno de seus objetivos; e a capacidade de articular-se com outros grupos e com as instâncias de poder, em iniciativas não apenas de reivindicação, mas de proposição e de geração de soluções para os

problemas coletivos. Do tempo da fundação do CEDAP até os dias de hoje muita coisa mudou. Os movimentos populares tomaram outra feição, novos atores e novas formas de expressão surgiram, com maior ênfase na participação, possibilitada inclusive por canais institucionalizados, como os Conselhos de políticas públicas. O CEDAP acompanhou estas mudanças, buscou profissionalizar sua atuação e ampliou o elenco de parcerias. Só não mudou no que diz respeito à sua convicção na organização e mobilização dos grupos sociais para o enfrentamento das dificuldades, em defesa (e na construção) de uma vida melhor para todos nós. Da mesma forma permanece a convicção na Educação Popular como força criadora e transformadora da realidade pessoal, comunitária e (sonhar é preciso!) do mundo.



Visita da delegação de Moçambique no início de 2002.



Evento em comemoração aos 15 anos do CEDAP.

## EDITORIAL

Começo de ano diferente, marcado pela posse do novo governo, após a disputa democrática em que foi vencedora a proposta de grandes mudanças na condução das políticas nacionais. A vitória de Lula e dos partidos de oposição representa uma grande possibilidade de pôr em prática alternativas de intervenção política, econômica e social que incluam, de forma democrática e abrangente, as necessidades e anseios das parcelas majoritárias da população em projetos fundados em princípios de participação social e de desenvolvimento sustentável. Não falamos apenas das instâncias governamentais, mas também da atuação de outros sujeitos, como as organizações não governamentais, "comprometidas com a construção de uma sociedade democrática, incluyente, pluralista, promotora dos direitos universais, valorizadora da diversidade cultural e cuidadora do meio ambiente" (carta de princípios da ABONG - Associação Brasileira de Organizações não Governamentais). É importante que governo e ONG's saibam articular-se e estabelecer parcerias que viabilizem tanto a implementação de projetos, como o estabelecimento de espaços de elaboração coletiva de políticas. No entanto, tais parcerias não devem acarretar cooptação, dependência ou confusão de papéis. Às organizações não governamentais cabe contribuir, sugerir e demonstrar com a sua prática as suas proposições, mas mantendo seu papel crítico e sua posição autônoma junto à sociedade civil, ajudando a impulsionar as mudanças.

## Parceria com o Sindicato dos Bancários.

Dando corpo à parceria firmada em abril passado, CEDAP e Sindicato dos Bancários de Campinas e Região, têm buscado conhecer outras organizações e projetos, formando vínculos e embasando seu trabalho na construção de um projeto de cidadania a ser desenvolvido pelo Sindicato, com a assessoria do Cedap. Nesta primeira etapa, um grupo da Diretoria do Sindicato participa de um treinamento, através de oficinas preparadas por técnicos do Cedap, em que está sendo planejado o trabalho. Além de Refletir sobre questões concenuais e também práticas, o grupo tem aprendido sobre a atuação sócio-educativa. A idéia é apresentar à categoria o projeto com o formato definido, para sua implementação, no primeiro trimestre de 2003.



## Lançamento de Livro

No dia 1º de outubro, no hall da sede do Sindicato dos Bancários, o CEDAP e a livraria Paulus promoveram o lançamento do livro "O Princípio da Cooperação" - em busca de uma nova racionalidade" de Maurício Abdalla Guerrieri, filósofo e professor da Universidade Federal do Espírito Santo. O livro analisa a crise contemporânea presente nas relações de produção e sociabilidade e no esgotamento da natureza e

propõe a necessidade de se inaugurar uma nova inspiração para a convivência humana - a cooperação - que gera a comunidade e a participação de todos, em tudo o que interessa a todos, no lugar da racionalidade dominante dos últimos séculos - a competição - que gera o individualismo e a degradação ambiental. Foi uma noite muito produtiva, na qual as cerca de 32 pessoas presentes puderam partilhar de um belo debate com o autor, com o Profº Romualdo Dias do Departamento de Educação da UNESP de Rio Claro e com Marcelo Freire, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Campinas. Após o evento, foi oferecido um coquetel embalado por boa música ao vivo.



## EXPEDIENTE

Informativo CEDAP - Centro Educação e Assessoria Popular

Edição nº 02 - Dezembro 2002

Periodicidade: quadrimestral

Tiragem: 1000 exemplares

Redação: Equipe Técnica CEDAP

Projeto Gráfico: Thiago Furlan

CEDAP

Rua Ferreira Penteado, 460

Centro - Campinas - SP

Fone / Fax: 19 3231-5644

e-mail: cedap@lexxa.com.br

www.cedap.org.br



# Programa Saúde e Cidadania

## Aids e Juventude

Desde 1995 o CEDAP realiza o *Projeto Aids e Juventude*, com o propósito de contribuir para a redução da vulnerabilidade ao HIV/DST/AIDS de adolescentes e jovens inseridos em escolas públicas e centros comunitários da periferia de Campinas. Em novembro de 2000 recebeu o prêmio Julio Barrios, como o melhor trabalho de prevenção as DST/AIDS, por ocasião do I Fórum e II Conferência de Cooperação Técnica Horizontal da América Latina e Caribe. O projeto Aids e Juventude, consiste em um trabalho de orientação sexual, que procura instrumentalizar os adolescentes no trato das questões relativas à sua sexualidade, além de procurar desenvolver uma rede de atenção ao adolescente por meio da sensibilização dos profissionais da saúde e educação, que atuam nas regiões em que o projeto acontece. Faz uso de recursos como: dinâmicas de grupo, vivências, discussões e vídeos educativos, em encontros semanais entre adolescentes e educadores treinados, além de identificar e estimular adolescentes para atuarem como agentes multiplicadores em suas comunidades de origem. Em 2002, o Aids e Juventude concluiu sua quarta parceria com o Ministério da Saúde. As oficinas para profissionais da saúde, professores e pais atingiram cerca de 570 pessoas, as intervenções em Escolas e centros comunitários atingiram 4831 adolescentes e o trabalho realizado pelos jovens multiplicadores atingiu por volta de 5200 pessoas até dezembro de 2002. É importante ressaltar que, atualmente, o CEDAP

conta com um grupo de 20 adolescentes multiplicadores que atuam em suas comunidades de origem, e que buscam através da participação e organização de encontros e eventos dirigidos a adolescentes, o desenvolvimento de um trabalho de articulação política e institucional. Além disso, temos uma representante na Coordenadoria da Juventude. Para obter maiores informações sobre este projeto, visite nosso site ou ligue para (19) 3231 5644.

## Falando Pra Galera

O Projeto Falando pra Galera, aids e prevenção teve início em 2001, com o objetivo de estimular o diálogo entre as diversas instituições que atuam com adolescentes e jovens da periferia; propiciar a articulação de redes locais de atenção ao adolescente; contribuir para a melhoria do vínculo entre profissionais da saúde e educação e a comunidade jovem e realizar ações

de prevenção diretas e indiretas, atingindo, assim, seu objetivo maior que é propiciar a redução da vulnerabilidade individual e social de adolescentes da periferia ao HIV/DST/AIDS. O projeto foi financiado pela Coordenação Nacional de DST/AIDS UNESCO e chegou ao final de 2002 com os seguintes resultados: 119 profissionais treinados e aproximadamente 1200 adolescentes atingidos diretamente.

As ações foram desenvolvidas nas regiões sudoeste e noroeste de Campinas e estiveram envolvidos no trabalho 15 Centros de Saúde, 1 CAPS, 9 escolas, 5 ONG's, além de profissionais do Distrito de Saúde Sudoeste e uma pastora da Igreja Metodista do Jardim São Marcos. Também aconteceram oficinas de sensibilização com professores em algumas escolas, atingindo aproximadamente 90 pessoas. Para obter maiores informações sobre o projeto, visite nosso site ou ligue para (19) 3231 5644.

## Curso de Educação Popular

Nos meses de outubro e novembro/2002 o CEDAP, em parceria com a UNESP - Departamento de Educação do Campus de Rio Claro, desenvolveu o Curso de Extensão Universitária sobre Educação Popular, que discutiu os princípios teóricos e metodológicos desta prática pedagógica. O curso teve carga horária de 40 horas e contou com 39 participantes, entre profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social, da FUMEC Fundação Municipal para Educação Comunitária, integrantes da equipe do CEDAP, do Sindicato dos Bancários e estudantes. Os profes-

sores foram: Prof. Dr. Romualdo Dias do Departamento de Educação Campus de Rio Claro, que é mestre em Educação e doutor em Filosofia, autor do livro "Imagens de Ordem" e a Profa. Dra. Maria Onice Payer - Mestre e Doutora em Linguística, autora do livro "Educação Popular e Linguagem". O interesse pelo curso foi tão grande que uma nova turma já está prevista para início em março de 2003. Os interessados poderão contatar o CEDAP, a partir de fevereiro, por telefone (19 3231-5644) ou e-mail: cedap@lexxa.com.br, e conhecer mais detalhes através de visita ao site [www.cedap.org.br](http://www.cedap.org.br).

# Programa de Articulação de Comunidades

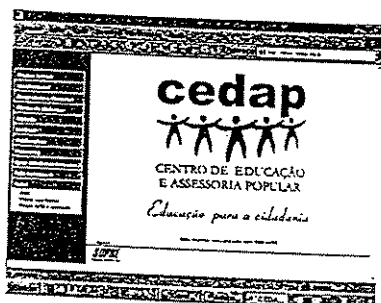
## Projeto: Formação e Desenvolvimento de Lideranças

O projeto de Formação e Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias é uma ação do Programa "Articulação de Comunidades". É um projeto histórico do CEDAP e busca contribuir para que as organizações populares se desenvolvam e se fortaleçam, descobrindo habilidades e potencialidades e tornando-se capazes de ir além das reivindicações, propondo e sustentando ações coletivas, participando, como força social, da melhoria das condições de vida. Muitos grupos e lideranças de movimentos populares têm procurado o CEDAP com o propósito de obter assessoria em seus processos de

organização e ação comunitária. Em 2002, destacamos o trabalho desenvolvido junto à Associação de Moradores dos Conjuntos Habitacionais Excelsior I e II, de Porto Feliz e o trabalho com o Centro Comunitário São Pedro, na Vila Real, em Hortolândia. As ações fundamentam-se na Educação Popular. Propiciam-se dinâmicas e vivências que permitem às pessoas e grupos ampliarem conhecimentos, dando significado às coisas, adquirirem habilidades, bem como entrarem em contato com sentimentos de incertezas, desesperanças e imobilismo, dentre outras questões, que embora "abstratas" contribuem para o insucesso das lutas sociais.

## Nosso Site está no ar!!!

Estamos na internet!! Acesse o endereço [www.cedap.org.br](http://www.cedap.org.br) e confira! O site contém várias informações sobre o CEDAP - como sua história, os projetos e cursos em desenvolvimento, além dos programas já realizados. Contudo, ainda temos que aprimorar o que está lá, e para isso contamos com sua ajuda! Um dos nossos objetivos é incentivar a discussão sobre temas voltados à Educação Popular e à área social em geral. Para isso, criamos a seção "Fórum de Debates". Nela, os visitantes terão acesso a alguns textos e depois poderão deixar sua opinião e comentários, instalando-se discussões que, esperamos, contri-



buam com a divulgação de idéias, o aprimoramento das práticas educativas e sociais e a reflexão sobre temas importantes para a cidadania e a inclusão social. Participe! Vamos criar juntos um ponto de encontro da Educação Popular. Basta enviar-nos textos, estudos publicados, matérias de revistas, jornais em geral para o e.mail: [cedap@lexxa.com.br](mailto:cedap@lexxa.com.br). Iremos receber o material e em breve ele será publicado no site.

## Notas ✓

✓ Estamos melhorando nossas ferramentas de comunicação, agora temos um novo estagiário contratado justamente para dar ao CEDAP mais qualidade nessa área. Qualquer opinião, idéia ou crítica, é só falar com ele (através do e-mail ou do telefone).

✓ O CEDAP, junto com outras organizações de Campinas, participou das discussões para elaboração do Programa de Ação e Metas do Programa Municipal de DSTs/AIDs. Neste ano ainda, integrou-se ao Fórum Estadual de ONGs/AIDs e o representou no "Encontro Estadual de Diretorias Regionais de Educação e Saúde", realizado em Setembro, em São Paulo. Esteve presente também, no Seminário Estadual em Ativismo e Controle Social, em Atibaia em novembro de 2002 e na oficina de capacitação "Sustentabilidade e Controle Social em HIV/DST", em Ilha Solteira-Setembro de 2002, ambos realizados pelo Fórum ONGs/AIDs do Estado de São Paulo.

✓ Em 2002 integrantes da equipe do CEDAP concluíram sua capacitação com profissionais canadenses que atuam no Terceiro Setor nas seguintes metodologias: Modelo Colaborativo-Trabalho Comunitário; Desenvolvimento de Recursos -Captação de Recursos e Voluntários trabalhando com Voluntários. Estas capacitações se deram através do projeto GETS Grupo de Estudos do Terceiro Setor / United Way do Canadá que é uma parceria de entidades nacionais como: ABONG, Fundação SOS Mata Atlântica, Fundação Projeto Travessia dentre outros com a Agência de Cooperação Canadense (CIDA).

✓ O CEDAP estará representado novamente no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, entre 23 e 28 de janeiro/2003, com a participação de 01 delegado.

# cedap



CENTRO DE EDUCAÇÃO E ASSESSORIA POPULAR

Boletim Informativo - Edição 01 - Fevereiro de 2002 - Ano 01

## Educação para a cidadania

O Centro de Educação e Assessoria Popular - CEDAP é uma organização não governamental que atua desde 1987, assessorando e desenvolvendo atividades educativas e culturais junto aos movimentos e organizações populares de Campinas e região. O público que prioriza são as organizações populares, lideranças comunitárias, juventude e grupos de mulheres, em sua maioria de baixa renda e moradores de comunidades periféricas da Região Metropolitana de Campinas.

O CEDAP nasceu da iniciativa de lideranças dos movimentos sociais, profissionais liberais e educadores vinculados a universidades, igrejas e instituições públicas, sempre se articulando para enfrentar os desafios colocados pela conjuntura sócio-política e econômica, ao lado dos trabalhadores, dos movimentos populares e dos socialmente excluídos.

Traz na sua concepção pedagógica a dimensão política da educação popular e assim define sua missão: *"desenvolver projetos de educação para a cidadania junto a grupos populares de Campinas e região, favorecendo o fortalecimento de sua organização e estimulando estratégias coletivas de participação e transformação da realidade social e ambiental, tendo como valores fundamentais a democracia e a solidariedade"*.

Nos últimos anos o CEDAP, assim como a maioria das organizações sociais nascidas com o propósito de contribuir para a consolidação da democracia e a construção de

uma sociedade mais justa e solidária, vem enfrentando cada vez mais desafios: tanto pela velocidade dos acontecimentos, que o modelo de globalização consubstanciado no "Consenso de Washington" tem provocado, quanto pelas dificuldades de sustentabilidade e continuidade de suas ações e projetos.

No entanto, fica cada vez mais evidente que somente a sociedade civil consciente e organizada pode protagonizar a construção de uma nova ordem mundial e, neste contexto, o papel das ONGs se clarifica e se fortalece.

Por outro lado, é fundamental e necessário criar, ampliar e viabilizar os espaços de comunicação e inter-relação dos diversos atores da sociedade civil. Para o CEDAP este é mais um desafio a ser encarado: lançar um boletim periódico e colocar o nosso site na Web, com o propósito de transformá-los em espaços de informação,

troca e fundamentalmente de debate ampliado com os diversos parceiros, grupos populares, OGs e ONGs, enfim, de todos os interessados e mobilizados na construção de um novo mundo, onde a justiça, a liberdade, a democracia, a igualdade de oportunidades e a paz estejam acessíveis a todos.





# Cidadania é participação popular

O plano de ação do CEDAP desenvolvido no biênio 2000/2001 - "Cidadania e Participação" contemplou 05 frentes de ação: Cidadania e Participação, Mundo do Trabalho, Comunicação e Gênero, Saúde e Cidadania e Articulação e Comunicação. A

frente Cidadania e Participação compreende os projetos:

**Capacitação de Lideranças**  
O projeto Capacitação de Lideranças para o trabalho comunitário procura, através de assessorias e cursos de capacitação incentivar a prática democrática nas relações

sociais e melhorar a qualidade da ação das lideranças com o objetivo de prepará-las para o debate e para que possam propor e formular estratégias coletivas buscando a melhoria da qualidade de vida em suas comunidades.

## Desenvolvimento Comunitário

O projeto Desenvolvimento Comunitário foi desenvolvido em parceria com a Caixa Econômica Federal, através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário - PRODEC -. As ações aconteceram em 32 conjuntos habitacionais periféricos de municípios da região de Limeira e de Sorocaba, dentre os quais - Porto

Feliz, Tietê, Tatuí, Itapetininga, Conchal, Araras, Pirassununga e Santa Gertrudes. Neste projeto, através de processo participativo, as comunidades identificaram, discutiram e escolheram as prioridades para aplicação de recursos do PRODEC, como a construção de praças, centros comunitários, obras de paisagismo e requalificação urbana. Desenvolveu-se ainda projetos de educação ambiental e qualificação profissional. Discutiu-se também a organização das comunidades e foi dada assessoria a constituição e rearticulação de 15 Associações de Moradores.



## Nova Diretoria

No final de 2001, o CEDAP elegeu sua Diretoria Executiva para o Biênio 2002/2003, que ficou composto da seguinte maneira:

Maria Aparecida Siqueira  
Diniz  
Presidente

Marisa de Lima Souza  
Vice-Presidente

Luiz Fernando Mathias  
1º Secretário

Terence Edward Hill  
2º Secretário

José Aparecido dos Santos  
1º Tesoureiro

Devanir dos Santos  
2º Tesoureiro

Conselho Fiscal:  
Jorge Luiz de Oliveira  
Maria Rozana C.N.  
Albuquerque  
Rita de Cássia Siqueira

Suplentes:  
Adriana G. N. Fagnani  
Elizabeth Conceição Rossin  
Terezinha Fátima Carneiro da  
Silva

## EXPEDIENTE

Informativo CEDAP - Centro de Educação e Assessoria Popular  
Edição 01 - Fevereiro 2002  
Periodicidade: quadrimestral  
Tiragem: 1000 exemplares  
Redação: Equipe Técnica  
CEDAP

Edição e Projeto Gráfico:  
Marcio Ferreira - Assessoria em Comunicação

CEDAP - :Av. Francisco Glicério  
1058 sala 908 - Centro  
Campinas - SP -  
CEP 13012-100  
Fone/ fax (19) 32315644

E- mail: cedap@lexxa.com.br



# Prevenção em primeiro lugar

O projeto AIDS e Juventude, que vem acontecendo desde 1995, em parceria com o Ministério da Saúde e com a Agência de Cooperação Internacional Desenvolvimento & Paz (Canadá), é desenvolvido em escolas e centros comunitários e já atingiu 3870 jovens, além de pessoas ligadas a eles, como pais, professores e profissionais dos centros de saúde. O projeto estimula ainda, adolescentes para atuarem como multiplicadores em suas comunidades e até maio de 2001 estes multiplicadores já haviam atingido



outras 3200 pessoas. Em novembro de 2000 o AIDS e Juventude recebeu o prêmio Júlio

Barrios, durante o I Fórum e II Conferência Técnica Horizontal da América Latina e Caribe.

## Capacitando profissionais

O "Falando pra Galera, AIDS e prevenção", financiado pelo Ministério da Saúde - UNESCO, com o apoio da Desenvolvimento & Paz, é um projeto que nasceu das avaliações do AIDS e Juventude e de demandas de profissionais que procuravam o CEDAP interessados em aprimorar seus conhecimentos para o

trabalho com jovens.

O objetivo é capacitar profissionais da saúde, educação e de entidades sociais para criar uma rede de acolhimento aos adolescentes e também torná-los multiplicadores do trabalho de prevenção junto a este público.

O projeto está acontecendo na região SUDOESTE de Campinas

e já capacitou 31 profissionais que deverão atingir aproximadamente 2000 adolescentes.



## Atenção especial às mulheres

Outro projeto desenvolvido na frente Saúde e Cidadania é o "Mulher: Prevenindo e Produzindo, por que não?" que surgiu como resposta ao aumento da infecção pelo HIV entre



mulheres, aproveitando a experiência do CEDAP em trabalhos de prevenção.

Através de vivências e dinâmicas de grupos, realizadas em encontros semanais, as mulheres são sensibilizadas com relação a adoção de práticas sexuais seguras e também sobre as questões relativas ao mundo do trabalho, como: empregabilidade, direitos da mulher, cooperativas e geração de renda.

O projeto, que aconteceu entre Janeiro de 2001 e janeiro/2002 foi desenvolvido junto a mulheres com idade entre 18 e 45 anos e já atingiu 261 mulheres em 13 grupos formados em centros comunitários, entidades sociais e em projetos assistenciais da Prefeitura de Campinas. O financiamento deste projeto também é do Ministério da Saúde - UNESCO e tem o apoio da Desenvolvimento & Paz.



# Mãos à obra

Para o biênio 2002/2003 a proposta é ampliar algumas frentes de ação partindo da experiência acumulada e das demandas que as comunidades apresentaram.

**Articulação de Comunidades** - nesta frente será dada continuidade ao projeto de Capacitação de Lideranças através de assessorias planejadas às Associações de Moradores ou grupos comunitários e será implementado o projeto "Vida Nova" cuja viabilização está sendo construída em parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas, através do Departamento de Parques e Jardins e a comunidade do bairro.

Na frente Saúde e Cidadania, terá continuidade o projeto AIDS e Juventude IV em parceria com o



Ministério da Saúde - UNESCO e o "Falando pra Galera, AIDS e prevenção".

A frente de ação Juventude & Cidadania surgiu como consequência da experiência do trabalho com a juventude e do trabalho comunitário. Prevê o desenvolvimento de projetos com jovens e adolescentes, estimulando o protagonismo juvenil. Um projeto em construção é o Projeto "Ileão" em que será dada assessoria a um grupo de jovens da região do DIC IV que já trabalham em ações comunitárias naquela região.

A outra frente é a **Articulação e Fortalecimento Institucional** em que pretende-se continuar a desenvolver ações que contribuam para o processo de articulação das ONGs de Campinas e região com o objetivo de viabilizar melhores condições de sustentabilidade institucional, estimular a criação de uma rede de atuação com o consequente fortalecimento político.

## Biblioteca

O CEDAP está ampliando sua Biblioteca e Videoteca com o propósito de melhor disponibilizá-la para empréstimos e consultas aos profissionais, estudantes, associações de moradores e grupos comunitários.

## Notas

✓ No último dia 08 de janeiro o CEDAP, em conjunto com outras três ONGs de Campinas (TABA, SOS Adolescente e ACADEC) recebeu na sede do SOS Adolescente, a visita de uma delegação de autoridades de Moçambique que esteve no Brasil com o objetivo de conhecer o trabalho de prevenção ao HIV/AIDS. Em Campinas, o objetivo era conhecer o trabalho realizado com os jovens. As entidades escolhidas foram indicadas pelo Programa Estadual de DST/AIDS.

✓ A multiplicadora Simone Rita da Conceição do projeto AIDS e Juventude foi a escolhida para representar os jovens de Campinas na Conferência Municipal da Juventude.

✓ No dia 25 /01 o CEDAP recebeu em sua sede a visita de representantes da Agência de Cooperação Internacional do Canadá - Desenvolvimento & Paz. As Senhoras Tremblay e Jackson vieram ao Brasil para o II Fórum Social Mundial no início de fevereiro e aproveitaram para conhecer mais de perto o trabalho do CEDAP.

✓ O CEDAP também estará presente no Fórum Social com a participação de 01 delegado e expondo material no estande da ABONG.

## Seguro & Contribuição

O CEDAP fechou uma parceria com as Corretoras de Seguro Leadership e Rovey, na qual receberá um pequeno percentual dos seguros feitos por clientes que indicar.

Portanto, se você pretende fazer

um seguro de vida, de carro ou de sua residência, faça um orçamento com estas corretoras e diga que foi encaminhada pelo CEDAP. Se a proposta for a melhor, e somente se for a melhor..... feche com eles e o CEDAP estará recebendo uma

bonificação.

Estas corretoras são idôneas e trabalham com as melhores seguradoras do país.

Fone: (19) 33860601

E-mail: leadership@ig.com.br